

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. 22D00071

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

HIDRELÉTRICAS DO RIO RIBEIRA DE IGUAPE

DOSSIÊ 02
CASO TIJUCO ALTO
COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO - GRUPO VOTORANTIN



VALE DO RIBEIRA

DOCUMENTOS ANEXOS

01. Carta Proter solicitando ao CONSEMA, audiência pública na cidade de São Paulo, sobre o EIA/RIMA do "Aproveitamento Hidrelétrico Tijuco Alto" - 27.07.93

02. Carta intenções do Movimento Prō-Ribeira - Março.94

03. Ofício Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia legal sclicitando que o licenciamento do UHE Tijuco Alto seja avocado ao IBAMA-13.04.94

04. Súmula de Análise do EIA/RIMA - 12-94-CCNSEMA-D.C. 27.04.94

05. Carta protesto à construção de barragens no Rio Ribeira, da Diocese de Registro - 17.05.94

06. Barragens ameaçam Meio Ambiente e População no Vale do Ribeira - Fundação S.O.S. Mata Atlântica - Maio.94

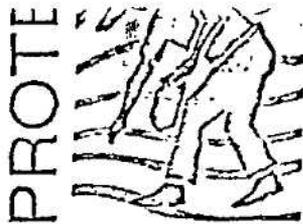
07. Representação do Deputado Fábio Feldman à Procuradoria Geral da República - 25.05.94

08. Moção de repúdio à construção de Hidrelétricas no Rio Ribeira, apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Análise Ambiental-27.05.94

09. Carta APANDE solicitando ao CONAMA a avocação e a colaboração na pauta da próxima Reunião Ordinária de 30.06, a questão das Represas no Rio Ribeira - 07.06.94

10. Parecer técnico CETESB

11. Relatório Comissão Especial do CONSEMA - Para a consolidação das propostas de utilização múltipla dos recursos hídricos.



01662 0095 1220

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Ao
Conselho Estadual do Meio Ambiente
AC/ Exmo. Sr. Presidente
Edis Milaré

São Paulo, 27 de julho de 1993

Prezados Conselheiros,

Vimos solicitar formalmente a este Conselho a realização de audiência pública na cidade de São Paulo, sobre o EIA/RIMA do "Apróveitamento Hidroelétrico Tijuco Alto". Para tanto estamos nos baseando na legislação atual vigente que normatiza a realização de audiências públicas - Resolução nº 001/86 do CONAMA e no inciso 2º, artigo 192 da Constituição do Estado de São Paulo.

O artigo 2º da Resolução 009/87 do CONAMA estipula que:
"Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos, o órgão de Meio Ambiente promoverá (grifo nosso) a realização de Audiência Pública"

Exmo.Sr.
Dr. Édis Milaré
Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente
Secretário Estadual do Meio Ambiente
São Paulo - SP

PROGRAMA DA TERRA
ASSESSORIA, PESQUISA, EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL
SEDE RUA ACERDA DE ALMEIDA, 59 - CEP 05015 - SÃO PAULO - SP - BRASIL
TEL (011) 263 1840 FAX (55 11) 864.3980 - e mail prote@ce.ape.org
ESCR. REGIONAL RUA PILO DE JANEIRO, 646 CEP 15600 - FERNANDEPOLIS, SP - BRASIL
TEL (0174) 42 4728

SI 57 - Acervo
ISA

Mesmo já tendo sido realizada uma audiência pública, na cidade de Ribeira, em 20 de maio de 1993, para ouvir e informar a comunidade local, consideramos que a realização de uma nova audiência pública na cidade de São Paulo se justifica em razão da complexidade e da amplitude dos impactos globais gerados pelo empreendimento para toda a população do Estado de São Paulo, e da necessidade de maior participação de outros setores da sociedade civil no processo de discussão. Esta audiência pública deverá ser realizada em lugar público e de fácil acesso. Isto permitirá, também, o envolvimento da comunidade científica nos debates e uma informação mais ampla para que os conselheiros possam fundamentar suas decisões sobre o projeto de obra.

Considerando, enfim, o parágrafo 4º, artigo 3º da Norma 50/92 do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que segue:

"Se a área de influência da obra ou a atividade abranger dois ou mais municípios, a Secretaria do Meio Ambiente ou o Conselho Estadual do Meio Ambiente, através de deliberação poderá convocar mais de uma audiência pública, podendo realizá-la também, na capital do Estado",

solicitamos deste Conselho que delibere a respeito da realização de uma audiência pública prévia sobre o EIA/RIMA do "Aproveitamento Hidroelétrico Tijuco Alto", nesta capital do Estado.

Esta solicitação, protocolada por razões práticas e para fins legais em nome do PROTER, está sendo assinada por mais de 30 (trinta) entidades civis cuja relação segue em anexo.

Na certeza de podermos contar com a presteza e atenção de V. Sas., aguardamos vossa resposta e enviamos nossas saudações cordiais.

Atenciosamente,



Danilo Prado Garcia Filho
Diretor Executivo

Anexo: cópia dos estatutos, de At. de última assembleia, do CEC, de 07/1991,

Entidades civis signatárias

- Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribcira (MOAB)
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Registro
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iporanga
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sete Barras
- Sindicato dos Bancários do Vale do Ribeira
- Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, de Passageiros e Transporte de Cargas de Registro
- Colônia de Pescadores de Iguape
- Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais - CUT (DETR-CUT)
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI)
- Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Programa da Terra (PROTER)
- Movimento em Defesa da Vida
- Fundação SOS Mata Atlântica
- SOS Racismo
- Soweto - Organização Negra
- Guedelés-Instituto da Mulher Negra
- Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de S. Paulo
- Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo
- Movimento Botucatuense Vida (MBV)
- Associação de Agricultura Orgânica (AAO)
- Movimetno Nacional de Defesa dos Direitos Humanos -Regional Sul I
- Centro Gaspar Garcia de Defesa dos Direitos Humanos
- Instituto Rede Brasileira Agroflorestal (REBRAF)
- Instituto de Pesquisa Ambiental (IPA)
- Associação Ecológica São Francisco de Assis
- Movimento de Preservação de São Sebastião
- Movimento de Defesa de Ubatuba
- Museu Caiçara de Ilhabela
- Associação Ecológica de Caraguatatuba



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

DF. SMA/1099/93

São Paulo, 26 de agosto de 1993.

Senhor Diretor Executivo,

Em resposta à sua correspondência de 27 de julho de 1993, em que o PROTER solicita audiência pública na cidade de São Paulo sobre o EIA/RIMA do empreendimento LHE Tijuco Alto, estamos encaminhando cópia do parecer elaborado pela Assessoria Institucional desta SMA, Memo. AI-039/93, de 24 de agosto de 1993.

Pelas mesmas "razões práticas" alegadas em sua correspondência, solicitamos que seja dado conhecimento ao teor deste parecer às entidades civis que assinaram a referida solicitação com o PROTER.

Aproveitamos da oportunidade para manifestar nossos votos de estima.

Atenciosamente,

Ed. Filardi
Secretário do Meio Ambiente
Presidente do COMESA

Ilmo. Senhor
Danilo Prado Garcia Filho
Diretor Executivo
Programa da Terra - Assessoria, Pesquisa,
Educação Popular no Meio Rural
Rua Lacerda de Almeida, 59
05015 - São Paulo - SP.

At
10/11/93



SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

DETE DO SECRETÁRIO

MEMO.AI-039/93

São Paulo, 24 de agosto de 1.993.

DE: Assessoria Institucional

PARA: Dr. Édis Milaré

Senhor Secretário

Solicita a entidade PROTER - Programa da Terra, Assessoria, Pesquisa e Educação Popular no Meio Rural, entre outras, diretamente ao CONSEMA, a realização de Audiência Pública na cidade de São Paulo, sobre o EIA/RIMA do "Aproveitamento Hidroelétrico Tijuco Alto".

Em primeiro lugar cumpre assinalar que foi realizada, em maio do corrente ano, uma audiência pública relativa ao empreendimento em questão na cidade de Ribeira, exatamente na área de maior influência do empreendimento. A partir de então, estão os órgãos técnicos da Secretaria ultimando os procedimentos necessários à conclusão do Parecer Técnico a ser submetido ao CONSEMA, levando em conta, inclusive, os ensinamentos e considerações feitas em relação ao empreendimento na citada audiência pública, digase de passagem, com ampla divulgação e participação (cerca de 360 pessoas na sala da audiência, que foi, inclusive, retransmitida ao vivo para as áreas adjacentes por telões e para a cidade por circuito fechado de TV).

Por outro lado, resta considerar que a realização de audiências públicas no Estado de São Paulo, para exame de empreendimentos de significativo impacto ambiental, encontra-se disciplinada pela Deliberação nº 50/92, de 16 de novembro de 1992, do CONSEMA Conselho Estadual do Meio Ambiente.



DETE DO SECRETÁRIO

2.

O §3º, do artigo 3º da referida Deliberação, determina que as Audiências Públicas sejam SEMPRE realizadas no município ou área de influência da obra, atividade, plano ou programa.

Assim entendeu fazer o CONSEMA, exatamente para que a comunidade mais afetada pelo empreendimento pudesse se manifestar e apropriar-se das conveniências ou inconveniências que o empreendimento pudesse trazer para a sua qualidade de vida, em última análise o bem que se visa proteger.

Assim, atendidas integralmente as exigências legais e regulamentares para a realização da audiência pública e tendo essa já sido realizada há mais de 3 (três) meses, estando em fase de conclusão a elaboração do competente Parecer Técnico, não vemos qualquer razão de ordem jurídica para nova audiência fora da área de localização do empreendimento.

É o que nos cabia informar.

Augusto Miranda
Assessoria Institucional

AM/rc



São Paulo, 19 de outubro de 1993

Ao
CONSEMA
Aos cuidados do
Sr. Edis Milaré
Presidente do CONSEMA

OF: 173/93
REF: audiência pública Tijuco Alto

Prezado Sr. Presidente,

Recebemos cópia do parecer que Vsa. Exa. nos enviou a respeito de nosso pedido de audiência pública em São Paulo sobre o projeto de barragem de Tijuco Alto. Não nos consta que o CONSEMA tenha se pronunciado, nem sobre nossa solicitação nem sobre o parecer da Assessoria Institucional da Secretaria.

Continuamos considerando a audiência em São Paulo se impõe. As razões são várias:

- os projetos de barragem terão um grande impacto para todo o conjunto da bacia hidrográfica do Rio Ribeira, para o Vale do Ribeira e para o litoral próximo;
- do ponto de vista econômico, energético e ambiental, cada um deles está diretamente relacionado com questões que extrapolam nível local: desenvolvimento do Vale do Ribeira, política energética, controle de cheias, projetos de uso múltiplo dos recursos hídricos do Vale (inclusive para abastecimento da Grande São Paulo), conservação da Mata Atlântica, sismos induzidos e inundação do patrimônio que representam as cavernas, etc.
- eles não podem, portanto, ser analisados separadamente e devem ser discutidos, em conjunto, por toda a comunidade que pode sofrer os seus impactos;

A própria Secretaria do Meio Ambiente, ciente deste impacto macro-regional, solicitou à CESP e à CBA um estudo de partição de quedas do Rio Ribeira, apresentado recentemente à Secretaria. Solicitou também a SMA um parecer ao Instituto de Geologia da USP, sobre o impacto das barragens nas formações de geológicas locais, em particular as numerosas cavernas. Por outro lado, as Secretarias do Meio Ambiente de São Paulo e Paraná iniciaram um processo de consulta mútua de maneira a harmonizar seus procedimentos referentes aos projetos de barragem.

O CONSEMA, também ciente de que não se pode julgar um projeto isolado no Vale do Ribeira sem uma visão de conjunto de seus impactos sobre toda a região, decidiu realizar uma série de reuniões durante as quais os diferentes órgãos envolvidos com a questão ambiental do Vale apresentaram suas atividades na região. Todas estas

PROGRAMA DA TERRA

ASSESSORIA, PESQUISA, EDUCAÇÃO POPULAR NO MEIO RURAL

SEDE : RUA LACERDA DE ALMEIDA, 59 - CEP 05015-050 SÃO PAULO, SP - BRASIL

TEL: (011) 263.1840 - FAX (55.11) 864.3980 - e-mail: proter@ax.sp.gov.br

ESCR. REGIONAL: RUA RIO DE JANEIRO, 646 - CEP 15600-000 - FERNANDÓPOLIS, SP - BRASIL

TEL: (0174) 42.4728

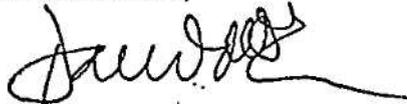
apresentações deverão ser apreciadas por uma comissão técnica do CONSEMA que ainda não apresentou suas conclusões.

Estes novos documentos e pareceres (estudo de partição de quedas, parecer do instituto geológico, parecer da comissão do CONSEMA sobre as políticas para o Vale) são de suma importância e constituem peças novas no processo. Eles devem, portanto, ser apresentados à sociedade e avaliados, tanto pela comunidade local, quanto pelo CONSEMA, pelas ONGs e pela comunidade científica em geral.

Reiteramos, portanto nosso pedido e solicitamos que nossa carta anterior seja apresentada ao CONSEMA, como havíamos solicitado, juntamente com a presente, para que o CONSEMA se posicione a este respeito.

No aguardo de uma resposta, manifestamos nossos votos de estima,

Atenciosamente,



Danilo Prado Garcia Filho
Diretor Executivo

O PRÓ-RIBEIRA é um movimento, sem vínculos partidários, religiosos ou institucionais, que congrega pessoas e entidades interessadas na promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.

Criado em Iporanga aos 26 de fevereiro de 1994 o PRÓ-RIBEIRA tem entre suas finalidades a integração entre a sociedade local e colaboradores externos visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção do precioso Patrimônio Natural e Cultural que a região abriga. Considerando que a construção de barragens representa atualmente a maior ameaça a esse patrimônio, o combate aos projetos de repêses da CESP e CBA no Rio Ribeira é a prioridade maior do Movimento.

Dentre outras ações prioritárias do Pró-Ribeira está a exigência e o apoio às iniciativas governamentais ou particulares que colaborem no cumprimento de seus objetivos:

- regularização Fundiária da Região;
- efetivação dos Parques e demais Unidades de Conservação da área, assegurando os direitos e a participação das comunidades tradicionais neles existentes;
- investimentos maciços, planejados e permanentes nas áreas de educação, saúde, saneamento, habitação, comunicação e energia, bem como da infra-estrutura de transporte;
- valorização das comunidades tradicionais da região;
- duplicação da BR-116;
- proteção ao patrimônio cultural, histórico, arqueológico, espeleológico, paisagístico e turístico da região, bem como dos rios, da Mata Atlântica, dos manguesais e demais ecossistemas regionais;
- garantia à participação da comunidade local na discussão das políticas públicas, planejamento e gestão do território e seus recursos e bem como dos benefícios daí advindos;
- promoção de alternativas econômicas sustentáveis nos campos do ecoturismo, agrícola, florestal, pesqueiro, e outros que garantam o pleno emprego, o aumento da renda familiar, e a equiparação dos índices sócio-econômicos da região ao restante do Estado de São Paulo.
- elaboração e implantação do Macrozoneamento regional garantindo o uso múltiplo, compartilhado e sustentável dos recursos da área;
- desenvolvimento de mecanismos de compensação financeira para Municípios que detenham e protejam o patrimônio natural e cultural de expressão e interesse Estadual e Nacional.

O Movimento PRÓ-RIBEIRA se compromete ainda a combater com firmeza as iniciativas e projetos que coloquem em risco o homem, a natureza, e a cultura na região.



Homem e natureza unidos pelo mesmo rio

15/04/94 13-04-94

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
E DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretaria de Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente

Fax nº (061) 226-7101

Eplanada dos Ministérios, Bl. "D" - 5º andar
Brasília/DF - Tel.: (061) 322-8225/8215

DESTINATÁRIO: DEPUTADO FÁBIO FELDMANN

Nº DE FAX: 226.0592

DATA: 13 / 04 / 1994

Nº DE PÁGINAS: Esta + _____

Nº DO DOCUMENTO: _____

MENSAGEM

ENCAMINHO EM ANEXO CÓPIA DO OF. 247/MMA/SMA
DIRIGIDO AO IBAMA.

ATENCIOSAMENTE,


p/ NILDE LAGO PINHEIRO
Secretária de Coordenação dos Assuntos
do Meio Ambiente

Em caso de má transmissão, favor ligar para
In case of bad transmission, please call (061) 322-8225/8215

Expedido em: _____ de _____ de _____ às _____ hs duração: _____ por: _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

OFÍCIO Nº 247/94 - SMA

Brasília, 23 abril de 1994

Ex.mo. Sr. Presidente do IBAMA,

A Câmara dos Deputados enviou a este Ministério solicitação no sentido de ser avocado, no IBAMA, nos termos da legislação ambiental, o licenciamento prévio referente ao aproveitamento hidrelétrico do rio Ribeira do Iguape.

2. Trata-se da construção de duas usinas hidrelétricas - a do Ujuco Alto e a do Pinil - no referido rio, e cujos processos de licenciamento ambiental já foram iniciados, com a apresentação dos respectivos MA/RIMA nos órgãos estaduais competentes.

3. Não obstante estarem os órgãos estaduais, de ambos os Estados, em vias de análise dos MA/RIMA, deve-se salientar que, no caso em questão, trata-se de empreendimento com usinas caracterizadas de interesse supra-estadual, por ser o rio Ribeira do Iguape o marco divisorio dos Estados de São Paulo e do Paraná.

4. Portanto, o simples fato de as referidas usinas localizarem-se em rio interestadual já caracteriza os empreendimentos como de interesse regional e/ou nacional o que, ipso facto, torna o seu licenciamento como de competência federal.

5. De fato, a legislação ambiental é clara a respeito.

6. O § 1º do artigo 10 da lei nº 6.938, de 31/08/81, com a nova redação dada pela lei nº 7.804, de 18/07/89 estabelece que compete ao IBAMA o licenciamento "no caso de atividade e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional".

Ao Ilmo. Sr.
Simão Marrul Vilho
Presidente do IBAMA
Brasília - DF

Assunto : SILVIA/BENJAMIN/PAULA

PHONE No. : 55 11 852 1788

May. 30 1994 8:18PM P04

Assunto : DCP-FABIO FELDMAN

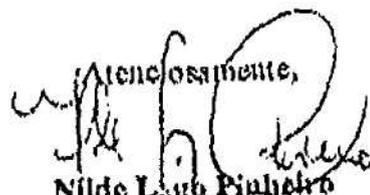
PHONE No. : 061 226 0592

Apr. 18 1994 6:42PM P02

15:42 13/04/94

PAG. 03

Assim sendo, solicitamos a V.Exa. se digne tomar as medidas cabíveis para que o licenciamento seja avocado ao IBAMA, uma vez que a matéria não deixa dúvidas quanto à conveniência, tanto do ponto de vista legal como de mérito, de ser examinada a nível federal. Para melhor compreensão do assunto, anexamos a indicação proveniente da Câmara dos Deputados e endereçada a este Ministério.

Atenciosamente,


Nilde I. Lyb Pinheiro
Secretária de Coordenação
dos Assuntos do Meio Ambiente



Meio-Ambiente

IMPACTO AMBIENTAL

Ibama poderá apreciar os pedidos de licenciamento de hidrelétricas do Ribeira

por Francisco Stella Fogaça
de São Paulo



Fábio Feldmann

Em ofício encaminhado no último dia 18 ao ex-presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Simão Marrul Filho, a ex-secretária de coordenação dos assuntos do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, Nilde Pinheiro Lago, agora presidente do Ibama, determinou que fossem tomadas medidas cabíveis para o órgão avocar o licenciamento das usinas hidrelétricas de Tijuco Alto e do Funil, no Vale do Ribeira.

A atual presidente do Ibama adotou a medida a pedido do deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), que fez uma indicação da Câmara dos Deputados encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente argumentando que a construção das usinas hidrelétricas é um empreendimento de natureza supra-estadual, por ser o rio Ribeira de Iguaçu o marco divisorio dos estados de São Paulo e do Paraná.

O projeto da hidrelétrica de Tijuco Alto é da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, que apresentou relatório de impacto ambiental à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo mas ainda não obteve a licença ambiental em razão das dúvidas sobre os efeitos da interferência do projeto no Vale do Ribeira.

Os ambientalistas constituído no Conselho Estadual de Meio Ambiente - Consema sustentam que o projeto é extremamente danoso ao ambiente e poderá produzir efeitos de grande impacto logo na cabeceira do rio Ribeira e com isso afetar todo o ecossistema.

Ontem, o vice-presidente da CBA, Miguel de Carvalho Dias, não foi encontrado por este jornal para comentar a possibilidade de apreciação do pedido de licença ambiental pelo governo federal. A administração da CBA tem sus-

tentado que a construção da barragem de Tijuco Alto só trará benefícios à região, a começar pelo controle das enchentes na região.

O projeto da usina do Funil é da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

O fundamento legal de que se vale o deputado Fábio Feldman para pedir a transferência da competência para a esfera federal é o parágrafo 4º do artigo 10 da Lei nº 6.938/81, com a redação dada pela Lei nº 7.804/89. Esse dispositivo estabelece a competência do Ibama para o licenciamento "no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional". Ao citar esse dispositivo em seu ofício, Nilde Pinheiro Lago afirmou que "a legislação ambiental é clara e respeito" e que "a matéria não deixa dúvidas quanto à conveniência, tanto do ponto de vista legal quanto de mérito, de ser examinada em nível federal".

Procurada ontem por este jornal no final da tarde de ontem, a nova presidente do Ibama disse por intermédio da assessoria de imprensa do órgão que o assunto está sob exame das comissões do Ibama e que qualquer decisão a respeito só será adotada depois de ouvidos os técnicos do Instituto. Não foram fornecidos detalhes porque, segundo o assessor de imprensa, o expediente do dia já estava en-

Table with multiple columns containing alphanumeric codes, dates, and names. It appears to be a list of entries or a directory.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Súmula de Análise do EIA/RIMA-12-94

Caracterização do Empreendimento

Processo — SMA-531/89.

Interessado — Companhia Brasileira de Alumínio — CBA.

Assunto — Construção de Barragem para fins de geração de energia elétrica, denominada UHE Tijucu Alto.

Localização — Município de Ribeira (SP) e Adrianópolis (PR).

Consultor — Intertechne — Consultores Associados S/C Ltda.

Resumo da Análise

A UHE Tijucu Alto tem sua implantação prevista no alto curso do rio Ribeira, onde produzirá 62,5mw de energia firme para uma potência instalada de 144mw. O objetivo do empreendimento é a autogeração energética, visando atender o consumo do empreendedor em suas instalações industriais localizadas em Maringá-SP. Esse consumo é decorrente da expansão da sua produção de alumínio de 170.000/ano para 210.000/ano. Posteriormente, esse volume de produção será expandido para 310.000/ano. Para isso, o empreendedor estaria expandindo a autogeração de 1.730.000.000mw para 2.603.000.000mw a partir da UHE Tijucu Alto, garantindo pelo menos 50% do seu consumo. A energia gerada em Tijucu Alto será injetada no sistema CESP e será fornecida ao empreendedor, no mesmo montante, através da linha que atende a região onde se localizam as instalações industriais. A UHE-Tijucu Alto formará um lago com 51,8km2 de área no NA máximum (301mm), inundando terras nos municípios de Ribeira e Itaipirapá, em São Paulo. No Estado do Paraná serão atingidos pelo reservatório os municípios de Adrianópolis e Cerro Azul. Para a construção da barragem, sistema gerador, formação do lago e áreas protegidas o empreendedor deverá adquirir 104km2 de área, sendo 29,2km2 no Estado de São Paulo. A barragem será do tipo arco gravidade, construída em concreto, com altura máxima de 150m e crista na cota 303m. Para a geração de energia os NA normais situam-se entre as cotas 290m (mínimo) e 293 (máximo). Entre as cotas 293m e 300m, situa-se o volume de espera para controle de cheias, estimado em 480x10 6m3, conforme exigência do DNAEE. O sistema gerador localiza-se à jusante da barragem, no Estado do Paraná, sendo composto por: tomada d'água, estrutura de controle, túnel de adução, chaminé de equilíbrio, condutos forçados e casa de força, o complexo hidroenergético implica na implantação de linha de transmissão, ainda não caracterizada pelo empreendedor. A implantação do empreendimento deverá gerar impactos relacionados aos seguintes aspectos:

Melo Físico subida do N.A. freático; instabilização de encostas e taludes; sismicidade induzida; recursos minerais; estabilidade do reservatório; infra-estrutura local e regional, qualidade das águas do rio Ribeira de Iguape; regime hidrológico do rio Ribeira de Iguape, erosão e assoreamento, patrimônio espeleológico.

Melo Biótico — ecossistemas terrestres; fauna e flora; ecossistemas aquáticos.

Melo Antrópico — patrimônio histórico; patrimônio arqueológico, populações locais e regionais; economia local e regional; finanças públicas; nível de emprego; saúde; estrutura fundiária.

Para mitigar ou controlar os impactos o EIA apresenta os seguintes programas e planos:

Programas de Ações Referenciado às Cavernas a serem Submetidos; Programa de Controle da Estabilidade das Encostas do Reservatório; Programa de Preservação e Conservação das Cavernas; Programas de Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural; Programa de Neutralização do Foco de Poluição e Contaminação; Programa de Formação da Faixa de Proteção do Reservatório; Programa de Departamento da Bacia de Inundação; Programa de Manejo e Resgate da Fauna; Implantação do Centro de Apoio a Pesquisas Ambientais e Monitoramento; Programa de Comunicação Social; Plano de Ação Municipal; Programa de Emprego; Programa de Remanejamento da População Rural; Programa de Apoio à Pequena Propriedade Agrícola; Programa de Salvamento e Preserva-

da Memória História; Programa de Resgate e Preservação da Memória História; Programa de Preservação do Patrimônio Cultural; Programa de Educação Ambiental; Programa de Relocação de Infra-Estrutura; Monitoramento Ambiental.

A SMA elaborou uma lista de exigências a serem cumpridas pelo empreendedor, caso o empreendimento venha a ser aprovado pelo CONSEMA.

Recursos Minerais

Para obtenção de Licença de Instalação; apresentar estudo comprovando a viabilidade para a continuidade da exploração do corpo 3 da Mineração Volta Grande dentro da faixa de proteção do reservatório. De acordo com o resultado dos estudos deverá ser apresentada a análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes desta atividade bem como as medidas de fiscalização e controle que a CBA deverá adotar para garantir a integridade do reservatório; o "Programa Regional de Reestruturação Várzea" mencionado não é apresentado na EIA. Existe, no entanto, um "Programa de Relocação da Infra-Estrutura", que inclui a reestruturação várzea. Considerando-se ainda que o traçado da malha várzea no entorno do reservatório ainda não está definido, o empreendedor deverá apresentar a proposta de relocação do acesso à Mineração del Rey.

Sismicidade Induzida

Para obtenção de Licença de Operação o empreendedor deverá apresentar resultado do monitoramento sísmográfico efetuado até então, com reavaliação sobre a necessidade de se instalar mais sismógrafos na área.

Estabilidade de Encostas e Taludes

Para a obtenção de Licença de Instalação; o programa proposto deve incluir para análise e monitoramento o trecho das encostas do rio Ribeira compreendido entre o pé da barragem e, principalmente, a porção próxima ao local de restituição; apresentar mapa geológico contendo o detalhamento proposto; apresentar detalhamento do programa abrangendo a execução de obras específicas com base nos critérios sugeridos pela equipe técnica do DAIA; apresentar estes critérios, justificando sua adoção para cada caso; apresentar dados de retro análise das rupturas existentes (antigas), localizar em mapa, com escala compatível, as seções indicadas para os estudos de estabilidade, apresentar quadros e tabelas contendo os parâmetros geotécnicos encontrados para os diferentes materiais e situações adotados; apresentar memória de cálculo dos estudos de estabilidade efetuados para as diversas seções e situações; apresentar resultado da simulação da estabilidade das encostas considerando as situações de enchimento e rebaxamento rápido do nível d'água do reservatório; apresentar desenho com as seções geológico-geotécnicas estudadas; apresentar plano de monitoramento e/ou de estabilização das áreas consideradas mais críticas; apresentar mapa com a localização das áreas consideradas mais críticas à instabilização; apresentar, com base nos estudos realizados, o detalhamento das medidas propostas envolvendo mitigação, controle e/ou obras de engenharia previstas; apresentar um programa de monitoramento das encostas a ter início com o enchimento e que deve perdurar durante a fase de operação do reservatório. Este monitoramento poderá, juntamente com outros fatores subsidiar a redefinição da regra operacional do reservatório visando controlar os escorregamentos.

Para obtenção de Licença de Operação; apresentar relatório com as medidas adotadas e sua eficácia bem como redefinição, se necessário, do programa de monitoramento das encostas anteriormente apresentado; apresentar mapa com a localização das áreas a serem monitoradas.

Erosão e Assoreamento

Para obtenção de Licença de Instalação; apresentar detalhamento do programa proposto que contemple as observações da equipe técnica do DAIA quanto à atividade destas; apresentar detalhamento do monitoramento proposto; apresentar soluções que possam ser adotadas caso se verifique, durante o monitoramento, um aumento expressivo no aporte de sedimentos ao volume útil do reservatório; deverão ser apresentados à esta SMA relatórios com os resultados das campanhas realizadas até a época da solicitação, pelo empreendedor, de Licença de Instalação.

Patrimônio Espeleológico

Para obtenção de Licença de Instalação o empreendedor as seguintes exigências: apresentar detalhamento de preservação e conservação das cav-

dades naturais", bem como a apreciação da Sociedade Brasileira de Espeleologia sobre o mesmo; observar a legislação pertinente: Decreto Federal n.º 99.556 de 1-10-90, Resolução Conama 5 de 18-6-87 e Portaria Ibama n.º 887 de 15-6-90; para aquelas ações cuja execução depende de formulação de convênios, deverão ser explicitados os órgãos intervenientes e definidas suas responsabilidades específicas. A responsabilidade sobre os custos para execução do programa é da CBA; o detalhamento dos anteprojetos da malha várzea no entorno do reservatório deverão respeitar a faixa de proteção do reservatório (Resolução Conama 004/85) "Programa de formação da faixa de proteção do reservatório".

Varição do NA do Aquífero Freático

Para Licença de Instalação; apresentar estudos contendo nível d'água atual e projetado para as margens do reservatório com atenção para as áreas consideradas mais críticas; considerando-se que no ribeirão Pinheirão existe uma barragem de terra que serve para conter os rejeitos da exploração de fluorita da mineração Del Rey e que esta deverá ficar a aproximadamente 300m do remanso do reservatório, o empreendedor deverá apresentar uma avaliação dos possíveis efeitos da subida do nível freático sobre esta barragem, bem como as medidas preventivas e de controle que se fizerem necessárias. Esta avaliação deve contemplar tanto aspectos relacionados à segurança da barragem quanto à qualidade da água do reservatório.

Caracterização e Estabilidade

Para licença de instalação, realizar caracterização da área afetada pelo reservatório e obras associadas quanto ao desenvolvimento de feições cársticas — envolvendo caracterização geológica, estrutural e evolutiva destas feições resultando no modelo de desenvolvimento destas estruturas e no modelo de circulação do aquífero. Este estudo deve abranger interpretação de imagens de satélite e fotos aéreas, levantamento de campo-regionais e locais (inclusive com a utilização de traçadores para estabelecer as relações entre sumidouros/resurgências; apresentar resultado do estudo que indique a possibilidade de existirem resurgências a jusante e fora da área diretamente afetada, previsão de impactos associados e medidas mitigadoras; caso ocorram impactos tais como: alagamento de áreas a jusante provocados pelo enchimento do reservatório, o empreendedor deverá responsabilizar-se pelas medidas necessárias para a solução do problema e indenizações. Para tanto, exige-se apresentação de Programa de Monitoramento desses fenômenos em áreas críticas que serão indicadas pelo estudo de caracterização realizado.

Áreas de Emprestimo e Boa-Fé

Para obtenção de Licença de Instalação; apresentar local e forma de disposição dos materiais Ineríveis originados nas obras a serem realizadas.

apresentar programa de recuperação das áreas degradadas durante a implantação das diversas obras constantes do empreendimento.

Licença de Operação; comprovar a recuperação de todas as áreas degradadas pela implantação das obras.

Estruturas Complementares

Para obtenção de Licença de Instalação; apresentar definição da localização dessas estruturas com base na caracterização geológico-geotécnica dos locais propostos (deverá ser dada destaque a existência de feições cársticas nas fundações), apresentar avaliação dos impactos ambientais decorrentes destas obras bem como as medidas mitigadoras e de controle destas.

Especificamente para a Linha de Transmissão (LT), o empreendedor deverá cumprir, para obtenção de Licença de Instalação as seguintes exigências: apresentar traçado definitivo com mapa de uso e ocupação de solo ao longo de sua extensão; apresentar soluções a ser adotadas para as propriedades e benfeitorias que serão afetadas pela implantação da LT; apresentar estudos dos impactos decorrentes da implantação da obra bem como as medidas de prevenção, mitigação, controle e compensação que se fizerem necessárias.

Hidrologia superficial

Para Licença de Instalação; apresentar detalhamento do Código do Reservatório, incorporando inclusive as medidas que serão adotadas para evitar o acesso da população às margens e calha do rio à jusante; apresentar os convênios/contratos firmados com empresas e órgãos oficiais/empresas que terão por responsabilidade a execução do monitoramento hidroclimato-hidrológico; detalhamento do comportamento

hidráulico dos diques propostos para a porção à jusante da barragem, identificando áreas de remanso e respectivos tempos de residência.

O empreendedor, para obter a Licença de Operação deverá apresentar os resultados do monitoramento hidrometeorológico.

Qualidade das Águas

Para obtenção de Licença de Instalação, o empreendedor deverá atender às seguintes exigências: providenciar a realocação da captação de água para abastecimento da cidade de Ribeira para outro manancial antes do início das obras. As alternativas de localização, bem como a justificativa do local escolhido devem ser submetidas à apreciação da Secretaria do Meio Ambiente, com a devida antecedência, para aprovação; estabelecer os valores de vazão de cheias que justifiquem a utilização do descarregador de fundo; apresentar plano emergencial para realização de levantamento sobre as características físicas, químicas e biológicas do rio Ribeira que deverá ser realizado após a utilização do descarregador de fundo; efetuar estudos sobre a real viabilidade da disposição dos rejeitos da Mina do Rocha na própria galeria da Mina, antes de sua occlusão. Estes estudos devem necessariamente considerar: o modelo de circulação das águas subterrâneas a ser estabelecido (ver item IV.1.5 e Comentários e exigências, deste parecer), considerando que este rejeito poderá ficar em contato com as águas do reservatório através de fendas e fraturas; a probabilidade de dissolução da rocha calcária devido à percolação de águas ácidas presentes no fundo do reservatório, o que pode incrementar a sua contaminação ou comprometer a qualidade das águas subterrâneas; conforme resultado dos estudos, indicar outras alternativas para a disposição dos rejeitos da Mineração do Rocha, indicando local e técnicas de disposição, que deverão ser submetidas à avaliação da SMA; apresentar os resultados da caracterização limnológica e de qualidade da água da área de influência do reservatório projetado — fase I, conforme proposto no Plano de Monitoramento que consta do volume de informações complementares ao EIA; apresentar o plano de monitoramento da área de influência do reservatório na fase pré-barramento — fase II, baseado nos resultados da fase I; com base no detalhamento do "Programa de Desmatamento" exigido para obtenção de Licença de Instalação, estimar a fitomassa remanescente na área de inundação considerando a rebrota; realizar bioensaios de degradação da fitomassa utilizando amostras de água e vegetação da região, de forma a obter-se parâmetros que permitam avaliar a cinética de consumo de oxigênio e de dissolução de nutrientes para diferentes substratos (folhas, cascas, mistura solo/serapilheira, galhos); avaliar, através de um modelo matemático que leve em conta os dados de fitomassa obtidos, a qualidade da água do reservatório e daquela que será veiculada para jusante durante os períodos de enchimento, estabilização e operação do reservatório estabelecido. Estas simulações devem necessariamente considerar diferentes épocas para o enchimento do reservatório, bem como valores variados para as vazões que serão veiculadas para jusante neste período, de forma a subsidiar uma tomada de decisão sobre a regra de enchimento que deverá ser adotada, considerando um menor impacto ambiental à jusante e no próprio reservatório. Com este mesmo objetivo deverão ser consideradas diferentes cotas de tomada d'água para hidrogenação; avaliar a qualidade da água nos lagos formados pelos diques à jusante da barragem, durante o período de enchimento e estabilização do reservatório. Para obtenção de Licença de Operação o empreendedor deverá apresentar resultados do monitoramento limnológico e de qualidade da água realizado na fase pré-enchimento — fase II; plano de monitoramento limnológico e de qualidade da água, na área de influência do reservatório — fase III, de acordo com o programa proposto pelo EIA. Neste plano deverá ser dada atenção especial ao trecho de jusante, devendo ser monitorados, além dos parâmetros básicos, os teores de metais pesados. Os pontos de amostragem neste período deverão localizar-se ao longo de todo o estuário do rio Ribeira, inclusive no estuário; termo de compromisso que assegure que os órgãos ambientais competentes — SMA e Cetesb — sejam informados com antecedência sempre que se proceder à abertura do descarregador de fundo. Deverá constar deste documento o compromisso do empreendedor de que a utilização deste dispositivo só se dará quando da ocorrência de cheias excepcionais conforme proposto no volume de informações complementares ao EIA. Nestas ocasiões, deverá ser assegurado o monitoramento do rio Ribeira de Iguape no trecho à jusante da barragem, consoante com o plano emergencial que deverá ter sido apresentado para a obtenção de Licença de Instalação; alternativas para a definição de uma regra de enchimento que leve em conta o aspecto ambiental, considerando os resultados obtidos na modelagem matemática da qualidade da água; comprovação da disposição dos rejeitos na Mina do Rocha conforme diretrizes aprovadas pela SMA por ocasião da Licença de Instalação.

Ecosistemas Terrestres

Para obtenção de Licença de Instalação: apresentar detalhamento executivo do "Programa de formação da faixa de proteção do reservatório" em seus aspectos técnicos e operacionais, considerando um horizonte de projeto que permita que 100% da área prevista para plantio na margem paulista esteja implantada antes do enchimento do reservatório; apresentar o detalhamento executivo minucioso contemplando aspectos técnicos e logístico-operacionais e cronograma do programa "Programa de desmatamento da bacia de inundação", de modo a estimar em bases realistas o índice de eficiência na retirada da vegetação em toda a área a ser inundada (incluindo o controle da rebrota). Avaliar a viabilidade de obtenção do índice de 90% de eficiência na retirada da vegetação considerando na modelagem matemática constante do EIA; apresentar detalhamento das ações previstas no "Programa de manejo e resgate da fauna" para avaliação da SMA, com ênfase ao monitoramento das populações animais direta e indiretamente afetadas; detalhar o(s) procedimento(s), método(s), técnica(s) e locais que serão empregados para a formação de composto orgânico com os restos vegetais que serão retirados da área de inundação (necessariamente compatíveis com os trabalhos de limpeza e desmatamento); apresentar o Plano de Manejo da RPPN o qual deverá contemplar em especial ações de restauração da vegetação florestal (a qual deverá estar concluída por ocasião da emissão de Licença de Operação) e de monitoramento da fauna, incluir cronograma e custos; apresentar proposta justificada de limites para a RPPN, apoiada por memorial descritivo e material cartográfico; apresentar plano de fiscalização a ser implementado imediatamente após a aprovação da RPPN pela SMA.

Para obtenção de Licença de Operação: comprovar a execução do reflorestamento ciliar da faixa de, no mínimo, 100m a partir da cota 290m, em toda a porção paulista do perímetro do reservatório; comprovar a eficiência dos trabalhos de limpeza da área a ser inundada, nos termos da legislação em vigor.

Como exigências de caráter geral: não deverá ser retirada a vegetação da porção não submersa da única ilha que será formada com o enchimento do lago, adotando medidas que mantenham o equilíbrio das populações animais presentes; apresentar à SMA relatórios anuais sobre o monitoramento da fauna terrestre desde a emissão de Licença de Instalação até, no mínimo, 3 anos após o enchimento do reservatório até o nível mínimo operacional (cota 267,55m, conforme volume de informações complementares do EIA; o empreendedor deverá comprovar a implementação das ações propostas pelo Plano de Manejo da RPPN aprovado por esta SMA.

Patrimônio Arqueológico

Para obtenção de Licença de Instalação: o programa de salvamento arqueológico deverá considerar como área diretamente afetada a porção que val do nível d'água atual

a cota 301m; a exploração da porção central da área de inundação deverá ser complementada; o cronograma de implantação deste programa deverá estar estritamente compatibilizado com o da implantação do empreendimento. Especial atenção deverá ser dada às intervenções destinadas a abertura de vias de acesso, canteiros de obras, alojamentos e áreas de empilhamento e bota-fora; incluir neste programa a pesquisa arqueológica das áreas previstas para reassentamento; o programa de salvamento deverá compreender um subprograma que contemple o monitoramento da faixa de depleção e a supervisão das ações destinadas ao reflorestamento (faixa de proteção do reservatório e unidade de conservação do Estado de São Paulo). Esse acompanhamento deverá ser realizado pela instituição responsável pela execução do programa; estender para outros sítios similares que possam ser revelados pelo levantamento, a recomendação constante do EIA de proteção ao sítio Toca do Tigre (TT); publicar e distribuir aos órgãos de pesquisa os relatórios finais deste programa; deverá ter sido realizada campanha educativa visando esclarecimento da população local e dos trabalhadores ligados à obra sobre a importância da preservação do patrimônio arqueológico; este programa deverá ser submetido ao IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural) para autorização de pesquisa.

Patrimônio Histórico

Para obtenção de Licença de Instalação: deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de resgate e preservação da memória histórica; as ações do programa referentes ao levantamento das fontes orais deverão ser concluídas rapidamente, conforme recomendação constante do EIA e apresentadas à esta SMA para análise.

Componente Físico-territorial

Para obtenção de Licença de Instalação: apresentar mapa em escala compatível contendo os traçados propostos para a malha viária do entorno do reservatório, acompanhados de uma avaliação dos impactos decorrentes das alternativas em estudo; o traçado proposto deve respeitar a faixa de proteção do reservatório (Resolução Conama 4/85), deverão ser apresentados estudos que justifiquem a adoção da alternativa selecionada bem como as necessárias medidas mitigadoras e/ou de controle para os impactos identificados; apresentar cronograma de implantação das obras de realocação da malha viária compatível com o cronograma das obras da barragem de modo a causar o mínimo transtorno possível à população da região e ao meio ambiente.

Para obtenção de Licença de Operação: comprovar a execução de todas as realocações e melhorias previstas antes do enchimento do reservatório.

Componente Demográfico

Para obtenção da Licença de Instalação: avaliar a potencialidade de criação de vetores nos lagos formados pelos diques à jusante, indicando detalhamento e medidas mitigadoras. Apresentar detalhamento do "Programa de emprego".

Para obtenção de Licença de Operação: apresentar avaliação da possibilidade de ocorrência de surto de histoplasmosose por ocasião do enchimento do reservatório que deverá provocar a expulsão de seu habitat, de esporos potencialmente transmissores desta doença. Apresentar medidas mitigadoras.

Componente Social

Para obtenção de Licença de Instalação: comprovar implementação das recomendações constantes do EIA; apresentar detalhamento dos programas propostos no EIA; apresentar um plano que contemple levantamentos e monitorização na área de influência do reservatório, visando identificar potenciais criadouros de vetores e/ou hospedeiros intermediários de doenças de veiculação hídrica.

Economia Regional

Para obtenção de Licença de Instalação: o "Programa de Comunicação Social" deverá ter sua abrangência ampliada para toda a Área de Abrangência definida para o empreendimento. Dessa forma, as populações serão esclarecidas quanto às reais possibilidades da UHE Itajuco Alto, isoladamente, trazer benefícios econômicos à região. O empreendedor deverá submeter este programa à apreciação da SMA antes de sua divulgação, o que deverá ocorrer antes do início das obras.

Economia Local

Para obtenção de Licença de Instalação: o "Programa de emprego" proposto deverá ser executado exclusivamente às expensas do empreendedor, sem ônus para as municipalidades de Ribeira e Itapirapuã, bem como para quaisquer órgãos públicos do Estado de São Paulo. Este programa deve ser apresentado à SMA para apreciação na forma detalhada; o "Programa de remanejamento da população rural" deve ser ampliado na medida necessária à reposição dos postos de trabalho eliminados. Este programa deverá contemplar áreas de reassentamento no Estado de São Paulo, compensando a redução de atividades econômicas nos municípios paulistas. A execução deve levantar o setor público de custos; apresentar detalhamento executivo do "Programa de apoio à pequena propriedade agrícola", considerando que as medidas compensatórias são encargos do empreendedor e, portanto, o setor público (CESP, Prefeitura, Secretarias de Estado) não pode ser onerado.

Finanças Públicas

Para obtenção de Licença de Instalação: apresentar detalhamento dos programas que se propõem a mitigar efeitos adversos sobre as finanças municipais. Estes programas não devem conter ônus para o setor público; apresentar documentação comprobatória dos acordos com detentores de títulos municipais em território paulista, e que terão suas áreas afetadas pela formação do reservatório.

Exigências de caráter geral

Para obtenção de Licença de Instalação: apresentar Plano de Contingência para eventos excepcionais, considerando-se as cidades localizadas à jusante da barragem; apresentar cronogramas atualizados para todas as obras, programas e planos de monitorização; os custos de todos os programas desenvolvidos com o objetivo de mitigar ou compensar impactos causados ao meio ambiente ou à população são de responsabilidade do empreendedor, ainda que sua implementação envolva instituições científicas ou órgãos públicos.

A equipe técnica do DAIA considerou que, alguns impactos tais como os que se referem ao Patrimônio Arqueológico, aos Ecosistemas Terrestres, à Estabilidade de Taludes e Encostas, Variação do NA do Aquífero Freático, entre outros, são mitigáveis e/ou compensáveis se cumpridas as recomendações e programas propostos no EIA, acrescidas das exigências formuladas pelo DAIA.

Para outros impactos previstos, as exigências formuladas pela equipe técnica do DAIA suprem lacunas ou alteram proposições originais do EIA visando garantir a maior efetividade destas. Como exemplo, têm-se as exigências relativas ao Abastecimento de Água de Ribeira, à Expansão do Plano de Reassentamento, à Implantação de Estruturas Complementares.

Há questões que não foram suficientemente contempladas, como a qualidade das águas e a disposição de rejeitos da Mina do Rocha. No que se refere à primeira, as exigências que constam, deste parecer solicitam novos estudos para embasar futuras ações de mitigação. É o caso de estudos adicionais envolvendo modelagem matemática, entendida como uma ferramenta de auxílio a uma tomada de decisão acerca das necessidades de desmatamento, regras de enchimento/operação do reservatório, que deverão ser adotadas para minimizar os impactos já apontados, principalmente aqueles que incidirão no sítio, de forma a garantir os usos atuais e futuros das águas Ribeira de Iguape.

A solução para a disposição dos rejeitos da Mina do Rocha, tal como proposta pelo EIA, não foi considerada satisfatória Assim, a partir de estudos detalhados, o empreendedor deverá apresentar alternativas para a disposição que garantam que não haja contaminação de águas superficiais e subterrâneas.

No caso da Estanquidade do Reservatório, apesar dos esclarecimentos apresentados pelo empreendedor, não se pode concluir pela existência ou não de feições que possam vir a causar fugas d'água do reservatório durante os períodos de enchimento e operação deste. Aqui, as exigências formuladas assumem o caráter de complementações ao EIA.

Dessa forma não há consenso sobre questões como as alterações que poderiam sofrer as comunidades aquáticas do rio e estuário, resultantes de modificações na qualidade da água e regime de cheias, e quais seriam as consequências sociais associadas. Não há dados suficientes para avaliar as implicações ambientais do controle de cheias: não se sabe qual a relação entre o custo ambiental e o benefício esperado, nem quem seria o beneficiado.

As informações existentes demonstram que o Vale do Ribeira é uma região vulnerável do ponto de vista ambiental, sócio-econômico cultural.

As condições ideais de análise da inserção dos barramentos na bacia, envolvendo, como já ressaltado, um prognóstico abrangente, contemplando os aspectos físicos, bióticos, sócio-econômico e culturais que permitam uma tomada de decisão segura na direção do desenvolvimento sustentado da região.

Neste contexto, em que os dados apresentados não permitem a visualização no nível desejável do cenário da região com os empreendimentos e seus reflexos, ainda que se desconsidere o conjunto de empreendimentos e a questão do controle de enchentes, permanecem dúvidas, dadas às especificidades da UHE Itajuco Alto (altura da barragem, localização em terrenos cársticos e implantação em um rio livre de barramentos), mesmo quando este empreendimento é apreciado individualmente, conforme já apontado.

Procuradoria Geral do Estado

Procurador Geral do Estado

Dirceu José Vieira Chrysostomo

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL

Resolução PGE-39, de 25-4-94

Cria Grupo de trabalho para fornecer os subsídios necessários ao posicionamento institucional da Procuradoria Geral do Estado acerca da Lei Federal 8.137, de 27-12-90

O Procurador Geral do Estado, considerando:

a) a edição da Lei Federal 8.137, de 27-12-90, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências;

b) a conveniência de firmar-se posicionamento Institucional da Procuradoria Geral do Estado frente aos tipos penais ne previstos;

c) a necessidade do estabelecimento de normas de conduta dos Procuradores do Estado que, no exercício da função verificarem a ocorrência desses tipos penais, resolver;

Artigo 1.º — Fica criado, junto ao Gabinete do Procurador Geral do Estado, Grupo de Trabalho integrado, sem prejuízo das funções normais, pelos Procuradores do Estado José Roberto de Moraes, que o coordenará, Haroldo Turci, Antonil Joaquim Ferreira Custódio e Laís Helena de Castro Pachl, para no prazo de 30 dias, oferecer subsídios necessários ao posicionamento Institucional da Procuradoria do Estado frente aos tipos penais previstos pela Lei Federal 8.137, de 27-12-90, e a fixação de normas de conduta dos Procuradores do Estado ar nível das Unidades e dos respectivos processos administrativos e judiciais.

Artigo 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Portarias do Procurador do Estado Chefe de Gabinete, de 26-4-94

Cancelando:

a partir de 4 de abril de 1994, a pedido, a credencial de estágio outorgada a Carla Cristina Ikeda, RG 18.505.838-3 estudante de Direito, para exercer na Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos do Provimento 25, de 24 de maio de 1966 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 7 de fevereiro de 1986. (122/94);

a partir de 28 de março de 1994, a pedido, a credencial de estágio outorgada a Karen Proença Rejowski, RG 21.220.736, estudante de Direito, para exercer na Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos do Provimento 25, de 24 de maio de 1966, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 7 de fevereiro de 1986. (123/94);

a partir de 26 de março de 1994, em virtude de conclusão de estágio, a credencial de estágio outorgada a Gerald. Maria da Silva Nascimento, RG 11.855.262, estudante de Direito, para exercer na Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos do Provimento 25, de 24 de maio de 1966, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 7 de fevereiro de 1986. (124/94);

a partir de 31 de março de 1994, a pedido, a credencial de estágio outorgada a Daniella Carla Russo, RG 20.183.569 estudante de Direito, para exercer na Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos do Provimento 25, de 24 de maio de 1966 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 7 de fevereiro de 1986. (125/94);

a partir de 11 de março de 1993, a pedido, a credencial de estágio outorgada a Fernanda França Calixto, RG 20.307.354-X, estudante de Direito, para exercer na Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos do Provimento 25, de 24 de maio de 1966, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 7 de fevereiro de 1986. (126/94);

a partir de 31 de março de 1993, a pedido, a credencial de estágio outorgada a Margaret da Silva Peres, RG 10.958.904 estudante de Direito, para exercer na Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos do Provimento 25, de 24 de maio de 1966 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com fundamento no artigo 16, inciso V, do Decreto 24.710, de 7 de fevereiro de 1986. (127/94);

a partir de 1.º de fevereiro de 1994, a pedido, a credencial de estágio outorgada a Renata Maria Cruz Iversen, RG 21.615.459-5, estudante de Direito, para exercer na Procuradoria Geral do Estado atividades compatíveis com seus conhecimentos acadêmicos, nos termos do Provimento 25, de 24 de



BARRAGENS AMEAÇAM MEIO AMBIENTE E POPULAÇÃO NO VALE DO RIBEIRA

Pressão sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo poderá levar à aprovação da construção da primeira de uma série de quatro barragens no Rio Ribeira de Iguape, apesar dos pareceres técnicos contrários ao empreendimento.

Na próxima quinta-feira, 26 de maio, o CONSEMA -- Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo -- analisará o estudo de impacto ambiental da hidrelétrica do Tijuco Alto, proposta pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantin, sob a mais forte pressão política enfrentada pelo órgão no atual Governo.

As quatro barragens (Tijuco Alto, da CBA; e Itaóca, Funil e Batatal da CESP -- Companhia Energética de São Paulo) inundarão, caso aprovadas, uma área correspondente a aproximadamente 11 mil hectares de Mata Atlântica e das melhores terras agrícolas do Vale do Ribeira, expulsando mais de 8 mil pessoas, inclusive várias comunidades negras remanescentes de quilombos, que têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal.

O efeito dessas obras sobre o Rio Ribeira de Iguape, o último rio vivo dos estados de São Paulo e Paraná, que corre sem barramentos pela área mais preservada de Mata Atlântica do País, é considerada desastrosa pelo próprio órgão ambiental encarregado do controle de poluição. Em parecer divulgado em novembro de 93, a Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental), agência governamental vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, recomenda a NÃO construção das barragens devido aos efeitos negativos que acarretará, tais como: aumento da contaminação, principalmente por metais pesados, devendo inviabilizar o uso múltiplo dos reservatórios; provável deterioração da qualidade da água em todo curso do rio; alteração na diversidade e abundância de organismos aquáticos; e prejuízos à produção pesqueira.

Outro relatório, elaborado por uma Comissão Especial do CONSEMA, aprovado por unanimidade pelo colegiado em março de 94, demonstrou que o Vale do Ribeira é uma região vulnerável do ponto de vista ambiental, sócio-econômico e cultural, e que a falta de diretrizes governamentais impossibilita a previsão das reais repercussões e interferências que esses empreendimentos terão sobre o desenvolvimento da região. O relatório destaca a necessidade da conclusão do Macrozoneamento do Vale do Ribeira e do Programa de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, como subsídios prévios fundamentais para a tomada de decisão. Esses estudos, no entanto, estão paralisados por falta de recursos.

Além dos riscos ambientais e sociais dessas obras e da incapacidade de se avaliar com segurança seus reais impactos econômicos, conforme atestam documentos oficiais já citados, o Plano Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, elaborado pelo Departamento

Estadual de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e aprovado pela Assembléia Legislativa em 1990, caracteriza a Bacia do Rio Ribeira de Iguape como uma "Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Turística e de Preservação". Desta forma, o uso para a produção de energia elétrica foi descartada pelo próprio governo estadual, quando da elaboração do Plano.

Finalmente, o parecer do Departamento da Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, que subsidiará a decisão do CONSEMA, conclui textualmente em suas páginas 147 e 148 que: "...não há consenso sobre questões como as alterações que poderiam sofrer as comunidades aquáticas do rio e estuário, resultantes de modificações na qualidade da água e regime de cheias, e quais seriam as conseqüências sociais associadas. Não há dados suficientes para avaliar as implicações ambientais do controle de cheias: não se sabe qual a relação entre o custo ambiental e o benefício esperado, nem quem serão os beneficiados." mais adiante, "Neste contexto, em que os dados apresentados não permitem a visualização do nível desejável do cenário da região com os empreendimentos e seus reflexos, ainda que se desconsidere o conjunto de empreendimentos e a questão do controle de enchentes, permanecem dúvidas, dadas as especificidades da UHE Tijuco Alto (altura da barragem, localização em terrenos cársticos e implantação em um rio livre de barramentos), mesmo quando este empreendimento é apreciado individualmente, conforme já apontado."

Contra todos os argumentos técnicos, que apontam para os graves danos que essas hidrelétricas em conjunto ou isoladamente provocarão na região, a Companhia Brasileira de Alumínio, pertencente a um dos maiores grupos empresariais do País, tem utilizado seu enorme poder junto ao Ministério do Meio Ambiente, ao governo estadual e aos governos municipais do Vale do Ribeira para forçar uma decisão favorável à sua proposta.

Em recentes declarações à imprensa, o empresário Antônio Ermínio de Moraes, proprietário da CBA, afirmou que graças a entendimentos mantidos com o Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Henrique Brandão Cavalcanti, conseguiu impedir que o governo federal requisitasse para o Conselho Nacional do Meio Ambiente a aprovação do empreendimento, conforme determina a legislação que disciplina a utilização de rios que percorrem mais de um estado. Esta omissão está sendo questionada judicialmente por representação ao Ministério Público Federal, proposta pelo Deputado Fábio Feldmann.

Na tentativa de aprovar de qualquer maneira seu empreendimento, a empresa ameaça sitiar o CONSEMA, trazendo centenas de pessoas da região iludidas com promessas de progresso, que não são reais, pois a planta industrial que se beneficiará da energia gerada pela hidrelétrica de Tijuco Alto se localiza a 300 km de distância, no município de Mairinque, fora do Vale do Ribeira. Os empregos temporários gerados na região terminarão após a conclusão das obras, restando para o Vale apenas a degradação ambiental e social, sem nenhum retorno econômico perene para os municípios afetados.

Maiores informações:

Maura Campanilli/Fundação SOS Mata Atlântica - assessora de imprensa
tel.: 011 887.1195
fax.: 011 885.1680



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXMO. SR.
DR. ROBERTO MONTEIRO SANTOS
DD. SUB-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
BRASÍLIA - DF

COPIA

*Recebi o original.
Em 25/5/94*

Roberto Monteiro Gurgel Santos
Subprocurador-Geral da República

FABIO JOSÉ FELDMANN, Deputado Federal, PSDB SP, vem à presença de V. Exa. requerer a instauração de inquérito civil e demais providências legais cabíveis no sentido de que sejam apurados os fatos e responsáveis pela ilegalidade na outorga de uso do Rio Ribeira do Iguape para a construção de usinas hidrelétricas, bem como sejam tomadas as medidas legais cabíveis no sentido de que o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental sejam submetidos ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e ao Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA. Esta solicitação baseia-se nos artigos 20 (incisos III, IX e X), 21 (inciso XXIII, alíneas "a" e "c", e 225 da Constituição Federal; Lei 6.938/81, alterada pela Lei 7.804/89, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Os motivos de fato e de direito que levaram ao presente requerimento estão a seguir expostos:

1. DO VALE DO RIBEIRA

O "Vale do Ribeira", situado entre duas grandes regiões metropolitanas, a de São Paulo e a de Curitiba, é considerado área "de passagem" e tem estado marginalizado no processo econômico e social em curso.

O relevo de feições acidentadas e a baixa qualidade de suas terras para o aproveitamento agrícola constituíram-se nos principais obstáculos a sua plena inserção na economia até recentemente. Mesmo a proximidade das áreas urbano-industriais citadas não propiciou ainda uma especialização do Vale.

A disposição espacial do Vale do Ribeira permitiu sua divisão, para fins analíticos e político-administrativos, em duas áreas bem distintas: o Alto Ribeira e o



Baixo Ribeira. O Alto Ribeira é constituído pelas feições mais acidentadas do relevo regional, compreendendo as nascentes e todo o alto curso do rio homônimo. Esta porção menos ocupada pelo homem, com uma agricultura caracterizada pela pequena produção mercantil, tem sido objeto de exploração dos recursos minerais por parte de grandes grupos empresariais. Esta é, atualmente, a atividade econômica mais dinâmica da região.

O Baixo Ribeira compreende a região situada nas amplas várzeas do rio e alvéolos do relevo local, estendendo-se em direção ao litoral até o canal da Ilha Comprida, na sua desembocadura. Esta área, cujo início da ocupação remonta os meados do século XVI, detém o maior contingente demográfico e as principais atividades agrícolas de caráter mercantil, onde se destacam as produções do chá e da banana, além de sediar indústrias de transformação e beneficiamento destes produtos.

A inversão de recursos públicos destinados a suprir as demandas por infra-estruturas diversas, mereceu até o momento uma distribuição desigual, que priorizou o Baixo Ribeira. A implantação da rodovia federal BR-116-Régis Bittencourt, por exemplo, importante via de ligação entre São Paulo e Curitiba, proporcionou um significativo impulso econômico localizado, sobretudo naquela região.

A situação social do vale é extremamente complexa, permeada por problemas fundiários, de saúde, habitação, saneamento básico, educação, mercado de trabalho e renda.

O Vale do Ribeira, num contexto mais geral, portanto, é tido como uma região "pobre e despovoada", um "espaço disponível" ao desenvolvimento econômico e social. A busca de solução para os diferentes problemas dessa região passa necessariamente pela compatibilização das intervenções humanas com a conservação e a preservação dos seus recursos naturais. Esses recursos, particularmente a água, as florestas e o sub solo, possuem uma importância que transcende a ótica dos interesses setoriais, requerendo para sua apropriação um planejamento intensivo, levado a cabo de forma harmônica, no âmbito de um programa de caráter global.

2. DAS BARRAGENS DE TIJUCO ALTO, BATATAL, FUNIL E ITAÓCA

Atualmente existem estudos para a construção de quatro barragens no alto Ribeira. De juzante para montante temos: Batatal, Funil e Itaóca, da CESP-

COPIA

21



Companhia Energética do Estado de São Paulo e;Tijuco Alto, da CBA-Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Votorantim.

Inicialmente, nos Estudos de Inventário do rio Ribeira desenvolvidos pela CESP, a divisão de quedas contemplava cinco barramentos (Batatal, Funil, Itaóca, Tijuco e Divisa). O projeto para a UHE Tijuco Alto desenvolvido pela CBA com 150m de altura, engloba as barragens de Tijuco e Divisa propostas pela CESP. Posteriormente, a CESP desenvolveu os Estudos de Viabilidade do alto Ribeira, excluindo os aproveitamentos de Tijuco e Divisa, pois o DNAE já havia autorizado a CBA a elaborar o Projeto Básico para a UHE Tijuco Alto.

A configuração topográfica do Alto Ribeira consiste num relevo acidentado com vales profundos e encaixados em encostas abruptas com declividade média superior a 30%. Neste quadro físico de difícil penetração e fixação, a ocupação humana e o desenvolvimento das atividades econômicas tem nos fundos dos vales um local privilegiado e, na rede hidrográfica, a via de circulação pioneira. Outro aspecto da ocupação nesta porção do Vale do Ribeira é a dispersão demográfica. A população encontra-se preferencialmente disposta junto aos alvéolos ali existentes, sendo que em um dos maiores está localizado o distrito de Itaóca, no município de Apiaí.

Estes quatro barramentos projetados atingiriam os seguintes municípios: Ribeira, Eldorado, Iporanga, Apiaí e Barra do Turvo no Estado de São Paulo, Adrianópolis e Cerro Azul no Paraná. Estes municípios possuíam em 1984 cerca de 86.593 habitantes, sendo 55.294 nos municípios paulistas e 31.299 nos municípios paranaenses. A zona rural abriga a maior parte desse contingente (74%), 90% e 65% respectivamente para os Estados do Paraná e São Paulo.

A economia desses municípios é baseada na agropecuária e na mineração. sendo a primeira desenvolvida com baixo nível tecnológico, e a segunda caracterizada como importante fonte geradora de empregos.

3. DA REGIÃO AFETADA

Nos fundos dos vales dessa região, existem sítios mais favoráveis à fixação humana, concentram-se historicamente as edificações, as vias de circulação e os núcleos populacionais. A inundação destes vales afetará cerca de: 5.724 pessoas; 900 edificações; 40 km de estradas (14 km de estrada asfaltada, ligação Iporanga-

COPIA

22



Eldorado e acesso à Caverna do Diabo) e 52 km de caminhos, vias de acesso muito utilizadas pelos caiçaras.

Entre as edificações e infra-estrutura a serem inundadas, há monumentos históricos tombados pelo CONDEPHAAT, como o povoado de Ivapurunduva e o centro histórico de Iporanga, que serão afetados total e parcialmente, respectivamente, pelo reservatório de Batatal. A estes impactos devem-se acrescentar as desarticulações sociais e econômicas advindas da desestruturação espacial causada pela inundação. Novas teias de circulação e comunicação deverão ser criadas com a remoção de pessoas e relocação de estradas, além do aumento das distâncias entre elas.

A pequena disponibilidade de terras com potencial agrícola no Alto Ribeira, sobretudo em função do relevo, aliada aos problemas fundiários ali existentes, visto que a posse de grande parcela das terras não se encontra regularizada, constituem elementos determinantes no agravamento da situação sócio-econômica local, a partir do afogamento do fundo do vale.

A proteção dos solos contra os processos erosivos desencadeados pela ação das águas pluviais, a garantia da manutenção da qualidade das águas e a beleza cênica tornam evidente a importância da preservação da cobertura vegetal natural. Este fato torna-se mais relevante quando se observa que no Estado de São Paulo as áreas remanescentes da vegetação original ocupam menos de 8% do território, restringindo-se aos parques e reservas no Pontal do Paranapanema, na Serra da Mantiqueira, na Serra do Mar e no Vale do Ribeira.

4. DO PATRIMÔNIO ESPELEOLÓGICO AMEAÇADO

Convém ressaltar que nesta região existe um enorme patrimônio espeleológico, considerado bem da União (art. 20 da Constituição Federal), ainda não totalmente estudado e que não tem sido devidamente considerado no processo decisório envolvendo a construção das usinas.

A província espeleológica do Vale do Ribeira é considerada a área de maior importância espeleológica das Regiões Sudeste e Sul do Brasil. Estudos recentes constataram a presença de 330 dolinas, cadastrando 36 cavidades subterrâneas e 44 feições secundárias, além de 9 feições tipo sumidouros/ressurgência.

CÓPIA

[Assinatura] 23



Encontra-se, ainda, nesta província espeleológica, significativa fauna cavernícola. A inundação irá provocar a supressão do habitat subterrâneo de uma caverna importante do ponto de vista bio-espeleológico: a **Gruta do Rocha**, no Estado do Paraná.

5. DA UHE DE DE TIJUCO ALTO

Em 1988, a Companhia Brasileira de Alumínio-CBA solicitou ao DNAEE a outorga de concessão para exploração dos recursos energéticos disponíveis de um trecho do Rio Ribeira do Iguape, conforme exige a legislação que trata dos rios federais.

A produção energética a partir do aproveitamento do trecho escolhido, chamado Tijuco Alto, se destinaria à expansão da geração própria de energia da CBA, de 1.730.000.000 MWh para 2.603.000.000 MWh, com vistas à ampliação de seu parque produtor de alumínio, de 170.000 t para 210.000 t e depois para 310.000 t.

O Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE, com base no Decreto 41.019/57, que regulamenta os serviços de energia elétrica, propôs que fosse outorgada concessão à CBA, o que, no entanto, não significou a aprovação do Projeto Básico de Aproveitamento Hidrelétrico de Tijuco Alto.

No dia 21 de setembro de 1988 foi outorgada à CBA-Companhia Brasileira de Alumínio -, através do Decreto de nº 96746 do MME - DNAEE, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de trecho do rio Ribeira e a construção da UHE TIJUCO ALTO.

A análise do processo de concessão de outorga à CBA, demonstrou ter existido inversão nos procedimentos habituais para concessões desta natureza, o que nos levou a requerer informações junto ao DNAEE. (Requerimento de Informação nº 537/91 e Requerimento de Informação nº 2.840/94) - cópias em anexo).

Consta da Portaria do DNAEE de 17/08/1984, composta das Normas 01, 02, 03, e 04, que dispõem sobre a Apresentação de Estudos e de Projetos de Exploração de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica; como Nota de Destaque que "A outorga de concessão fica condicionada à aprovação do Projeto Básico".

CÓPIA

24



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Subvertendo a ordem definida pelas normas do DNAEE, a outorga foi concedida antes mesmo que o Relatório Final do Projeto Básico tivesse sido apresentado, conforme textualiza documento anexo à resposta ao Requerimento de Informação nº 2840/94 (cópias em anexo):

" Quanto ao atendimento da norma DNAEE nº 03, a análise restringe-se ao item 5 - Exigências Técnicas - Projeto Básico, uma vez que a Companhia Brasileira de Alumínio já detem a concessão para o aproveitamento, cuja outorga foi recomendada mesmo sem a apresentação do Relatório Final do Projeto Básico, devido à circunstâncias peculiares já exaustivamente avaliadas pelos setores competentes. " (grifo nosso)

Outras exigências contidas nas normas do DNAEE, como por exemplo a declaração de propriedade onde será construída a usina; incluindo as áreas inundadas pela mesma; a autorização dos proprietários ribeirinhos; ou ainda o direito de dispor livremente dos terrenos nos quais serão executadas as obras, que deveriam anteceder a concessão da outorga aparecem no Decreto 96746/88 como "diretrizes" (artigo 4º) para a o desenvolvimento do Projeto Básico.

A norma DNAEE nº 03 em seu subitem 3.3, em relação ao Projeto Básico, estabelece que o mesmo "deverá ser elaborado levando-se em consideração o uso integrado dos recursos hídricos de forma a compatibilizá-los com as diretrizes nacionais de gestão de recursos hídricos, definidas pelo DNAEE"; e o sub-item 3.4 prevê que "Na fase de concepção do Projeto Básico, deverão ser realizada consultas ao órgão colegiado da respectiva bacia (Comitês de Bacias Hidrográficas), de forma a integrá-lo aos demais usos previstos para a bacia". São feitas ainda diversas exigências técnicas, entre elas as ambientais, descritas no item 5. desta norma.

O descumprimento desta norma foi um dos motivos para a não aprovação dos empreendimentos das UHE's Eldorado e Descalvado, solicitados pela mesma CBA para o mesmo Rio Ribeira, em 1985, tendo sido desconsiderada para este caso de Tijuco Alto.

Ainda como condições para a concessão de outorga podemos citar a necessidade de apresentação de Licença Prévia. A Licença Prévia Ambiental - LP deve ser obtida antes da aprovação pelo DNAEE do Projeto Básico constituindo-se em

CÓPIA

26 25



um dos documentos obrigatórios para a Outorga de Concessão. A LP paulista dependeria de aprovação do CONSEMA, o que ainda está por ocorrer.

A opção pelo sítio Tijuco Alto, segundo declaração do Excelentíssimo Senhor Ministro da Infra Estrutura, João Eduardo C. Santana, em ocasião de resposta ao Requerimento de Informação 537/91, "originou-se em razão da frustração dos empreendimentos de Eldorado e Descalvado, e acatando solicitação da CBA". O DNAEE em articulação com os Estados de São Paulo e Paraná sugeriu a nova localização e aparentemente, houve a transferência de autorização de um empreendimento para outro, com condições bastante distintas.

6. DO INTERESSE FEDERAL NA REGIÃO

O rio Ribeira do Iguape é um rio federal, pois banha os estados de São Paulo e Paraná. A decisão da construção das quatro usinas aqui mencionadas há de ser efetivada necessariamente sob a ótica do impacto regional delas derivado. O simples fato das usinas localizarem-se em um rio inter-estadual já caracteriza tal situação de interesse regional e federal. Destaque-se que empreendimentos como usinas hidrelétricas têm que ser planejados na região em que se inserem.

Em especial, estando previstos vários barramentos para o mesmo curso d'água, como no caso aqui em análise, faz-se fundamental garantir que os empreendimentos sejam avaliados globalmente. Não se pode dissociar os processos decisórios de cada uma das usinas, como tem ocorrido em relação aos quatro barramentos no rio Ribeira do Iguape. E mais, não se pode desvincular as usinas do planejamento amplo das políticas econômicas, industriais e de meio ambiente, entre outras.

A construção das usinas de Batatal, Funil, Itaóca e Tijuco Alto implicará em sérias alterações na região, podendo provocar a ruptura definitiva no processo de equilíbrio do rio, impactos graves na qualidade ambiental de significativa extensão territorial, além de afetar a pesca e as comunidades que dela vivem. Saliente-se que os estudos técnicos destes empreendimentos atestam que sua influência chega a atingir até mesmo a zona estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia.

Vale notar-se, ainda, que as áreas de inundação das usinas envolvem: a perda de potencial minerário pertencente à União.; terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental, de propriedade da União consoante determina a Constituição

COPIA

26



Federal; e áreas remanescentes de Mata Atlântica, elevadas também por nossa Carta Magna à condição de patrimônio nacional.

Dessa forma, é evidente que essas usinas não se restringem à área de influência dos Estados de São Paulo e Paraná, caracterizando-se como empreendimentos de interesse do País como um todo.

7. DOS EIA/RIMA

Com relação aos Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), já foram apresentados aos órgãos ambientais estaduais aqueles referentes às Usinas de Tijuco Alto e do Funil. No entanto, esses estudos não guardam relação técnica entre si, o que pode ser considerado inaceitável diante de obras desse porte. Além disso, a análise de cada um dos empreendimentos isoladamente é altamente questionável, uma vez que o impacto ambiental das quatro usinas, quando considerado isoladamente é, de forma distorcida, menor do que quando analisadas de forma conjunta. Note-se que as outras duas usinas, UHE de Batatal de UHE de Itaoca, ainda não apresentaram EIA/RIMA.

O empreendimento da CBA consiste de uma barragem de concreto de 153m de altura, que formará um reservatório de acumulação que inundará parcialmente terras dos Estados de São Paulo e Paraná, afetando os territórios dos Municípios de Ribeira e Adrianópolis (SP), e Cerro Azul (PR). Também será formado um estirão de cerca de 70 Km rio acima, com interpenetrações em alguns vales laterais dos tributários do Ribeira do Iguape, formando várias reentrâncias e pequenas baías. A obra tem a previsão de construção de cinco anos.

Uma vez de posse da concessão do DNAEE, a CBA apresentou, em 1989, à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) e à antiga Superintendência de Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SUREHMA), hoje Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o EIA/RIMA do projeto UHE de Tijuco Alto, com vistas à obtenção do licenciamento ambiental prévio para o referido empreendimento. Esse licenciamento já foi outorgado pelo IAP, em 22 de fevereiro de 1994, e ainda está em análise na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O EIA/RIMA da UHE do Funil, da CESP, foi protocolado na SMA e no IAP para obtenção de licença prévia. Este projeto está em análise em ambos os órgãos

[Assinatura]



estaduais, e deverá ser discutido no CONSEMA-Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, no dia 26 de maio próximo.

A UHE do Funil consiste de uma barragem de 70 m de altura, que formará um reservatório de 34,2 Km², devendo gerar 150 MW e auxiliar no controle de cheias à jusante. Para a formação do reservatório serão inundados cerca de 1.039 ha dos 449.446 ha da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar (0,23% do total) e 18 ha dos 23.363 ha do Parque Estadual das Lauráceas (0,08%). Na APA da Serra do Mar, o uso atual do solo a ser afetado corresponde a 155 ha de floresta pluvial de encosta, 337 ha de mata secundária, 482 ha de pastagens e 65 ha de culturas.

Barramentos em rios semelhantes ao Ribeira do Iguape ressaltam a importância do Estudo de Impacto Ambiental como instrumento de planejamento, que deve inserir adequadamente a obra em uma determinada região. Para tanto, como bem aponta o estudo "Avaliação de Impacto Ambiental", apresentado no X Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, em 1993, é fundamental a realização de estudos que determinem quais os usos potenciais mais adequados à manutenção da qualidade ambiental e à melhoria das condições de vida da população. O produto esperado é um zoneamento ambiental que determine os usos prioritários para os recursos naturais. Ainda segundo esse estudo, "os EIAs dos dois empreendimentos - Tijuco Alto e Funil -, por considerar áreas restritas, não são o instrumento ideal para fundamental a tomada de decisão quanto ao destino da bacia como um todo.

Neste sentido, e buscando proceder a uma análise dos efeitos cumulativos, sinérgicos e interativos na resultante final da dinâmica da bacia, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através do Departamento de Avaliação do Impacto Ambiental da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, solicitou aos empreendedores a elaboração de um estudo integrado que avaliasse comparativamente as alternativas de partição de queda e suas consequências ambientais.

Este estudo, denominado "Aproveitamento Múltiplo do Rio Ribeira do Iguape - Avaliação Ambiental Comparativa das Alternativas de Partição de Queda", foi elaborado pela CESP e avaliado pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB; que concluiu pela **inapropriação de qualquer barramento** no Rio Ribeira do Iguape, tendo em vista a irremediável alteração de sua dinâmica natural. A formação dos lagos provocará uma ruptura definitiva no processo de

[Assinatura]



equilíbrio do rio, podendo resultar em alterações graves na qualidade ambiental da região - refletindo-se até no estuário - e causar modificações no padrão de sedimentação, na qualidade da água, descontinuidade de fluxos gênicos e alterações nas comunidades aquáticas, inclusive afetando a pesca e as comunidades que dela vivem na região estuarina.

Em 1990, o IPT-Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo, concluiu um Relatório sobre a abordagem do meio físico nos estudos de impacto ambiental para os aproveitamentos hidrelétricos previstos para o alto curso do Rio Ribeira. Neste Relatório são apresentados estudos de erosão, escorregamentos, subsidência e colapsos, bem como estudos sobre o uso e ocupação do solo, recursos minerais, e sistema viário regional (o atual e os impactos previstos para sua relocação).

Ainda em 1990, o Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape-CEEIGUAPE, em cumprimento à legislação em vigor, constituiu um grupo de trabalho para apreciar o EIA/RIMA apresentado pela CBA para o aproveitamento do Tijuco Alto. Esse grupo de trabalho produziu o "Parecer sobre Aproveitamentos Múltiplos dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Ribeira do Iguape", em fevereiro de 1991, no qual os principais problemas apontados pelo IPT foram destacados, junto com outras recomendações, todos encaminhados à CBA. Dentre os documentos recomendados, podemos citar:

- carta de suscetibilidade a escorregamentos;
- análise dos impactos ambientais da relocação do sistema viário;
- análise dos impactos ambientais da mineração para extração de materiais para a construção da barragem e as medidas necessárias para a recuperação das áreas degradadas;
- consideração da utilização das águas do Ribeira para o abastecimento das regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba.

Os próprios EIA/RIMAs dos empreendimentos confirmam a conclusão do referido parecer da Cetesb, ao apontar a veiculação para jusante dos barramentos, de águas de péssima qualidade por trechos do rio, chegando a atingir até mesmo a zona estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia. Convém ressaltar, ainda, que será

pt 29



CÂMARA DOS DEPUTADOS

inundadas áreas remanescentes de Mata Atlântica, que não e encontram protegidas por Unidades de Conservação e poderão ser desalojadas comunidades tradicionais, procedendo-se à destruição de vínculos que se perpetuaram por gerações.

O novo EIA/RIMA elaborado pela CBA e analisado pela SMA-SP (Parecer Técnico CPLA/DAIA nr. 012/94 - cópia anexa) não contemplou, entretanto, esses problemas supramencionados, apresentados pelo IPT e reiterados pelo CEEIGUAPE. Por outro lado, a SMA ao analisá-lo constatou estas mesmas omissões, além de outras, incluindo-as como exigências para obtenção da Licença de Instalação. Alguns desses aspectos, capazes de comprometer as fases posteriores do licenciamento pela SMA, alguns mostram-se capazes de inviabilizar a tomada de decisões, bem como comprometer a viabilidade operacional e econômica do empreendimento. A citar:

- ausência de programa para uso e disposição de materiais inservíveis originados nas obras a serem realizadas.
- ausência do Programa de Recuperação de Área Degradada durante a implantação do empreendimento e obras secundárias.
- ausência do Programa de Relocação de Captação de Água de Abastecimento para a Cidade de Ribeira.
- ausência do Programa de Implantação da Faixa de Proteção do Reservatório.
- ausência de um Programa de Reflorestamento, bem como aspectos econômico-financeiros do mesmo.
- ausência do Programa de Salvamento Arqueológico para a área diretamente afetada pelo reservatório, em função do grande patrimônio espeleológico da região.
- ausência do Programa de Resgate e Preservação da Memória Histórica.
- ausência de Programa de Controle Sanitário.

CÓPIA

20



- indefinição da localização e, conseqüentemente, não avaliação dos impactos ambientais decorrentes das estruturas completamente (túnel e casa de força), bem como das medidas mitigadoras e de controle.

Além disso, o referido Parecer Técnico CPLA/DAIA 012/94, aponta ainda, na análise dos impactos:

"Durante a construção, os impactos adversos sobre a qualidade da água referem-se às contribuições de poluentes particulados, oriundos de locais onde a dinâmica da obra não permita impedir essa contribuição, como é o caso da exploração de jazidas, bota-foras, caixas de empréstimo, avanço de frentes de trabalho, etc. Merece destaque o impacto causado pelo lançamento de material no rio para a constituições das enseadeiras, atividade com duração prevista para 5 meses, que é considerado pelo EIA como de magnitude e importância elevadas, em razão de não serem passíveis de mitigação. O EIA aponta ainda a contaminação das águas durante o enchimento do reservatório por restos orgânicos, resíduos minerários, etc.

"(...) No que diz respeito à poluição industrial, verifica-se na região a presença de diversas jazidas que exploram principalmente a galena, calcita e magnetita. Neste contexto, destaca-se a exploração do **chumbo** através da mineração do Rocha (situada na área de inundação de Tijuco Alto), da Plumbum S.A. (localizada em Adrianópolis, a jusante do barramento) e da Companhia Argentífera Furnas -CAF (situada às margens do córrego Furnas, afluente do rio Ribeira, em Iporanga).

"Os rejeitos da mineração do Rocha por terem sido depositados na área a ser inundada foram analisados e classificados. Os ensaios de solubilização indicaram a presença de chumbo e cromo em valores acima daqueles permitidos pela Resolução CONAMA 20/86, que trata do lançamento de efluentes de qualquer fonte poluidora. Os ensaios de solubilização demonstraram também uma tendência de aumento de concentração dos metais (...) Os resultados dos ensaios de lixiviação indicaram valores de chumbo e cobre também acima daqueles permitidos pela Resolução CONAMA 20/86.

"De acordo com os resultados obtidos o rejeito foi classificado como perigoso - Classe I. Em conformidade com a NBR 10004 da ABNT,

CPLA

31



por possuir teores de chumbo e cromo total maiores que os admitidos pela referida norma."

8. DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal estabelece:

- como bens da União (art. 20):

. "as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei";

. " os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terreno de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais";

. " os recursos minerais, inclusive os do subsolo";

. " as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos".

- nos art. 21, XII, "b" e 22, IV, a competência da União para:

. "explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: os serviços e instalação de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos; (art. 21, XII, "b");

. legislar sobre: águas e energia (art. 22, IV).

- a Mata Atlântica como patrimônio nacional, para fins de preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais, (art. 225, § 4º), e a região escolhida para a instalação das quatro usinas hidrelétricas - a bacia do rio Ribeira de



Iguape - integra este ecossistema, cuja preservação é da responsabilidade da União e, concorrentemente, dos Estados.

9. DA LEGISLAÇÃO RELATIVA AO TEMA

A Lei no. 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a redação dada pela Lei no. 7.804, de 1989, preceitua em seu art. 10:

"Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas e potencialmente poluidoras, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Parágrafo 4º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, o licenciamento previsto no caput deste artigo, no caso das atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional."

10. DA COMPETÊNCIA DO IBAMA

Do exposto resulta a competência do órgão federal - IBAMA - para autorizar a licença prévia para a implementação de qualquer projeto em área sob responsabilidade da União, como é o caso da Mata Atlântica.

Inconteste é a obrigatoriedade de licenciamento prévio daquele Instituto, nos casos das UHE de Batatal, Funil, Itaoca e Tijuco Alto, nos termos do art 10, § 4º, da Lei 6.938/81 (com a redação dada pela Lei 7804/89). Este dispositivo legal confere ao IBAMA competência para, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, licenciar



atividades ou obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional e regional.

Acresce reforçar, complementarmente, e em apoio à obrigatoriedade do licenciamento prévio do IBAMA a respeito dos projetos em exame, que a existência de pressões políticas locais induzem à necessidade do posicionamento técnico da instância federal, menos afeta a interesses dessa natureza.

Convém ressaltar que o principal argumento para a apreciação dos EIA/RIMA pelos órgãos estaduais, tem sido o disposto na Resolução CONAMA nr. 006/87, que estabelece:

"Art. 1^o As concessionárias de exploração, geração e distribuição de energia elétrica, ao submeterem seus empreendimentos ao licenciamento ambiental perante o órgão estadual competente, deverão prestar as informações técnicas sobre o mesmo, conforme estabelece os termos da legislação ambiental e pelos procedimentos estabelecidos nesta resolução.

"Art. 2^o Caso o empreendimento necessite ser licenciado por mais de um Estado, pela abrangência de sua área de influência, os órgãos estaduais deverão manter entendimento prévio no sentido de, na medida do possível, uniformizar as exigências.

Parágrafo único O IBAMA supervisionará os entendimentos previstos neste artigo."

Destaque-se que a a redação dada pela Lei 7.804/ 89 à Lei 6.938/81, deixa explícito que o licenciamento dos empreendimentos com impacto regional ou nacional, como é o caso das usinas hidrelétricas aqui em análise, compete ao IBAMA. A argumentação no sentido de que tal licenciamento caberia aos órgãos estaduais é equivocada já que o conteúdo de uma Lei está em escala jurídica superior ao de uma Resolução.

11. DAS PROPOSIÇÕES JÁ EFETIVADAS

No âmbito de nossas atribuições parlamentares, apresentamos as seguinte proposições:

IBAMA

34

87



- Requerimento de Informação 537/91, que solicita informações ao Ministro da Infraestrutura, através do DNAEE, sobre a outorga de concessão para aproveitamento hidrelétrico no Rio Ribeira do Iguape. (cópia anexa)

- Requerimento de Informação 2840/94, que solicita ao Ministro das Minas e Energia informações sobre aproveitamento hidrelétrico no Rio Ribeira do Iguape, no local denominado Tijuco Alto, nos Estados do Paraná e São Paulo (cópia anexa).

- Requerimento de Informação 3072/94, que solicita informações ao Ministro da Fazenda, através do departamento de Patrimônio da União, sobre as terras devolutas na área de influência direta do projeto da Companhia Brasileira de Alumínio para aproveitamento hidrelétrico no Rio Ribeira do Iguape, nos Estados do Paraná e São Paulo. (cópia anexa)

- Requerimento de Informação 3073/94, que solicita informações ao Ministro das Minas e Energia sobre a outorga de concessão para aproveitamento hidrelétrico no Rio Ribeira do Iguape, nos Estados de São Paulo e Paraná. (cópia anexa)

- Indicação 457/94, que solicita ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal que submeta à apreciação do Conselho nacional do Meio Ambiente-CONAMA o Estudo de Impacto Ambiental, e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, de projeto de aproveitamento hidrelétrico proposto para o Rio Ribeira do Iguape, nos estados de São Paulo e Paraná, sugerindo, inclusive, a criação de Comissão Especial para tratar do assunto. (cópia anexa)

- Indicação 458/94, que solicita ao Poder Executivo, através do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, sejam tomadas as providências no sentido de avocar ao IBAMA o Licenciamento Ambiental prévio referente ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Ribeira do Iguape, no local denominado Tijuco Alto, nos termos do art. 10 da Lei 6938/81, conforme a redação dada pela Lei 7804/89. (cópia anexa)

Portanto, estas que ora apresentamos a V.Exa. considerações sobre a necessidade do IBAMA avocar para si o licenciamento, foram encaminhadas ao Ministro do Meio Ambiente através da Indicação supracitada.



A Secretária de Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente, Sra. Nilde Lago Pinheiro, em Ofício 247/MMA/SMA (cópia anexa) dirigido ao Presidente do órgão Sr. Simão Marrul Filho, afirmou que a "matéria não deixa dúvidas quanto à conveniência, tanto do ponto de vista legal como de mérito, de ser examinada a nível federal". Atualmente aguarda-se a tomada de decisão do órgão.

É de se notar que, em 19 de outubro de 1990, através do OF. 361/90/CODID-PR, o Procurador da República, Dr. Dilton Carlos Eduardo França, requisitou ao DNAEE, "cópia do processo administrativo que redundou na outorga à CBA de concessão para aproveitamento da energia hidráulica, de um trecho do rio Ribeira do Iguape, local denominado Tijuco Alto", acolhendo a pedido de providências formulado pela entidade civil Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná. (ver cópia anexa ao presente, como parte integrante da resposta ao RIC 3073/94 - pag. 139 e 140).

12. DO PEDIDO

Em razão do exposto acima, solicitamos a V.Exa. o pronto exercício de suas elevadas funções constitucionais, instaurando o competente inquérito civil e efetivando as demais providências legais cabíveis, com vistas a:

a) garantir que o licenciamento das barragens de Tijuco Alto, Batatal, Funil e Itaóca seja realizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, considerando-se as licenças já concedidas, pendentes de validade jurídica até a expedição da referida licença pelo IBAMA;

b) suspender a eficácia das licenças e outros atos relativos a estes empreendimentos expedidos pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo-SMA ou pelo Instituto Ambiental do Paraná-IAP;

c) assegurar que o IBAMA, ao analisar os EIA/RIMA relativos aos empreendimentos - o faça em conjunto para as quatro UHE propostas -, e considere



os aspectos negligenciados até agora no processo decisório ambiental, em especial os citados nos itens 3, 4 e 6;

d) garantir que sejam consultados no processo decisório ambiental o Departamento de Patrimônio da União-DPU e o Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, respectivamente, no que atine à inundação de terras devolutas e as de potencial mineral;

e) enviar comunicado ao Ministério das Minas e Energia sobre a ilegalidade da outorga;

f) submeter o empreendimento à apreciação do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

g) na hipótese de início de obras, sejam tomadas as medidas cautelares previstas na legislação vigente, para impedir os danos.

Brasília, 25 de maio de 1994.

Deputado FABIO FELDMANN

No sentido de subsidiar os trabalhos de V.Exa., anexamos, ainda, ao presente:

- matéria publicada no Jornal da Tarde de 23.05.94, sob o título "Usinas vão barrar o Ribeira".
- Parecer Técnico CPLA/DAIA 012/94, referente à análise do EIA/RIMA.
- OF. 247/MMA/SMA, de 13 de abril de 1994, da Secretária de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente.

MOÇÃO

A comunidade científica e os representantes da sociedade civil, reunidos no I CONGRESSO BRASILEIRO DE ANÁLISE AMBIENTAL, realizado em Rio Claro, repudiam veementemente a construção de hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape, o último rio vivo dos Estados de São Paulo e Paraná, que corre livre pela área mais preservada da Mata Atlântica, e a aprovação do EIA/RIMA da UHE Tijuco Alto, da Cia. Brasileira de Alumínio - CBA, do Grupo Econômico Ermírio de Moraes.

Esta decisão abrirá um perigoso precedente para os processos de aprovação das Hidrelétricas de Itaoca, Funil e Batatal, da CESP.

As barragens, se contruídas, inundarão área reconhecida como RESERVA DA BIOSFERA pela UNESCO, constituindo as melhores terras para agricultura no Alto e Médio Vale do Ribeira, expulsando mais de 8.000 pessoas, e atingindo várias comunidades negras remanescentes dos quilombos. Ficarão também submersas áreas de preservação permanente, entre elas a APA (Área de Proteção Ambiental) da Serra do Mar, o Parque Estadual das Lauráceas no Paraná, O Parque Estadual de Jacupiranga, terras com potencial minerário, sítios arqueológicos, além da ameaça ao Patrimônio Espeleológico e Núcleos Históricos tombados pelo CONDEPHAT, e à qualidade das águas, ao sistema lagamar e seu estuário.

A aprovação precipitada do empreendimento, por interesses setoriais em ano eleitoral, contrariou todos os argumentos técnicos, que apontaram os graves danos que estas hidrelétricas, em conjunto ou isoladamente, provocarão na região.

Estes fatos não ocorrem de forma isolada. O Governo do Estado de São Paulo, privilegiando interesses privados, em detrimento do patrimônio ambiental, social e cultural do Vale do Ribeira do Iguape e a Legislação e Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado, afastou a sociedade de modo arbitrário do Conselho de Recursos Hídricos, e promove o desmonte dos órgãos técnicos envolvidos com a questão.

I CONGRESSO DE ANÁLISE AMBIENTAL - 27/05/94



APANDE

Petrópolis, 07 de junho de 1994

Exmo. Sr.
Dr. Henrique Brandão Cavalcante
D.D. Ministro do Meio Ambiente

Senhor Ministro

Na qualidade (e sobretudo nos deveres) de Representante Civil do Brasil Sudeste no CONAMA, venho primeiramente solicitar à V.Excia. que nos sejam fornecidas com a possível brevidade, as cópias dos documentos referentes aos licenciamentos dados à obra da Represa do Tijuco Preto no Estado de São Paulo, no Vale do Rio Ribeira e dos estudos que tenham sido feitos sobre a sua repercussão no Rio Ribeira que é um importante Rio interestadual.

Creemos firmemente que o CONAMA, como órgão supletivo, deveria urgentemente opinar a respeito inclusive através de suas Câmaras Técnicas e, finalmente, da sua Plenária.

Lembramos, também, a repercussão nacional desse assunto sendo de conhecimento público que a CESP estaria planejando construir 3 outras represas no mesmo Vale do Ribeira o que também deverá, no nosso entender, ser objeto de análise pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Temos a profunda fé e confiança que o Brasileiro que redigiu e cuidou da aprovação do Decreto que criou a CENAMA em 1973 e que teve uma atuação tão destacada na Delegação Brasileira para a aprovação da Declaração de Estocolmo, não permitirá que esse assunto passe ao largo do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Portanto, pedimos especialmente e prioritariamente que, como Presidente do CONAMA, faça avocar e colocar na pauta da próxima Reunião Ordinária de 30 de junho, a análise desses projetos - até como solicitação das organizações não governamentais do Brasil Sudeste no CONAMA que saberão dar valor, público, ao vosso gesto.

Respeitosamente,

Fernanda Colagrossi
FERNANDA COLAGROSSI
Presidente

197 - Acervo
DAISA

PARECER TÉCNICO Nº 001/NAH/93

ASSUNTO: Aproveitamento múltiplo do rio Ribeira de Iguape - Avaliação ambiental comparativa das alternativas de partição de queda

INTERESSADO: SMA

DATA: 25/11/93

Em atendimento à solicitação da SMA, formulada em MEMO CPLA/DAIA/260/93, os técnicos da NAH procederam a uma análise do Estudo de Avaliação Ambiental Comparativa das Alternativas de Partição de Queda do rio Ribeira de Iguape, efetuada pelas firmas ENGECORPS e PARCON, a pedido da CESP. Essa análise foi dividida nos seguintes itens que serão desenvolvidos a seguir:

1. Efeitos sobre as águas e sedimentos.
2. Efeitos sobre a ictiofauna e outras comunidades aquáticas.
3. Proteção das várzeas e recuperação das margens.
4. Importância do rio para o estuário.
5. Considerações legais.

1. EFEITOS SOBRE AS ÁGUAS E SEDIMENTOS.

Durante a fase de construção das barragens, grande quantidade de material sólido será carregado para o rio Ribeira pela movimentação de terra, causando um aumento da turbidez do rio, conforme abordado no relatório, item 6.2.2 pág. 230.

Este fato tem especial importância em toda a extensão do rio Ribeira, bem como para o estuário, no que se refere ao transporte de metais pesados existentes em concentrações elevadas no Alto Ribeira. O principal mecanismo de transporte de metais do continente para as regiões estuarinas é adsorvido aos sólidos em suspensão da fração silte-argila (THOMAS & MEYBECK, 1992).

A Figura 1 ilustra bem o gradiente de concentrações de chumbo no sedimento do rio Ribeira ao longo do seu curso até o estuário, com base em dados obtidos nos anos de 1990 e 1991, pela CETESB (dados não publicados). A Figura 2 apresenta a localização dos pontos de amostragem ao longo do rio Ribeira de Iguape e estuário.

157 - Arquivo
L/A 15A

Mesmo que se isole todas as minas, depósitos e lagoas de rejeitos de mineração das regiões a serem inundadas, a própria constituição mineralógica da região (rica em Pb, Zn, As), aliada a essa intensa movimentação de terra deverá acelerar, neste período de construção das barragens, o transporte destes elementos em direção ao estuário, diminuindo a qualidade dos ambientes a jusante, bem como de toda a comunidade de organismos, especialmente aqueles que têm seu ciclo de vida (em parte ou todo) estreitamente relacionado com o fundo, onde serão acumulados estes elementos.

Num segundo momento, ou seja, iniciada a operação das barragens, elas passarão a atuar como barreiras ao transporte de material para jusante, gerando regiões de menor hidrodinâmica e sedimentação a montante.

A decomposição da vegetação a ser submersa na área inundada aumentaria em muito a quantidade de matéria orgânica a ser decomposta no hipolímnio, podendo gerar águas excessivamente ácidas e anóxicas a montante dos barramentos, sendo esta possibilidade especialmente importante nas regiões onde ocorre maior biomassa vegetal e nos reservatórios mais profundos.

Esta acidez pode acelerar o desenvolvimento de feições cársticas (conf. item 6.2.3 do relatório), especialmente nas áreas onde estão presentes os corpos maiores de rochas carbonáticas, bem como propiciar uma maior solubilização dos metais pesados existentes em altas concentrações no leito do rio Ribeira de Iguape na região de abrangência das barragens, aumentando sua biodisponibilidade. Deste modo, torna-se de fundamental importância o desmatamento de qualquer região que venha a ser inundada.

Cabe salientar que o desmatamento preliminar, considerado essencial, poderá tornar ainda mais marcante o efeito citado de transporte de metais pesados em direção ao estuário, durante a fase de construção das barragens. Mesmo que se efetue o desmatamento preliminar, passará a ocorrer sedimentação de material mais grosseiro e de partículas orgânicas a montante das barragens. Este gradual aumento da camada orgânica no fundo deverá gerar uma região de intensa depleção de oxigênio dissolvido e provável anoxia, especialmente nos reservatórios mais profundos, como é o caso de Tijuco Alto.

Estas águas anóxicas poderiam ter um efeito deletério extremo a jusante, caso fossem vertidas da barragem. Apesar dessas águas dificilmente se localizarem próximas da superfície, o fato dos projetos preverem o controle de cheias, juntamente com a operação das barragens abaixo do nível máximo para geração exclusiva de energia, torna a

hipótese acima plausível. Para evitar este possível efeito a jusante, comportas em diversos níveis da barragem seriam fundamentais.

Essa região de águas mais ácidas propiciaria a remobilização dos metais pesados presentes no sedimento, além do fato de poderem ser geradas espécies químicas extremamente tóxicas aos organismos, como é o caso do Arsênio (encontrado em altas concentrações no longo do rio Ribeira em toda a área de influência das barragens propostas) na forma As^{+3} , solúvel e termodinamicamente favorável sob condições de Eh (potencial redox) baixos.

2. EFEITOS SOBRE A ICTIOFAUNA E OUTRAS COMUNIDADES AQUÁTICAS

2.1. Ictiofauna

Com relação à ictiofauna, independente da alternativa escolhida, conforme consta na pág. 249 do documento, os impactos serão no sentido de desfavorecer a manutenção desta comunidade, pois deverá ocorrer:

- diminuição da diversidade e desaparecimento de espécies predominantemente reofílicas (nos reservatórios);
- compartimentação do habitat aquático pelas barragens, isolando as comunidades ictiofaunísticas em trechos entre barragens;
- desestruturação das comunidades ictiológicas, sendo que os peixes de corredeiras ficarão restritos nos afluentes de maior porte a montante do reservatório de Divisa ou Tijuco Alto e ao segmento a jusante da barragem de Batatal;
- desfavorecimento de peixes que se alimentam de organismos bentônicos adaptados a fundos rochosos com corredeiras, como os loricariídeos (cascudos).

No tocante a este último aspecto, cabe ressaltar que Loricariidae foi a família de peixes mais representativa, em termos de biomassa e com o maior número de espécies (9) encontrada no rio Ribeira, em trabalho em desenvolvimento pela CETESB. São os peixes

dominantes no trecho do Ribeira a ser barrado, o que significa uma perda irrecuperável de espécies de peixes.

Nesse trabalho, quando se analisa a composição das espécies e as suas abundâncias relativas nos pontos de amostragem ao longo do rio Ribeira, por estação do ano, fica patente a natureza dinâmica dessa comunidade ao longo de todo o rio. Observa-se, de um modo geral, oscilações bastante pronunciadas nas abundâncias e padrões irruptivos, com a captura de grande número de indivíduos de algumas espécies em pontos onde eram incomuns ou ausentes. Os dados sugerem que boa parte das espécies de peixes do rio Ribeira não é sedentária, mas realiza deslocamentos relacionados à busca de locais de reprodução e/ou de alimentação. Esse dinamismo temporal, evidente em todos os pontos, incluindo a desembocadura, impede, em termos práticos, a divisão do rio em compartimentos isolados, e sugere que alterações pontuais, como represas, desmatamentos e drenagens de várzeas, podem ter influência sobre toda a ictiofauna do rio.

Interferências sobre a ictiofauna a jusante das barragens:

A modificação do regime hídrico a jusante da barragem de Batatal, visando o controle das cheias, pode ter vários efeitos sobre a comunidade de peixes. A disponibilidade de nutrientes, o estímulo para migração, o sucesso da migração e da desova, a sobrevivência dos ovos e dos alevinos, a necessidade de habitats e a composição de espécies podem ser afetados adversamente.

Os procedimentos operacionais da maioria das hidrelétricas resultam em um regime de fluxo a jusante rapidamente variável, e tais variações podem ter consequências significativas sobre a fauna de peixes. A rápida elevação da descarga pode erodir locais de desova e remover invertebrados bentônicos, os quais são uma fonte de alimento significativa para muitos peixes.

A jusante de um reservatório geralmente existe um decréscimo na disponibilidade de nutrientes, caracterizado pela diminuição de nitratos, fosfatos e outros elementos devido ao metabolismo do reservatório. Tais mudanças diminuem a produtividade primária do rio, o que é acompanhado por mudanças na transferência de energia para níveis tróficos superiores, diminuindo a produtividade da comunidade como um todo. Este fato depende, principalmente, do tipo de descarga da barragem: reservatórios com descarga de

superfície retém nutrientes e exportam calor, enquanto que reservatórios com descarga de fundo podem exportar nutrientes e reter calor (PETTS, 1984). No presente relatório não foi especificado o tipo de descarga previsto para as barragens.

A diminuição de nutrientes a jusante da barragem de Batatal pode afetar a pesca da manjuba (*Anchoviella lepidentostole*). Esta espécie migra do mar para o rio Ribeira de Iguape, penetrando até 140 km neste rio para se reproduzir. Este fenômeno se processa praticamente o ano todo, com dois picos de maior intensidade no verão e no outono, períodos que coincidem com alta pluviosidade. Valores muito baixos de nutrientes na água (silica, fosfato, nitrato, nitrito e amônia) parecem não afetar diretamente sua atividade reprodutiva, mas sim a alimentar (BENDAZOLI & ROSSI-WONGTSCHOWSKI, 1990). Além disso, a diminuição da vazão do rio Ribeira de Iguape devido às barragens, no período das cheias, deve aumentar o efeito de diluição de suas águas exercida pelo rio Juquiá, o que deve afetar o reconhecimento químico da manjuba durante sua migração, neste período. Assim, as barragens previstas podem diminuir, sensivelmente, a migração da manjuba no rio Ribeira de Iguape, por alteração dos parâmetros físico-químicos que estimulam esse processo e por diminuição na disponibilidade de nutrientes. Dentro da atividade pesqueira artesanal do litoral sul de São Paulo, a pesca da manjuba em Iguape é de maior importância, envolvendo cerca de 2 mil pescadores (BENDAZOLI & ROSSI-WONGTSCHOWSKI, 1990). A manjuba representa, portanto, uma grande fonte de riqueza para a população local.

As barragens também serão um obstáculo para a migração dos peixes logo a jusante para as suas áreas de reprodução e/ou alimentação. O aumento do nível da água, que é um dos principais estímulos para a migração rio acima, será alterado, devido ao regime de descarga das barragens. Isso pode levar à redução de estoques, com possível inviabilidade na manutenção de algumas espécies.

A regulação do rio Ribeira de Iguape, visando o controle das cheias no curso baixo, deverá modificar a dinâmica das lagoas marginais, as quais compõem um habitat essencial para a reprodução dos peixes. Assim, possivelmente, a estrutura da ictiofauna do baixo curso do rio sofrerá alterações quanto à sua composição e abundância, devido ao baixo recrutamento ocasionado pela falta de habitats favoráveis à reprodução. Além disso, reduções súbitas da vazão a jusante, para o enchimento do reservatório ou para atender picos de demanda energética levam à exposição do leito do rio, o que pode causar mortalidade de peixes por asfixia, excessos de temperatura ou dessecação.

Efeitos da qualidade da água nos reservatórios sobre a ictiofauna:

Como consta no relatório (pg. 249), as três alternativas propostas parecem ser desfavoráveis à ictiofauna. Uma das consequências imediatas do represamento de um rio é a conversão de um ambiente lótico em lético. O represamento de rios com correnteza relativamente rápida pode excluir totalmente espécies que são capazes de viver somente em águas correntes (PETTS, 1984).

O fato de os loricariídeos (cascudos) comporem uma parcela significativa da ictiofauna do trecho analisado, aliado a uma certa taxa de endemismos, faz com que os impactos a nível de destruturação da comunidade e perda de biodiversidade sejam ainda mais relevantes.

Estudos ictiológicos realizados em rios da Mata Atlântica revelaram um alto nível de endemismo. No rio Ribeira de Iguape, a escassez de estudos mais profundos não permite que se afirme qual o nível de endemismo, mas existem evidências de que ele se comporta como os demais rios da Mata Atlântica. Algumas espécies de peixes do Ribeira parecem ser endêmicas, como por exemplo, *Hoplias lacerdae*, *Hypostomus agna* e *Harttia kronei*. Torna-se necessário, então, a realização de levantamentos mais completos da ictiofauna que ocorre na área do empreendimento.

Como a profundidade média dos reservatórios vai de 27.3 (Divisa) até 150 metros (Tijuco Alto, alternativa III) a presença de uma camada de água anóxica no fundo inviabilizará a existência de peixes bentônicos, independentemente, ao contrário do que consta no relatório, da sua capacidade de suportar altas pressões.

A possível retenção e remobilização de metais, principalmente chumbo, nos reservatórios, poderá aumentar significativamente a contaminação das espécies que conseguirem se adaptar a este novo ambiente, tornando-as impróprias para consumo humano. Dados já obtidos pela CETESB, mostram altas concentrações de metais nos peixes, especialmente de chumbo, no Alto Ribeira.

A desestratificação dos reservatórios poderá causar depleção de oxigênio, provocando eventuais mortandades de peixes. Problemas de assoreamento nos reservatórios podem gerar restrições à alimentação de espécies bentófagas.

Em termos gerais, as alterações na dinâmica da água deverão provocar mudanças nos atributos físicos, químicos e biológicos, o que permitirá a proliferação de espécies rústicas e extinção local de espécies estritamente reofílicas.

Efeitos na ictiofauna da região estuarina

Alterações nas condições da região estuarina foram tratadas pelo documento de uma forma bastante superficial, sendo que, no entanto, trata-se de aspecto relevante, tendo em vista a importância desta região em contexto tanto local, como de todo o litoral sul do Brasil.

Espécies de peixes importantes do ponto de vista econômico, como manjubas, bagres, tainhas, robalos, além de crustáceos, como o camarão branco e o sete barbas, frequentam esse estuário, utilizando-o quer seja como área de reprodução, criação ou alimentação e contribuindo para o sustento da atividade pesqueira da região.

O rio Ribeira de Iguape é o principal contribuinte de água doce do Complexo estuarino lagunar de Iguape - Cananéia - Paranaguá. Este complexo, por sua vez, apresenta características físico-químicas e biológicas bastante singulares e suas peculiaridades o tornam um berçário de uma ampla diversidade de espécies de organismos aquáticos.

A pesca artesanal, tanto em Iguape como em Cananéia, é a atividade base da maior parte da população da região. Em Iguape, a principal atividade é a pesca da manjuba (*Anchoiella leptodontole*), espécie de peixe de grande interesse econômico na região.

Alterações na qualidade e quantidade das águas do rio Ribeira poderão empobrecer o estuário, provocando uma redução na sua produtividade (pág. 250 do documento) e, provavelmente, empobrecendo também a região marinha adjacente, causando o desaparecimento de cardumes de peixes de valor econômico, como ocorreu no delta do Nilo, após o represamento.

Outro aspecto a ser considerado é o fato do macrozoneamento da região lagunar de Iguape-Cananéia ter evidenciado a aptidão de, praticamente, toda a área lagunar, para o

desenvolvimento de aquicultura, desde que, como requisito fundamental haja a estabilidade ambiental (SUDELPA, THEMAG, 1987).

A CESP descarta a utilização de modelagem matemática para prognosticar a qualidade da água, sendo que esta decisão está respaldada pela insuficiência qualitativa dos dados analíticos disponíveis. Este é um fato que deve ser repensado, tendo em vista a importância das consequências para o estuário da implantação de empreendimentos como estes planejados para o Ribeira.

2.2. Outras comunidades aquáticas

Em vista da falta de informações no documento sobre as outras comunidades aquáticas, além da compilação errônea de dados das comunidades fito e zooplânctônicas, citadas em ESB (1991), como por exemplo, nas págs. 105 e 106 do documento, onde é citado 96 org/L em vez de 96 org/mL, e 4000 ind/L em vez de 4000 org/m³, a avaliação dos possíveis impactos decorrentes do empreendimento ficou inviável e distorcida.

A transformação de um ambiente lótico em lético alteraria a estrutura e a composição do plâncton, determinando, principalmente, o desaparecimento ou a proliferação de espécies e a instalação de organismos invasores, de tal forma que algumas espécies que ocorrem naturalmente em rios são eliminadas ou reduzidas em sua abundância, enquanto outras encontram no novo ambiente, um habitat favorável e tornam-se abundantes. Isso pode representar aspectos negativos, principalmente, com relação à qualidade da água, através da eutrofização e do provável aumento na distribuição geográfica de doenças de veiculação hídrica.

Além disso, pode-se ressaltar outros aspectos negativos a jusante de reservatórios. Estudos indicam que grandes mudanças na estrutura da comunidade e abundância das populações de rios que recebem a contribuição das lagoas marginais e de campos inundados (várzeas), estão, principalmente associadas com as flutuações sazonais do nível da água. Contudo, construção de barragens provoca desequilíbrios nessa estrutura ao longo do rio e, em alguns casos, a alteração do regime de enchente deixa de ser sazonal e passa a obedecer o regime controlado pelo "empreendedor". Poderá ocorrer o desaparecimento das matas ciliares, que são importantes sistemas de manutenção da diversidade, principalmente do zooplâncton.

2072 - Acervo
15A

A redução da contribuição de águas do rio Ribeira de Iguape irá alterar, tanto a qualidade da água ao longo do rio, como as condições hidrográficas no estuário. No rio, poderá ocorrer uma maior concentração de nutrientes em função da carga orgânica pontual das cidades, sobretudo devido à redução de sua vazão nos trechos entre reservatórios. Além disso, não foram avaliados neste estudo os efeitos das descargas de esgotos a jusante do empreendimento. Também deveriam ser considerados os prognósticos quanto a taxa de eutrofização dos diferentes reservatórios e, portanto, quanto a sua vida útil e qualidade da água.

No estuário, MONTÚ (1987) registrou no zooplâncton a substituição da espécie de copépodo dominante em função da alteração da salinidade. Em relação ao fitoplâncton, AIDAR-ARAGÃO (1986) demonstrou a importância da água do rio Ribeira como estimuladora do crescimento de *Skeletonema costatum* (dominante no estuário), dados que também não foram considerados neste estudo.

3. PROTEÇÃO DAS VÁRZEAS E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS.

O relatório ainda é extremamente contraditório quando aborda o problema da "ocupação de várzeas". Existem contradições com relação ao cálculo da área a ser recuperada, sua vocação para o aproveitamento agrícola, sua importância para o ambiente e seu "status" de área protegida por legislação nacional (CONAMA, 1986), além dos efeitos reais das barragens no regime hídrico do médio e baixo Ribeira.

O texto apresentado diz, nas páginas 2 e 3, que um dos objetivos das obras seria "a otimização dos efeitos benéficos, especialmente com referência ao controle de enchentes e consequente recuperação de várzeas inundáveis", visando ainda "a incorporação das várzeas no processo produtivo". Esta "incorporação" seria possível graças ao controle de cheias exercido pelas barragens, bem como pelo Vale Grande. Nas páginas 229 e 230 é exposto que, segundo estudos anteriores, a vazão de restrição em Registro seria de 1200m³/s, que "corresponde a uma cheia natural que ocorre a cada 2 anos". Analisando-se a série histórica de 1940 a 1990, das vazões máximas anuais em Registro, constata-se que a vazão de restrição foi superada na maioria (64%) dos anos.

Nesse trecho do texto é colocado que o controle das enchentes a jusante do bairro do Estaleiro estarão na dependência da barragem do Valo Grande. E conclui: "Estudos realizados permitiriam a recuperação de 24600 ha de terras inundáveis anualmente, e mais o aproveitamento garantido de 22500 ha de terras inundadas periodicamente, quando as vazões são superiores a 1200m³/s a jusante do barramento de Batatal". Além de ambíguo, e de não apresentar em nenhum momento onde realmente se situam essas áreas, o texto contraria a legislação federal que define, na Resolução CONAMA nº4 de 18/09/85, como "reservas ecológicas as florestas e demais formas de vegetação" situadas "ao longo dos rios ou de qualquer corpo d'água em faixa marginal, além do leito maior sazonal (= calha alargada, ou maior, de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia) :

- de 5m para rios com menos de 10m;
- Igual à metade da largura dos corpos d'água que meçam de 10 a 200m;
- de 100m para todo curso d'água de largura superior a 200m."

Mais adiante (pág. 250), o próprio documento ao discutir as interferências das obras sobre as comunidades do baixo curso e estuário, diz que : "As vazões'efluentes de Batatal (...), têm por finalidade controlar as cheias no baixo curso(sic). Caso esse controle não permita que as águas inundem pelo menos parte da várzea, os peixes não terão acesso a esses locais, o que poderia diminuir a oferta de alimentos, além de reduzir o número de locais de crescimento de alevinos." Além de contradizer informações anteriores, também é colocado que a manutenção da vazão de restrição por um tempo maior, em épocas de chuva, terá como consequência uma maior duração das enchentes nas áreas afetadas a jusante das barragens, modificando totalmente o regime hídrico da região.

Apesar de citar em outro trecho que o regime de pulso, com cheia periódica da várzea, tem importância tanto para a ictiofauna como para a produtividade do estuário, o relatório parece desconhecer vários estudos, da literatura nacional e estrangeira, que enumeram a importância da várzea para o ecossistema lótico, descrevendo, também, suas diversas funções. É consenso, atualmente, entre os limnólogos e ecólogos que a várzea, a qual depende do regime de pulso (épocas alternadas de cheias e secas), desempenha importantes funções para diferentes ecossistemas. Essas áreas, além de sua alta diversidade e produtividade, das quais dependem todo o ecossistema ripário, têm relevante papel no próprio controle das cheias.

No livro "Wetlands" (MITCH & GOSSELINK, 1986), os autores afirmam que estas áreas funcionam como tampão das cheias, muitas vezes controlando a extensão das inundações. Caso sejam ocupadas, com modificações na qualidade dos solos, poderão ser ampliadas as áreas de enchente. Além disso, essas são regiões de recarga do aquífero, devendo ser, portanto, protegidas e não sujeitas a pressões como drenagem, aplicação de adubos químicos e agrotóxicos, preconizados no documento como "agricultura de alta tecnologia".

Além disso, a modificação do regime hídrico, especificamente nas regiões subtropicais, provocada pelo barramento dos rios, e suas consequências para os ecossistemas aquáticos e terrestres, foram discutidas por diferentes autores, dentre eles: ESTEVES (1988), em seu livro "Fundamentos de Limnologia" e por BONETTO & WAIS (1990), em trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Limnologia em Porto Alegre.

ESTEVES cita que na região a jusante de represas podem ser observadas inúmeras consequências com grandes implicações ecológicas. As mais importantes são decorrentes da alteração no regime hidrológico e alterações na qualidade física e química da água. Segundo o autor "Os organismos aquáticos e terrestres sofrem consequências imediatas dessas alterações, com a ausência de períodos sazonais de cheia e seca, seu ciclo de crescimento e reprodutivo são fortemente alterados, o que leva muitas populações a forte redução ou mesmo extinção. O controle do volume de água do reservatório para estabilizar o fornecimento de energia elétrica tende a eliminar totalmente a inundação periódica das várzeas a jusante ou torná-la aperiódica. A consequência irreversível é a eliminação da fertilização natural das áreas alagáveis, a qual está fortemente vinculada à atividade sócio-econômica regional."

O outro trabalho, BONETTO & WAIS (*op.cit.*), discute o impacto das grandes obras de represamento na bacia do Paraná e suas consequências na produtividade de suas planícies aluviais, e chega, basicamente, às mesmas conclusões de ESTEVES, acrescentando que, além dos tradicionais problemas de eutrofização e florações de algas nos reservatórios e da propagação da esquistossomose, dentro dos custos ecológicos deve ser contabilizada a modificação do regime hídrico do rio, e, conseqüentemente, das áreas inundáveis, tanto com relação a sua extensão como sazonalidade, afetando todas as atividades ligadas ao rio, mas sobretudo, a produtividade das planícies de inundação.

Deve-se concluir do exposto acima que o conceito de "ocupação das várzeas", defendido no citado relatório, não foi desenvolvido com a devida seriedade, visto ignorar as consequências deletérias para o meio ambiente. Essa ocupação pode, inclusive, resultar em prejuízos econômicos a médio e longo prazo, com a ampliação de áreas de enchente, comprometimento dos aquíferos, diminuição da fertilidade natural da várzea, aumento do assoreamento dos cursos d'água e sua contaminação por agrotóxicos, além de redução do potencial pesqueiro. Este ponto, portanto, deveria ser considerado como um fator negativo na análise de custo-benefício dessas obras e não como um objetivo, ou ainda como uma justificativa para as mesmas. A recomendação a ser feita é a recuperação das margens dos rios (pelo menos na extensão prevista na lei supracitada); entenda-se por "recuperação" não sua ocupação, mas a recomposição da mata-ciliar e dos campos higrófilos. Além de se evitar a ocupação de várzeas anualmente inundadas, deve-se procurar mecanismos eficazes para a proteção das áreas ainda não degradadas.

4. IMPORTÂNCIA DO RIO PARA O ESTUÁRIO

Alterações no curso superior de um rio podem causar sérios efeitos no estuário onde ele deságua. A construção de barragens reduz a descarga de água doce e, conseqüentemente, diminui a quantidade de nutrientes e sedimentos que chegam ao estuário. Esses impactos interferem nos vários processos ecológicos das regiões estuarinas, como a produtividade primária e secundária (DAY *et al.*, 1989).

Produtividade Primária

A produtividade fitoplânctônica é a maior fonte de energia para a maioria dos ecossistemas estuarinos. Variações sazonais e anuais do fluxo dos rios podem influenciar a produção do fitoplâncton, através de mecanismos como a alteração da quantidade de nutrientes vindos da bacia de drenagem. A produção média anual de fitoplâncton e a abundância estão correlacionadas significativamente com o aporte de nutrientes pelo rio, ou com a concentração média destes em sistemas estuarinos (DAY *et al.*, 1989). Dessa forma, a diminuição da vazão dos rios implicará numa redução da produção do fitoplâncton.

Com relação aos manguezais, muitos trabalhos revelam que estes estão entre as comunidades vegetais mais produtivas. Além disso, eles são importantes nos estuários, pois constituem fonte de alimento para comunidades estuarinas e costeiras, servem como habitat para um grande número de organismos estuarinos, tanto jovens como adultos, e regulam importantes componentes dos ciclos químicos do estuário (DAY *et al.*, 1989).

Já foi demonstrado que a produtividade dos manguezais é afetada por dois fatores principais: concentração de nutrientes e salinidade do sedimento. Assim sendo, a construção de barragens alterará negativamente essas duas condições, diminuindo a concentração de nutrientes e aumentando a salinidade, o que resultará numa diminuição da produção do manguezal (DAY *et al.*, 1989).

Com relação aos manguezais, vários efeitos de barramentos já foram constatados em trabalhos anteriores:

- Interrupção ou restrição da circulação de água no manguezal: hipervalinidade (ODUM & JOHANNES, 1975).
- Interrupção do aporte de água ou represamento da mesma: pode ocorrer a morte de plantas e o fim do recrutamento de novos indivíduos. Possíveis explicações: alterações de salinidade, umidade ou suprimento de nutrientes, ou, no caso de inundação permanente, aeração insuficiente (CHAPMAN, 1976).
- Construção de barragens: é bastante provável que, quando os processos de sedimentação natural são intensificados pelo desvio de cursos d'água flúvio-marinhos ou pela construção de represas ou diques no curso superior do rio, a produtividade primária estuarina pode diminuir para valores muito menores. Alteração da drenagem: a construção de canais de drenagem para reduzir a saturação do substrato com propósitos agrícolas favorece a progressiva acidificação dos solos orgânicos de origem flúvio-marinha. Isso também impede o escoamento superficial periódico requerido por manguezais, necessário para o "input" de nutrientes e para garantir a remoção da matéria orgânica produzida, e para a manutenção dos organismos dos ecossistemas adjacentes (PANNIER, 1979).
- Canalização e alteração da drenagem ou interrupção do escoamento terrestre: mudança na circulação estuarina e padrões de inundação por maré, resultando em hidroperíodos e regimes de salinidade alterados. Mudanças na hidrologia e geologia dos sistemas dos terrenos mais elevados ("upland") e estuarinos, aos quais os manguezais estão acoplados produzem, assim, mudanças correspondentes na estrutura e funcionamento dos componentes vivos (LUGO & SNEDAKER, 1974).

Produtividade Secundária

Os resultados de inúmeros estudos mostram que sistemas estuarinos são regiões pesqueiras muito importantes. Fatores como a extensão das áreas úmidas, a descarga de rios e a disponibilidade de alimento são importantes na determinação do nível de produção pesqueira (DAY *et al.*, 1989).

O volume médio anual de descarga de rios está correlacionado com as variações da produção pesqueira. Essa relação é devida a uma série de fatores. Muitos trabalhos mostram que a descarga de rios estimula a produção aquática primária e a remineralização. Os rios também carregam sedimentos em suspensão para os sistemas estuarinos. A deposição desses sedimentos cria condições favoráveis para o desenvolvimento de áreas úmidas como manguezais e várzeas. Tais áreas, assim como a produtividade fitoplancônica, sustentam, então, a alta produção de peixes (DAY *et al.*, 1989).

Em resumo, as informações disponíveis sugerem que as áreas úmidas (manguezais e várzeas) e a descarga dos rios estimulam a produtividade fitoplancônica, aumentando a produção pesqueira. Fica claro, portanto, que a interação entre habitat, descarga de rios, produção primária e pesqueira são muito complexas, e que a alteração de um desses componentes certamente afetará os outros. No caso, a diminuição da vazão dos rios resultará numa redução da produtividade do estuário, de um modo geral.

5. CONSIDERAÇÕES LEGAIS

De acordo com o relatório apresentado (págs. 31 a 34), verifica-se que a região de interesse para a instalação das usinas hidrelétricas em questão, constitui uma área de grande importância ecológica, como pode ser verificado analisando-se os aspectos legais envolvidos.

Segundo o próprio relatório, na região do Vale do Ribeira estão localizadas diversas áreas protegidas por lei classificadas como Reservas Ecológicas e Florestais legais; Unidades de Conservação; Áreas de Mata-Atlântica e Serra-do-Mar (patrimônio Nacional); Áreas indígenas; Quilombos e Cavernas.

Convém mencionar que estas áreas encontram-se sob proteção legal Federal que assegura a sua preservação, e que a alteração e supressão das mesmas só são permitidas por lei.

A região do Vale do Ribeira encontra-se, também, amparada pela Constituição do Estado de São Paulo, que preconiza que a mesma constitui espaço territorial especialmente protegido e que sua utilização far-se-á na forma da lei e assegurando a preservação do meio ambiente.

Ainda com relação ao amparo legal, o Vale do Ribeira foi declarado pela UNESCO como uma reserva da biosfera, sendo considerada área a ser protegida devido a seu valor ecológico/biológico, entre outros (pág. 33 do documento).

Especificamente com relação às áreas de várzeas, o Decreto Federal nº 24643 de julho de 1934 (código das águas) prevê a possibilidade de uso dos álveos onde se inserem as mesmas, desde que tal uso não colida, por qualquer forma, com o interesse público. Por outro lado, com base no Decreto Estadual nº 34663 de 26 de fevereiro de 1992 (disciplinado na Resolução SRHSO/SAA/SMA de 22/09/93), artigo 2º, não é autorizado o uso das áreas de várzeas, entre outros aspectos, cujo interesse ecológico seja comprovado.

Portanto, considerando que, no mínimo, sete peças legais (Lei Fed. 7803/89; Lei Fed. 4771/65; Constituição Federal Artigo 225; Resolução 40; Decreto Federal 74685/74; Constituição Estadual Artigo 196; Decreto Estadual 41538), em diversos parágrafos e artigos, viriam a ser contrapostas, em qualquer uma das três alternativas dos empreendimentos, os mesmos devem ser fortemente desestimulados, não só pelos aspectos ecológicos em si, mas porque poderiam estar sujeitos a questionamentos e até mesmo embargos por parte dos poderes constituídos.

6. CONSIDERAÇÕES

Com base na análise efetuada, conclui-se que, independentemente da alternativa proposta, a construção de reservatórios no rio Ribeira deve acarretar:

- Impactos durante a construção;
- Aumento da contaminação, principalmente por metais pesados, devendo inviabilizar o uso múltiplo dos reservatórios;

- Provável deterioração da qualidade da água em todo curso do rio;
- Alterações na diversidade e abundância de organismos aquáticos;
- Prejuízos à produção pesqueira, afetando a população local;
- Diminuição da produtividade do estuário e da zona costeira;
- Eliminação ou degradação de áreas de várzea, as quais são essenciais para a manutenção de ecossistemas fluviais;
- Possíveis problemas legais, por alterar áreas protegidas.

Dessa forma, não se recomenda que sejam executadas obras de barramento no rio Ribeira.

Segundo AVILA VIO (1993), áreas como a do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, devem ser mantidas sem grandes alterações, respeitando a sua vocação natural. Assim, deve-se colocar na balança os reais benefícios desses reservatórios (quantidade de energia gerada/efetivo controle de cheias), em detrimento da qualidade ambiental do rio Ribeira, do Complexo Estuarino Lagamar de Iguape-Camanéia-Paranaguá e da região costeira, e, conseqüentemente, da qualidade de vida das populações da região.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVILA VIO, A. P. de. Conservação de fauna aquática. IN: *Seminário sobre fauna aquática e o setor elétrico brasileiro*, Curitiba, novembro de 1993.
- AIDAR-ARAGÃO, E. & MARQUES, M.C.P. Testes biológicos com a água do rio Ribeira de Iguape (São Paulo, Brasil) usando *Skeletonema costatum* como bio-reagente. In: *Simpósio Internacional - Algas: a energia do amanhã Anais*. São Paulo, Instituto Oceanográfico da USP, p. 87 - 96. 1986.
- BENDAZOLI, A. & ROSSI-WONGTSCHOWSKI, C.L. DEL B. (Coords). *A manjuba no rio Ribeira de Iguape: Biologia, comportamento e avaliação de estoque*. IBAMA/IOUSP/IP-SA/SMA, São Paulo, 125p. 1990.

BONETTO, A.A. & WAIS, L.R. Las grandes obras de represamiento de la cuenca del Paraná y su impacto en la productividad de sus planicies aluviales. IN: III Congresso de Limnologia. Porto Alegre 22 - 26 de julho de 1990.

CETESB. *Avaliação da qualidade ambiental do rio Ribeira de Iguape - Considerações preliminares*. São Paulo, 54p. + Anexos. 1991

CHAPMAN, V.J. . *Mangrove vegetation*. Germany, J. Cramer. 447p. 1976.

CONAMA. Resolução CONAMA nº 04, de 18 de setembro de 1985. publicado no D.O.U. de 20/01/86, IN: *Resolução CONAMA 1984-86*. Brasília, SEMA, p 26-29. 1986.

DAY, J.W., Jr.; HALL, C.A.S.; KEMP, W.M. & YÁÑEZ-ARANCIBIA, A. *Estuarine Ecology*. New York, John Wiley & Sons. 558 p. 1989.

ESTEVES, F. de A. *Fundamentos de Limnologia*. Ed. Interciência - FINEP. 575p. 1988

LUGO, A.E. & SNEDAKER, S.C. The ecology of mangroves. *Ann. Rev. Ecol. Syst.* 5: 39-64. 1974.

MITCH, W. J. & GOSSELINK, J.G. *Wetlands*. Van Nostrand - Reinhold, New York. 539p. 1986.

MONTÚ, M. Síntese dos conhecimentos sobre o zooplâncton estuarino. Estuário do sistema lagunar de Cananéia, Complexo da baía de Parataguá e Lagoa dos Patos. In: *Simpósio sobre ecossistemas da costa sul e sudeste brasileira. Anais. ACIESP, Cananéia, SP, 3, p. 176 - 193. 1987.*

ODUM, W.E. & JOHANNES, R.E. The response of mangroves to man-induced environmental stress. In: WOOD, E.J.F. & JOHANNES, R.E. (Eds.) *Tropical Marine Pollution*. Amsterdam, Elsevier. P.52-62. 1975.

PANNIER, F. Mangroves impacted by human-induced disturbances: a case study of the Orinoco Delta mangrove ecosystem. *Environmental Management* 3 (3): 205-16. 1979.

PETTS, G.E. *Impounded rivers. Perspectives for ecological management*. Chichester, U.K., Wiley, 326p. 1984.

257 Acervo
ISA

SUDELPA / THEMAG. *Macrozoneamento da Região Lagunar Iguape-Cananeia*. 186p.
+ Anexos. 1987.

THOMAS, R. & MEYBECK, M. The use of particulate material. In CHAPMAN, D. *A guide to the use of biota, sediments, and water in environmental monitoring*. Chapman & Hall, London. 585p. 1992.

8. EQUIPE TÉCNICA

Biól. Carlos Ferreira Lopes

Biól. Celine Vargas Boldrini

Biól. Cláudia Condé Lamparelli

Biól. Guiomar Johnscher Fornasero

Téc. Magali Coimbra Martins

Biól. Mara Elisa Pereira Salvador

Biól. Marcelo Pires da Costa

Biól. Márcia Janete Coelho Botelho

Biól. Maria do Carmo Carvalho

Biól. Maria Helena Roqueti Humaytá

Biól. Marta Condé Lamparelli

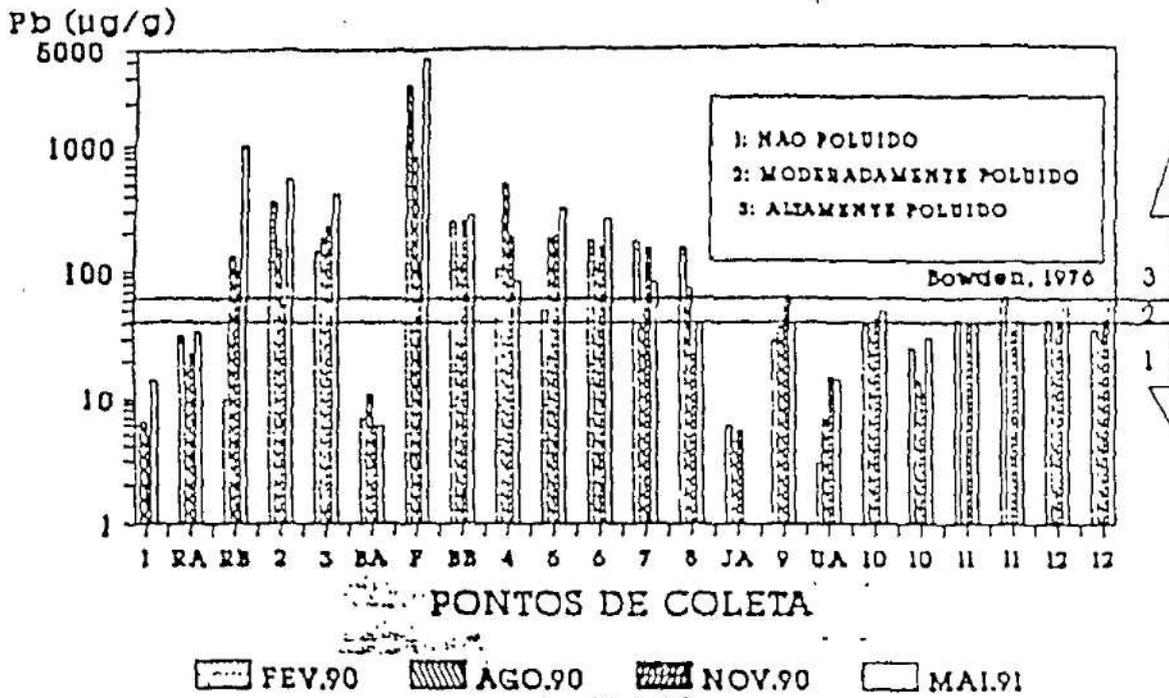
Ocean. Paulo Sérgio Martins de Carvalho

Biól. Regina de Castro Vincent

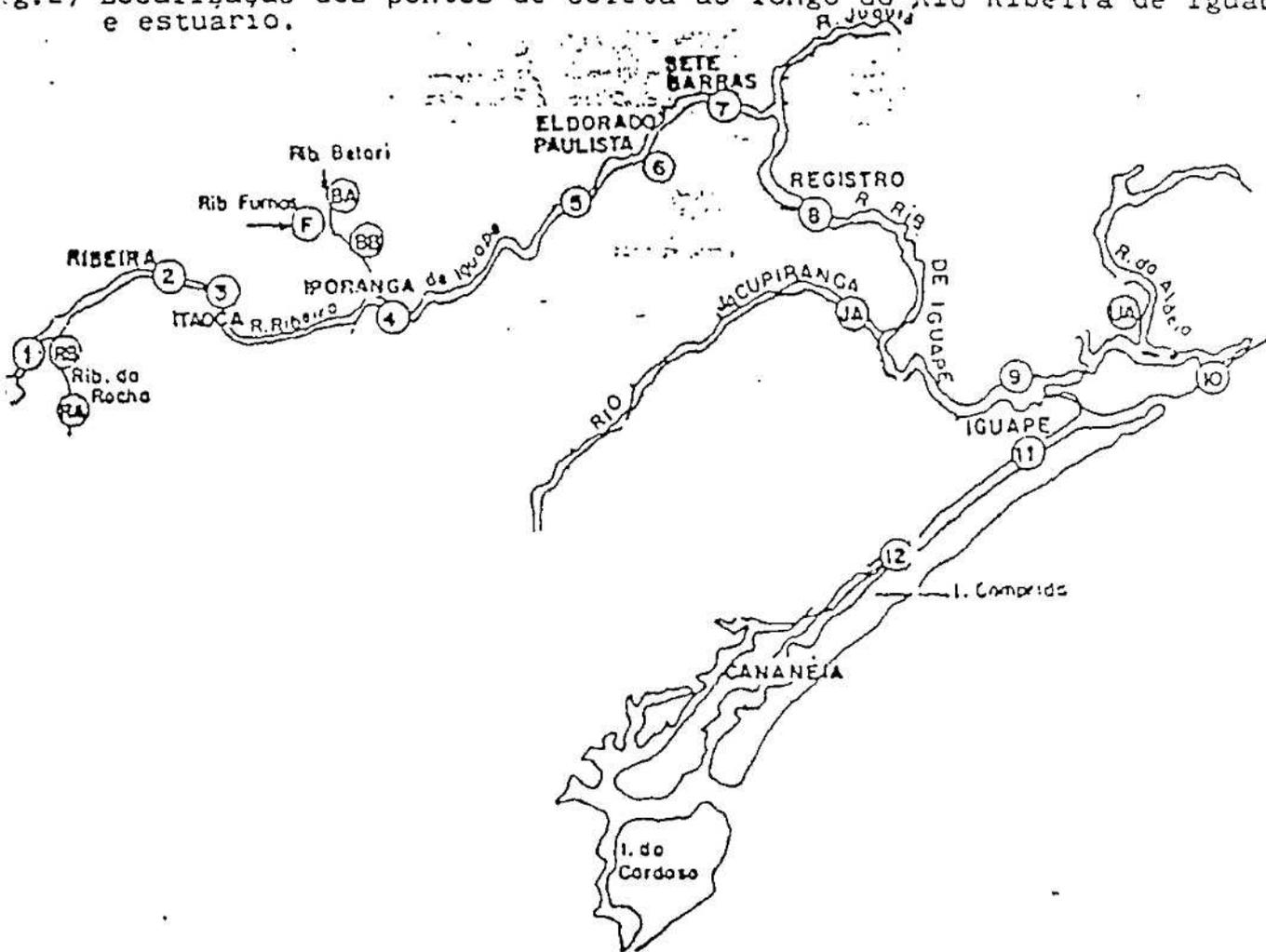
São Paulo, 29 de novembro de 1993.

Biól. Denise Navas Pereira
Divisão de Análises Hidrobiológicas

1 Teores de chumbo total no sedimento ao longo do rio Ribeira de Iguape e estuário.



(g.2) Localização dos pontos de coleta ao longo do Rio Ribeira de Iguape e estuário.



RE 97 - Acervo
1/1/54

DIOCESE DE REGISTRO

Rua Nelson B. Badur, 360
Cx. Postal 302 - Telefax (0138) 21-1595
CEP 11.900 - REGISTRO - S. Paulo

1506
MARIA PI
KLEITON

Exmo Sr Secretário do Meio Ambiente do Estado de
São Paulo, Dr. Eds Milaré,

Ilmo Sr Presidente da Assembleia Legislativa do
Estado de São Paulo, Dr. Vitor Sapienza,

Ilma Sra Superintendente do IBAMA - Nacional
Dra. Nilde Lago Pinheiro,

Através desta carta, nós Agentes de Pastoral da Igreja
Católica da Diocese de Registro, no Vale do Ribeira ; o Bispo
diocesano Dom Aparecido José Dias, os Padres das quatorze
paróquias, os Irmãos e Irmãs religiosos e alguns leigos
engajados, reunidos em Registro,

COMUNICAMOS ao Governo do Estado de São Paulo que

- fazemos um trabalho sério e continuado de pelo menos 35 anos no
meio do povo pobre deste Vale do Ribeira, em plena solidariedade
com essas comunidades;

- não aceitamos que o Governo do Estado de São Paulo construa ou
permita construir as barragens hidro-elétricas;

- repudiamos a manipulação de dados que apresentam ao povo um
quadro de vantagens e benefícios, que todos sabemos não serem
verdadeiros;

- não aceitamos que este povo tenha de sofrer a total
desestruturação de seus bairros, sua cultura e da história local.
É crime privar um povo pobre e indefeso de seu espaço vital e
cultural;

- igualmente repudiamos a degradação deste CENTRO VITAL da Mata Atlântica na única área que guarda seu riquíssimo ecossistema com grande potencial de bio-diversidade desde a era pré-glacial. Permitir esta destruição é um crime hediondo que lesa a humanidade para sempre;

- denunciemos que a não existência de políticas adequadas para o Vale do Ribeira, dá margem a qualquer proposta desenvolvimentista e oportunista, e reivindicamos junto com a população local, que já se expressou tantas vezes, um planejamento político-social que venha ao encontro das necessidades fundamentais do povo da região, embasado nas diretrizes de um plano de desenvolvimento ecológica e humanamente sustentável, que integre as cidades e as áreas rurais.

- queremos que seja resgatado o Plano Diretor do Vale do Ribeira, produzido pelo Governo do Estado de São Paulo há poucos anos atrás (o Master plan), em apoio ao Projeto de Lei P.L. 802-93 do Deputado Antenor Chicarino.

- queremos que sejam ouvidas e atendidas as manifestações das várias organizações e instâncias (SOS Mata-Atlântica, MOAB, MAB, PROTER, CPI, CPT estadual e diocesana, Pastoral dos Pescadores e outros) que se expressaram em favor da Audiência Pública na cidade de São Paulo.

Esperando estar servindo à Verdade e ser atendidos nas reivindicações em prol do povo do Vale do Ribeira, mui respeitosamente,

Registro, 17 de maio de 1994

Hygumelipolhuar - RG 3.498.453 SSPSP
Re João Telinda (JAIR D. HSYDEN) W 441196-E
R Miguel Reynard W 203940-0
Re. Efraim Flores López RNE VO.28351-4
João Plácido RG 12.182.056

José Henrique Weber	R.G. 2.989.394
Maria Juli Belanga	R.G. 10.257.661
Anamaria Somaviera	R.G. 2.205.128
Patrick Joseph Dillon	R.G. W.602557-D.
Teruko Sakurai	R.G. 8.360.028
Theodoros Petrus Buijn	R.G. V239933-N
Alfonso José Berger	RNE V079743-9
Luzia Leonete Pelli	R.G. 4454.115-6-SP.
K. Bráulio Alves de Azevedo	- R.G. 4.431.252
Sergio José Batista	- R.G. 20.237.134 - SSP SP.
Arifredo Afonso de Souza	- R.G. 14.718.337
Maria Guiomar da Silva	- R.G. 5.723.518 SSP S.P.
Helena Quintina Escobar	- R.G. 14.604.202 S.P.
Domingos da Costa	5.465.318
Imaz Neves de Sales	R.G. 24.877.570
Argemiro Felipe Gomes	R.G. 22.671.761.
Pedro P. Leite	R.G. 4.421.817
Takashi Nagayama	R.G. W.222455-0
P. João Pagnus	R.G. 1.277.294 - PR
Cleide Lúcia da Silva	R.G. 20.362.264 - PR
Maria Ferdinanda de Oliveira	R.G. 6868.143 - S.P.
Paulo Palyze	RNE V141660-7
Azino Fibra Tello	RNE V111652-6
Adriano Cubo Ocuriza	RNE V100195-0



CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**COMISSÃO ESPECIAL DO CONSEMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS
PROPOSTAS DE UTILIZAÇÃO MÚLTIPLA DOS RECURSOS HÍDRICOS
DO VALE DO RIBEIRA**

Relatório Final
fevereiro de 1994

97 - Acervo
ISA

Comissão Especial Consema:
**CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DE UTILIZAÇÃO MÚLTIPLA
DOS RECURSOS HÍDRICOS DO VALE DO RIBEIRA**

Relatório Final - fevereiro de 1994

I - INTRODUÇÃO:

A Comissão Especial do CONSEMA para consolidar as propostas de utilização múltipla dos recursos hídricos do Vale do Ribeira foi instituída através da Deliberação Consema nº 08/93 no dia 12 de abril de 1993, em sua 79ª Reunião Ordinária, e publicada no Diário Oficial do Estado em 16 de abril .

Sua criação foi decorrência da necessidade de se sistematizarem os diversos documentos apresentados pelas instituições governamentais e privadas, chamadas a exporem ao Plenário do CONSEMA, em reunião de 12/4/93, suas atribuições, programas e projetos em andamento e/ou propostos para o Vale do Ribeira.

Sua primeira reunião ocorreu no dia 4 de agosto de 1993 e, a partir desta data, se reuniu mais 11 vezes.

Integraram a Comissão os conselheiros membros do Consema, representantes das seguintes instituições: CPLA/SMA (João Roberto Rodrigues), Sec. Planejamento e Gestão (Otaviano Arruda Campos Neto), Universidade de São Paulo (Prof. Aristides de Almeida Rocha), Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (Eleonora Portella Arrizabalaga), Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras (Júlio Petenucci e André M. Fazio) e dois ambientalistas (Mário Mantovani e João Paulo Capobianco).

A Comissão foi presidida por Mário Mantovani e a relatoria esteve a cargo da CPLA/SMA, função exercida por Elisabete C. Gasparelo Buschel, Marcos Aidar e Marcelo Rodrigues dos Santos.

Contamos, ainda, com o apoio inestimável da Secretaria Executiva do Consema que, através dos funcionários José Flavio de Oliveira, Josilena E. Ferrer e Paula Baroni, acompanhou todas as reuniões e ofereceu as condições organizacionais e logísticas para os trabalhos da Comissão, e com a colaboração das seguintes pessoas: Lúcia Osório Nogueira da Secretaria da Saúde, Stela Goldenstein do DPAA/SMA, Neusa Marcondes da CPLA/SMA, Clayton Ferreira Lino do Instituto Florestal/SMA e Beloyanis Bueno Monteiro da Fundação SOS Mata Atlântica.

A Comissão agradece aos representantes das instituições: Depto. Nacional de Água e Energia-DNAE, Depto. Nacional de Produção Mineral-DNPM, Companhia Brasileira de Alumínio-CBA, Centrais Elétricas de São Paulo-CESP, Depto. Estadual de Águas e Energia Elétrica-DAEE, Sec. Estadual do Meio Ambiente-SMA, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-

SABESP, Sec. da Saúde, Sec. de Planejamento e Gestão-SPG, Sec. da Agricultura e Abastecimento-SAA, Sec. da Cultura, Sec. de Esportes e Turismo, Sec. dos Transportes e Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania-SJDC.

II - ANTECEDENTES:

O envolvimento do CONSEMA na discussão sobre utilização múltipla dos recursos hídricos do Vale do Ribeira teve início com a aprovação pelo Plenário, em reunião ocorrida no dia 1º de julho de 1992, de uma proposta encaminhada pelas entidades ambientalistas Fundação SOS Mata Atlântica e Associação Ecológica São Francisco de Assis, de que fossem convidadas as instituições públicas e privadas "para apresentação das propostas de aproveitamento e usos múltiplos da Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape".

No dia 16 de setembro de 1992, ocorreu a primeira reunião preparatória, convocada pela Secretaria Executiva do CONSEMA, da qual participaram as seguintes instituições: DNAE, DNPM, CBA, CESP, DAEE, SMA, SABESP, Sec. da Saúde, Sec. de Planejamento e Gestão, Sec. da Agricultura e Abastecimento, Sec. da Cultura, Sec. de Esportes e Turismo, Sec. dos Transportes, Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundação SOS Mata Atlântica e Associação Ecológica São Francisco de Assis.

No dia 21 de setembro, um grupo de trabalho composto pela CPLA/SMA, SAA, Sec. de Planejamento e Gestão, representantes ambientalistas e DAEE, elaborou um roteiro básico destinado a orientar a apresentação das diversas instituições (anexo 1) e definiu que o CONSEMA poderia, a partir de 10 de outubro, convocar a reunião para as apresentações.

As apresentações ocorreram durante a 79ª Reunião Ordinária do CONSEMA que, dado o grande número de instituições envolvidas, desdobrou-se em dois dias: 29 de março de 1993 e 12 de abril, quando foi instituída a Comissão Especial CONSEMA de que trata este relatório.

III - RELATO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO:

A Comissão Especial do CONSEMA para consolidar as propostas de utilização múltipla dos recursos hídricos do Vale do Ribeira ou Comissão do Vale do Ribeira, como ficou conhecida, iniciou seus trabalhos em agosto de 1993, tendo como subsídio os documentos apresentados pelos órgãos públicos com atribuição na região em análise e pela Companhia Brasileira de Alumínio,

única empresa privada a apresentar proposta, e ouvindo os órgãos que não haviam se apresentado para o Plenário (Sec. da Saúde, Sec. dos Esportes e Turismo e CONDEPHAAT).

A análise preliminar dos documentos propiciou aos membros da Comissão a constatação da complexidade da tarefa proposta, na medida em que as inúmeras intervenções em andamento ou projetadas, são iniciativas individualizadas das diversas instituições, baseadas, exclusivamente, em suas competências institucionais.

Estas constatações levaram a Comissão a elaborar uma metodologia de análise que permitisse objetivar a avaliação dos documentos. Para tanto, foi estabelecido um questionário padrão, a ser preenchido pelos membros da Comissão a partir das informações contidas nos diversos documentos encaminhados ao CONSEMA.

O referido questionário (anexo 2) possuía duas partes. A primeira elencava as seguintes perguntas específicas, que visavam conhecer os detalhes de cada projeto ou programa proposto:

1. *Proponente:*
2. *Projeto:*
3. *Público Alvo:*
4. *Localização:*
5. *Objetivos:*
6. *Metas:*
7. *Repercussão socioambiental: local e regional*
8. *Em que medida o projeto reflete uma política setorial:*
9. *Em que medida o projeto conflita com uma política setorial:*
10. *Em que nível a população alvo e/ou afetada tem participação :*
11. *Quais os aspectos legais da implementação do projeto:*

A segunda parte do questionário visava esclarecer questões relativas a atuação geral do órgão e o nível de coerência entre a ação e o(s) projeto/programa(s) em andamento ou proposto(s):

- *Em que medida a política setorial é conflitante com as demais políticas a nível local, regional e global?*
- *Como o órgão caracteriza o Vale do Ribeira e identifica sua vocação?*
- *Esta caracterização é coerente com as ações desenvolvidas pelo órgão na região?*

A tarefa de preencher os questionários foi assim distribuída entre os membros da Comissão: DNPM e DNAE (representante da Sec. de Planejamento e Gestão); SMA e DAEE (ambientalista Mário Mantovani); CBA e CESP (ambientalista João Paulo Capobianco); SABESP e Sec. da Saúde (representante da USP); Sec. de Planejamento e Gestão (representante da Sec. da Justiça e Defesa da Cidadania); Sec. da Agricultura e Abastecimento, Sec. de Esportes e Turismo e Sec. da Cultura (representante da CPLA/SMA); Sec. dos Transportes e Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania (representante da Sec. de Recursos Hídricos).

III.1 Avaliações, conclusões e recomendações a partir da análise das informações contidas nos documentos específicos apresentados por cada instituição:

A partir do preenchimento dos questionários, a Comissão discutiu as atividades e os projetos de cada instituição atuante na região e aprovou recomendações específicas, conforme segue:

É importante ressaltar, no entanto, que essas análises foram baseadas em documentos apresentados pelos órgãos em abril de 1993, podendo não contemplar iniciativas ou projetos propostos a partir dessa data.

Avaliação da comissão sobre os documentos da Sec. dos Transportes:

Tendo em vista a precariedade dos dados apresentados, não se têm elementos para avaliar a repercussão socioambiental e a política setorial do órgão, os conflitos com as demais políticas regionais, a participação da comunidade e a identificação da vocação regional, bem como a sua coerência. Considerando que a Sec. de Transporte não apresentou o plano viário para a região e uma política regional de transporte que contemple outros modais (ferrovia, hidrovia, etc), não foi possível avaliar a atuação do órgão na região.

Avaliação da comissão sobre os documentos da Sec. da Justiça e da Defesa da Cidadania:

O projeto de regularização fundiária apresentado é importante para a região, devendo ser incrementado concomitantemente com os demais projetos considerados básicos para o desenvolvimento equilibrado regional. Considera-se, entretanto, que ele está sendo implantado com demasiada lentidão, devendo ser questionada a Secretaria encarregada sobre os perímetros que estejam interferindo nesse processo.

Avaliação da comissão sobre os documentos da Sec. de Esportes e Turismo:

Os documentos evidenciam a ausência de uma política dirigida para as características do Vale do Ribeira, que não apresenta infra-estrutura mas um relevante potencial turístico; não antecipa alocação de recursos para o desenvolvimento da estrutura necessária; não propõe incentivos e não articula com outras secretarias. Não há uma proposta de utilização das unidades de conservação.

Avaliação da comissão sobre os documentos da Sec. da Agricultura e Abastecimento:

Foi destacado que vários programas devem ser objeto de estudos de impacto ambiental, sendo necessária a criação de normas e regras para a sua implantação (por exemplo ocorrência de uma linha de crédito do BANESPA para atividades de aquicultura sem que haja uma regra definida para a implantação deste programa). Foi destacada a falta de entrosamento entre a SAA, a SMA e o DAEE a respeito da polderização das várzeas.

Avaliação da comissão sobre os documentos do DNAE:

O órgão não atendeu à demanda do CONSEMA, atendo-se exclusivamente às suas competências legais, sem detalhamento. Considerando que o DNAE tem ação efetiva no Vale do Ribeira, como concessões e renovações, é conveniente que o CONSEMA solicite os seguintes esclarecimentos específicos da atuação deste na região: concessões para aproveitamento dos recursos hídricos ainda em vigor, incluindo seus prazos de validade; novas concessões em estudo e as renovações; critérios aplicáveis para as concessões, levando em consideração o uso múltiplo.

Avaliação da comissão sobre os documentos do DNPM:

Sugere-se que o CONSEMA aprove uma recomendação para a instituição de um grupo de trabalho DNPM e SMA para normatizar a atividade minerária, a fim de viabilizar uma ação conjunta para as autorizações de pesquisas e lavras na região.

Avaliação da comissão sobre os documentos da Sec. de Planejamento e Gestão:

Os documentos se restringiram a indicar que o órgão tem a função de coordenar as articulações políticas no Vale do Ribeira, sem apresentar suas ações concretas na região. Sugere-se ao CONSEMA uma solicitação de esclarecimentos específicos sobre a atuação da SPG na região, conforme roteiro originalmente encaminhado.

Avaliação da comissão sobre os documentos do DAEE:

As informações apresentadas não refletem a atuação do órgão na região, pois são muito generalizadas não sendo possível identificar conflitos com a política setorial (ex.: coloca a questão do controle de inundações mas não identifica quais as áreas de várzeas que serão beneficiadas e quais os impactos desta ação, bem como a questão de custo-benefício); foi

identificado e discutido o problema de competências entre o DNAE e DAEE no que diz respeito à concessão de uso do Rio Ribeira de Iguape que, apesar da legislação definir como competência da União, o Estado não poderia se abster de interferir no processo dado sua importância estratégica; foi informado que no caso da CBA (Tijuco Alto) a concessão foi dada no último dia do Governo Sarney, sem consultas aos Estados (SP e PR), sem avaliação dos impactos sobre os sítios arqueológicos, recomendada pelo CEIGUAPE e sem análise ambiental prévia como prevê a Constituição Federal. .

Avaliação da comissão sobre os documentos da SMA:

As informações foram adequadas ao entendimento das ações e propostas do órgão na região; o projeto de elaboração do Macrozoneamento foi considerado um dos instrumentos mais importantes para subsidiar o CONSEMA para a definição das políticas ambientais da região. Sugere-se que o CONSEMA recomende à SMA a priorização da conclusão do Macrozoneamento do Vale do Ribeira.

Avaliação da comissão sobre os documentos da CBA:

Como empresa privada, os documentos apresentados não contemplam vários itens do questionário, na medida em que esta não possui atribuição ou política pública para a região; não apresenta os impactos ambientais e sociais que o empreendimento pretendido (UHE Tijuco Alto) poderá gerar.

Avaliação da comissão sobre os documentos da CESP:

Nos documentos apresentados a empresa justifica a construção de três Usinas (Funil, Itaóca e Batatal) como obras para controle de cheias e, em caráter secundário, produção de energia elétrica; constatou-se que neste caso, seria necessário conhecer com detalhes o projeto global de controle de cheias no Vale do Ribeira para se avaliar as obras propostas; não foram informados os impactos ambientais e sociais destas obras; deliberou-se por elaborar o seguinte questionário a ser enviado ao DAEE: 1) há algum projeto geral de controle de inundações para o Vale do Ribeira? Em caso de resposta afirmativa, onde se inserem os projetos da CESP que prevêem a construção de três barramentos?, 2) A solução apresentada pela CESP é mais apropriada do que outras ações de controle nos tributários através de pequenas obras estruturais e não estruturais?

Avaliação da comissão sobre os documentos da Sec. da Saúde:

Identificados conflitos com políticas setoriais de outros órgãos: com a CONABE por sua não participação da Vigilância Sanitária na oferta de produtos alimentícios; com a Sec. da Agricultura no impedimento para adentrar recintos das usinas de beneficiamento de leite e com a Sec. de Meio Ambiente relativo ao descontrole do desmatamento que poderá favorecer a disseminação de doenças devido a vetores nas áreas degradadas, tais como chagas, malária e esquistossomose. Foi recomendado estudo de teores de chumbo na cadeia alimentar de peixes, frutos do mar e exames de sangue na população, dados a serem cotejados com os da CETESB, que vem monitorando as águas da bacia do Ribeira, a fim de analisar as correlações entre os teores de chumbo e outros metais pesados identificados nos rio Ribeira e Betari e a eventual ocorrência de saturnismo na região; foi proposto, também, que sejam encaminhados ao CONSEMA os dados de morbi-mortalidade relacionados ao uso de agrotóxicos na bacia hidrográfica do Ribeira. Foi informada a grande incidência de leishimaniose em toda a região

Informação complementar:

O representante do CONDEPHAAT destacou que há sítios e monumentos histórico-culturais ainda não identificados na região.

III.2 Avaliação geral da atuação das instituições:

Dado o grande número de atividades, programas e projetos analisados, a Comissão definiu uma metodologia para a etapa final de seus trabalhos, que permitisse assegurar uma visão ampla da situação.

Foram elaborados 4 quadros temáticos que padronizaram e reuniram de forma sintética as informações oferecidas por cada instituição que participou do processo:

Quadro 1 - Avaliação dos Documentos Apresentados

Faz uma análise qualitativa dos documentos encaminhados ao CONSEMA

Quadro 2 - Atuação dos Órgãos/Instituições na Região

Faz uma análise quantitativa das ações desenvolvidas ou projetadas, considerando a variável ambiental

Quadro 3 - Programas e Projetos em Desenvolvimento

Faz uma análise de cada intervenção, considerando os impactos ambiental e social, coerência ou conflito com as políticas setoriais, se a população alvo participa no processo de tomada de decisão e a situação atual (andamento)

Quadro 4 - Projetos Propostos

Faz uma análise de cada proposta de intervenção, considerando os impactos ambiental e social, coerência ou conflito com as políticas setoriais, se a população alvo participa no processo de tomada de decisão e a situação atual (andamento)

Os quadros devidamente preenchidos constam do anexo 3 deste relatório.

IV - CONCLUSÕES:

Evidencia-se a inexistência de um plano integrado de desenvolvimento para o Vale do Ribeira. Esta falta de visão sistêmica na formulação de políticas públicas setoriais gera um evidente conflito de diretrizes e sobreposição de atribuições e de atividades das instituições atuantes na região.

Esta situação, agravada pela morosidade das ações de regularização fundiária, tem como decorrência direta a dispersão e perda dos recursos financeiros, humanos e materiais disponíveis para essa região historicamente alijada do processo de desenvolvimento do Estado, com o comprometimento de seu valioso patrimônio natural e cultural.

Agravando tal quadro constata-se ser extremamente incipiente a participação da sociedade regional na definição das políticas setoriais, programas e projetos.

Surpreendeu a Comissão a verificação de que estudos fundamentais para subsidiar a formulação de um plano de desenvolvimento ambientalmente adequado, tais como o Macrozoneamento do Vale do Ribeira (SMA) e o Programa de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos do Vale do Ribeira (DAEE), ainda não forneceram as informações básicas necessárias para o processo de planejamento.

Por sua vez, o esforço que está sendo empreendido pela Secretaria de Planejamento e Gestão para formular o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, poderá ficar comprometido ante a inexistência de diretrizes prévias e dos subsídios dos estudos supra-mencionados.

Finalmente a falta de uma política de desenvolvimento não permite dimensionar as reais repercussões e interferências que empreendimentos governamentais e privados propostos, terão sobre o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Ribeira.

V - RECOMENDAÇÕES:

Sugere-se que o Plenário do CONSEMA delibere a cerca do que se segue:

1. que a SMA priorize a conclusão do Macrozoneamento do Vale do Ribeira;
2. que a Secretaria de Recursos Hídricos, Sançamento e Obras priorize a implantação do Programa de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos do Vale do Ribeira;
3. que o Governo do Estado determine que a Secretaria de Planejamento e Gestão elabore o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, considerando as diretrizes gerais a serem estabelecidas com a participação da população e os insumos do Macrozoneamento e do Programa de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos do Vale do Ribeira;
4. que o Governo do Estado agilize a regularização fundiária do Vale do Ribeira.

COMISSÃO ESPECIAL CONSEMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DE UTILIZAÇÃO MÚLTIPLA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO VALE DO RIBEIRA

Quadro 1 - Avaliação dos Documentos Apresentados (informações de abril/93)

ÓRGÃO	QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES		QUALIDADE DAS RESPOSTAS	AVALIAÇÃO DA COMISSÃO
	atribuição na região	projetos propostos na região		
DNAE - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUA E ENERGIA	informou parcialmente	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor
DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	informou parcialmente	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor
CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	-	informou parcialmente	incompleta	esclarecedor
CESP - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO	informou detalhadamente	informou parcialmente	incompleta	esclarecedor
DAEE - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA	informou parcialmente	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor
SMA - SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	informou detalhadamente	informou detalhadamente	detalhada	esclarecedor
SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO	informou detalhadamente	informou detalhadamente	detalhada	esclarecedor
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	informou detalhadamente	informou detalhadamente	detalhada	esclarecedor
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	informou parcialmente	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA	informou parcialmente	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	informou detalhadamente	-	detalhada	esclarecedor
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	informou parcialmente	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE	não informou	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	informou detalhadamente	informou parcialmente	incompleta	não esclarecedor

COMISSÃO ESPECIAL CONSEMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DE
UTILIZAÇÃO MÚLTIPLA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO VALE DO RIBEIRA

Quadro 2 - Atuação dos Órgãos/Instituições na Região (informações de abril/93)

ÓRGÃO	Nº DE PROGRAMAS E PROJETOS EM EXECUÇÃO	Nº DE PROGRAMAS/PROJETOS PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS	COMO CONSIDERA A VARIÁVEL AMBIENTAL
DNAE - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUA E ENERGIA	- (1)	- (1)	não informa
DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	04	03	relevante
CBA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO	07 (2)	01 (2)	não relevante
CESP - CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO	- (2)	03 (2)	relevante
DAEE - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA	10 (3)	-	relevante
SMA - SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	13	06	relevante - positiva para o desenvolvimento regional
SABESP - COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO	01 (5)	02 (4)	relevante
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	16 (4)	01	relevante
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	- (6)	- (6)	relevante
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA	04 (5)	06	pouco relevante
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	-	-	relevante
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	- (7)	-	relevante - positiva para o desenvolvimento regional
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE	01	-	não relevante
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	01	-	relevante

- (1) Órgão licenciador sem ação direta
(2) Relativos à geração de Energia Elétrica
(3) Descreve programas sem informar quais os em execução e os a executar
(4) Projeto com vários sub-projetos
(5) Programa com vários projetos e sub-projetos
(6) Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira
(7) Plano de Desenvolvimento Turístico para Vale do Ribeira

COMISSÃO ESPECIAL CONSEMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DE
UTILIZAÇÃO MÚLTIPLA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO VALE DO RIBEIRA

Quadro 3 - Programas e Projetos em Desenvolvimento (informações de abril/93)

PROJETO	ÓRGÃO	IMPACTO AMBIENTAL	IMPACTO SOCIAL	REFLETE POLÍTICA SETORIAL	CONFLITA COM POLÍTICA SETORIAL	PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO	SITUAÇÃO
Calçareo para Cimento	DNPH	não avaliado	não avaliado	sim	não	não informa	não informa
Programa Sudoeste do Estado de São Paulo	DNPM	não avaliado	não avaliado	sim	não	não informa	não informa
Projeto Anta Gorda	DNPM	não avaliado	não avaliado	sim	não	não informa	não informa
Levantamento de Minas Paralisadas	DNPM	não avaliado	não avaliado	sim	não	não informa	não informa
UHE França	CBA	não avaliado	não avaliado	não (1)	sim (1)	não informa	em operação
UHE Fumaça	CBA	não avaliado	não avaliado	não (1)	sim (1)	não informa	em operação
UHE Barra	CBA	não avaliado	não avaliado	não (1)	sim (1)	não informa	em operação
UHE Porto Raso	CBA	não avaliado	não avaliado	não (1)	sim (1)	não informa	em operação
UHE Alecrim	CBA	não avaliado	não avaliado	não (1)	sim (1)	não informa	em operação
UHE Serraria	CBA	não avaliado	não avaliado	não (1)	sim (1)	não informa	em operação
UHE Iporanga	CBA	não avaliado	não avaliado	não (1)	sim (1)	não informa	em operação
Programa do Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Aproveitamento Múltiplo e de Controle de Recursos Hídricos	DAEE	positivo	positivo	sim	não	remete para regulamentação da Lei 7663/91	-
Programa de Serviços e Obras de Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-

Programa de Desenvolvimento e Proteção das Águas Subterrâneas	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Conservação e Proteção dos Mananciais Superficiais de Abastecimento Urbano	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Desenvolvimento Racional da Irrigação	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Conservação de Recursos Hídricos na Indústria	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Prevenção e Defesa contra Inundações	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Prevenção e Defesa contra Erosão do Solo e Assoreamento dos Corpos de Água	DAEE	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Desenvolvimento dos Municípios Afetados por Reservatórios e Leis de Proteção de Mananciais	DAEE	não	positivo	sim	não	não informa	-
Macrozonamento do Vale do Ribeira	SMA	positivo	positivo	sim	não	assegurada	paralisado
Monitoramento Ambiental e Pesquisa	SMA	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Manejo de Rendimento Sustentado de Palmitreiro	SMA	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Concessão de Autorização de Exploração de Recursos Florestais para Posseiros	SMA	não avaliado	positivo	sim	não	não informa	-
Controle da Poluição Ambiental no Vale do Ribeira	SMA	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Recomposição da Mata Ciliar do Rio Ribeira de Iguape	SMA	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Demarcação da Zona de Vida Silvestre da Ilha Comprida e Identificação de Sítios Arqueológicos	SMA	positivo	não avaliado	sim	não	não, pois os limites foram estabelecidos por Decreto	-
Regularização fundiária de Unidades de Conservação	SMA	positivo	não avaliado	sim	não	não informa	-
Proteção e Administração do Patrimônio Ambiental	SMA	positivo	não avaliado	sim	não	não informa	-
Operacionalização da Fazenda Intervalles	SMA	não	positivo	sim	não	não	-
Visitação Pública nas Unidades de Conservação	SMA	não avaliado	positivo	sim	não	não informa	-

Ecologia Humana	SHA	não avaliado	positivo	sim	não	moradores dos P. Estaduais Jacupiranga e PETAR e E.E. Juréia-Itatins	-
Programa de Educação Ambiental	SHA	não	positivo	sim	não	não informa	-
Projeto de Proposta de Saneamento Básico para os Municípios da Bacia do Rio-Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo	SABESP	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Saúde do Adulto	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa da Criança	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Saúde Mental	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa do Deficiente	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Saúde Bucal	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Saúde da Mulher	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Saneamento Rural	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Postos de Saúde de Atendimento Rural	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa da Saúde do Trabalhador	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Vigilância Sanitária	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Vigilância Epidemiológica	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Controle da Malária	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Controle do Dengue e da Febre Amarela	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Controle da Leishmaniose	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Controle da Esquistossomose	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-
Programa de Controle da Doença de Chagas	SAÚDE	não	positivo	sim	não	sim	-

Assistência técnica e extensão rural para o cultivo de banana, maracujá, tomate, arroz, oleicultura, palmito, seringueira; bubalinocultura; bovinocultura; suinocultura; piscicultura; leite; adubação e calagem; agrotóxicos; conservação do solo; microbacias e arborização urbana	AGRICULTURA	significativo	positivo	sim	não	proprietários rurais	-
Fomento da cultura de seringueira, bubalinocultura e outros	AGRICULTURA	significativo	positivo	sim	não	proprietários rurais	-
Defesa Sanitária Animal e Vegetal	AGRICULTURA	não avaliado	positivo	sim	não	não informa	-
Levantamento Socioeconômico	AGRICULTURA	não	não	sim	não	não informa	-
Duplicação da BR-116	TRANSPORTE	significativo	positivo	sim	não	não informa	em construção
Regularização Fundiária	JUSTIÇA	não avaliado	positivo	sim	não	não informa	-

(1) Conforme Plano Estadual de Recursos Hídricos (1990)

COMISSÃO ESPECIAL CONSEMA PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DE UTILIZAÇÃO MÚLTIPLA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO VALE DO RIBEIRA

Quadro 4 - Projetos Propostos (informações de abril/93)

PROJETO	ÓRGÃO	IMPACTO AMBIENTAL	IMPACTO SOCIAL	REFLETE POLÍTICA SETORIAL	CONFLITA COM POLÍTICA SETORIAL	PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ALVO	SITUAÇÃO
Confecção da Cobertura Geológica, Mapas Geotécnicos e Cartas Metalogenéticas da região (1)	DNPM	não	não	sim	não	-	-
Convênios com Prefeituras para administração e recolhimento de impostos provenientes da mineração e gerenciamento de sua aplicação racional	DNPM	não	positivo	sim	não	-	-
Integração entre DNPM e SMA para minimização dos efeitos da mineração no meio ambiente	DNPM	positivo	positivo	sim	não	sim	-
UHE Tijuco Alto	CBA	significativo	significativo	não (2)	sim (2)	não	EIA/RIMA em análise na SMA
UHE Funil	CESP	significativo	significativo	não (2)	sim (2)	sim (3)	EIA/RIMA em análise na SMA
UHE Satatal	CESP	significativo	significativo	não (2)	sim (2)	sim (3)	Em estudo no órgão proponente
UHE Itaóca	CESP	significativo	significativo	não (2)	sim (2)	não	Em estudo no órgão proponente
Centro de Referência e Difusão de Tecnologias Ambientais	SMA	positivo	positivo	sim	não	não	-
Orientação à população em geral sobre as possibilidades legais de uso da terra	SMA	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Plano Diretor de Drenagem da Ilha Comprida	SMA	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Elaboração de Diagnóstico e Ante-Projeto de Manejo Autosustentado no Litoral Sul	SMA	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Instalação de um biodigestor anaeróbico de fluxo ascendente no bairro do Rocio/Iguape	SMA	não avaliado	positivo	sim	não	não informa	-
Tratamento de Efluentes Domésticos no Bairro Itapitangui/Cananéia	SMA	positivo	positivo	não	não	não informa	-

Programa de Implantação e/ou Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água	SABESP	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Programa de Implantação e/ou Ampliação e Melhoria do Sistema de Esgotos Sanitários	SABESP	positivo	positivo	sim	não	não informa	-
Definição do Sistema de Referência e contra-referência através da hierarquização e regionalização dos serviços de Saúde	SAÚDE	positivo	positivo	sim	não	sim	-
Sub-programa de Recursos Naturais Renováveis: microbacias hidrográficas, calagem e planejamento agrícola ambiental	AGRICULTURA	significativo	não avaliado	sim	não	não informa	-
Sub-programa de Produção de Alimentos: cultura da banana, cultura do tomate, aprimoramento da pecuária, apicultura, des. da bubalinocultura, reforma do terminal pesqueiro de Cananéia.	AGRICULTURA	significativo	positivo	sim	não	não informa	-
Sub-programa de Alternativas Econômicas: flores e plantas ornamentais; plantas ornamentais; hortaliças e aromáticas; estudos fitotécnicos e diversificação agrícola regional; estudos fitotécnicos e melhoramento para a pupunha no Vale do Ribeira; fomento e difusão de tecnologia da agricultura no Vale do Ribeira; implantação da fazenda piloto de criação de ostras na região estuarina de Cananéia; reflorestamento.	AGRICULTURA	significativo	positivo	sim	não	não informa	-
Sub-programa de Desenvolvimento Socioeconômico e Tecnológico: testes regionais; campos de observação; apoio à agroecologia; apoio à agroindústria; tecnologia de fabricação e controle de qualidade de produtos de banana; pescado: tecnologia para a conservação e utilização de peixes de interesse comercial produzidos em aquicultura; diagnóstico regional de abastecimento; avaliação do aproveitamento dos produtos regionais na merenda escolar; apoio à implantação da feira do produtor.	AGRICULTURA	significativo	positivo	sim	não	não informa	-
Sub-programa de Aprimoramento da Agropecuária Tradicional: cultura do maracujá; cultura do chá.	AGRICULTURA	significativo	positivo	sim	não	não informa	-
Sub-programa de Defesa Sanitária Animal e Vegetal: defesa animal e vegetal.	AGRICULTURA	não avaliado	positivo	sim	não	não informa	-

- (1) Reativação de projeto
(2) Conforme Plano Estadual de Recursos Hídricos (1990)
(3) Em andamento pesquisa de opinião com a população local

VALE DO RIBEIRA

IPPING

DATA	JORNAL	TÍTULO / AUTOR
23.12.92	GAZETA MERCANTIL.....	O destino ambiental do Vale do Ribeira: FRANCISCA STELLA FAGÁ
JANEIRO.93	GAZETA MERCANTIL.....	Usina da CBA pede licença do CONSEMA: FRANCISCA STELLA FAGÁ
28.12.93	O ESTADO DE SÃO PAULO.....	Usinas ameaçam região do Rio Ribeira de Iguape: LIANA JOHN
14/FEV/MAR.94	JORNAL S.O.S. MATA ATLÂNTICA..	Meio Ambiente ameaçado no Vale do Ribeira Entidades se unem pelo Vale
02.03.94	O ESTADO DE SÃO PAULO.....	CBA pede revisão de parecer contrário a Barragens no Rio Ribeira de Iguape: LIANA JOHN
16.03.94	DIÁRIO POPULAR.....	Ecologistas realizam protestos
14/ABR/MAI.94	JORNAL S.O.S. MATA ATLÂNTICA..	Comunidade protesta contra Barragens
03.04.94	DIÁRIO DO POVO.....	Cavernas estão ameaçadas por Hidrelétricas: ANTÔNIO CARLOS BORDIN
13.04.94	JORNAL DE JUNDIAÍ REGIONAL....	Ribeira e prioridade de Ambientalistas
21.04.94	A VOZ DO ALTO RIBEIRA.....	Tijuco Alto: Energia e benefício para quem?: SILVANI CRISTINA ALVES
22.05.94	A TRIBUNA.....	Mata Atlântica tem apenas 8% de sua área intacta: LUIZ MARCELO FERREIRA
23.05.94	JORNAL DA TARDE.....	Usinas vão barrar o Ribeira
26.05.94	FOLHA DE SÃO PAULO.....	Conselho deve autorizar hoje 1ª Hidrelétrica no Rio Ribeira: MARCELO LEITE
26.05.94	D.C.I.	Vale do Ribeira-Barragens ameaçam áreas históricas e reservas
26.05.94	JORNAL DO BRASIL.....	São Paulo discute represa em área de Mata Atlântica: RONALDO BRASILIENSE
26.05.94	FOLHA DE SÃO PAULO.....	Ribeira em risco: ANTENOR CHICARINO
26.05.94	FOLHA DA TARDE.....	Vigília do Ribeira e Ribeira em jogo
26.05.94	A TRIBUNA.....	Conselho do Meio Ambiente decide futuro do Rio Ribeira
26.05.94	GAZETA MERCANTIL.....	CONSEMA decide hoje se vai conceder licença para construção de Tijuco Alto: FRANCISCA STELLA FAGÁ
27.05.94	JORNAL DA TARDE.....	Obra no Rio Ribeira. Polêmica.
27.05.94	O ESTADO DE SÃO PAULO.....	Justiça Federal pode decidir futuro do Rio Ribeira

- 27.05.94 FOLHA DE SÃO PAULO.....CONSEMA debate impacto de Hidrelétrica
no Rio Ribeira
- 27.05.94 FOLHA DA TARDE.....Ambiente em debate
- 27.05.94 DIÁRIO POPULAR.....Ecologistas e moradores discordam sob
Usina
- 28.05.94 O ESTADO DE SÃO PAULO.....CONSEMA aprova licença para Usina do R
Ribeira: CARLOS RYDLE
- 28.05.94 A TRIBUNA.....CONSEMA aprova Usina no Ribeira
- 28.05.94 DIÁRIO POPULAR.....CONSEMA aprova construção de Hidrelétr
cas
- 28.05.94 FOLHA DE SÃO PAULO.....Conselho aprova Hidrelétricas no Rio Ri
beira: PAULO SILVA PINTO
- 30.05.94 GAZETA MERCANTIL.....Usina de Tijuco Alto obtém licença Ambien
tal: FRANCISCA STELLA FAGÁ
- 02.06.94 JORNAL DA TARDE.....A morte do Rio Ribeira de Iguape:
JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA
- 06.06.94 JORNAL DA TARDE.....Dia de festa e de protestos - O Ribeir
de Iguape e a Democracia:
PRISCILA SIQUEIRA
- 06.06.94 FOLHA DE SÃO PAULO.....Dia mundial do Meio Ambiente e Tijuco Al
to: FÁBIO FELDMANN
- 06.06.94 FOLHA DE SÃO PAULO.....Painel/Tiroteio
- 08.06.94 O ESTADO DE SÃO PAULO.....Ação pode sustar Barragem de Tijuco Alto
ELZA PIRES
- 09.06.94 FOLHA DE SÃO PAULO.....Deputado pede revisão de projeto de Hidre
létrica

GAZETA MERCANTIL S.A

EDITORA JORNALISTICA

RETRANCA

REDATOR

EDITOR

LAUDA Nº

2

1234567890123456789012345678901234567890123456789012345678901234567890

O destino ambiental do Vale do Ribeira

por Francisco Stella Fogó de São Paulo

O governo do Estado de São Paulo terá em breve um instrumento básico para, se assim desejar, impedir que a exploração econômica do Vale do Ribeira, o maior patrimônio de Mata Atlântica do País, resulte num processo de acelerada destruição de recursos naturais, como o registrado nas últimas décadas no Vale do Paraíba e no Pontal de Paranapanema.

Até o mês de abril do próximo ano, deverá estar concluído o primeiro zoneamento ecológico-econômico da região, que servirá como roteiro obrigatório para os investimentos públicos e privados na região.

Última reserva de água pura em abundância no estado, o Vale do Ribeira é cobijado por grupos privados, como o Votorantim, e pelo próprio poder público, por seu elevado potencial hidrelétrico. É rico em minérios, como chumbo, estanho, barita, calcário e areia. Tem minerais preciosos, como ouro, e estratégicos, como silício, cuja viabilidade de exploração econômica começa a ser estudada com mais afinco por instituições, como o

Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Mas, sobretudo, abriga 984 mil hectares de remanescentes contínuos de Mata Atlântica: no Vale do Ribeira estão 56% de todas as reservas do estado inteiro e cerca de 10% do que ainda existe no País, segundo cálculos da Fundação SOS Mata Atlântica. É uma preciosa reserva de espécies ameaçadas de extinção, recentemente declarada pela Unesco como reserva da biosfera e patrimônio da humanidade.

"Se o governo não assumir logo o planejamento da ocupação da região, o Vale do Ribeira vai ser destruído rapidamente", prevê o biólogo João Paulo Capobianco, superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica.

Nada menos do que 230 projetos, tão diversos quanto a implantação de uma fazenda-piloto de criação de ostras, uma de camarões, a construção de sete barragens para o controle de cheias na bacia do Ribeira, a construção de usinas hidrelétricas, a exploração do ecoturismo e a disseminação de criação de búfalos, integram um dossiê preparado no ano passado pela Secretaria esta-

dual de Planejamento com o propósito de montar um plano consistente de exploração econômica para a região.

Esse trabalho, segundo Carlos Roberto Azzoni, deverá estar concluído até abril para então ser submetido ao Conselho de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, criado em 1989 e integrado por representantes do governo e da sociedade civil.

"Tudo o que decidirmos estará condicionado à preservação ambiental", garante Azzoni, ao explicar que o plano será integrado com o macrozoneamento que está sendo feito pela Secretaria do Meio Ambiente. As suas conclusões servirão como parâmetros para os investimentos públicos e as licenças de projetos da iniciativa privada.

O macrozoneamento ecológico-econômico deverá também ser concluído em abril, segundo prevê Martinus Filet, coordenador de programas de gerenciamento costeiro da Secretaria de Meio Ambiente. Sob a coordenação da secretaria, a empresa de consultoria Engecorps

(Continua no página 11)

10/11

203

RETRANCA

REDATOR

EDITOR

LAUDA Nº

3

12345678901234567890123456789012345678901234567890

0,68 1,36 2,04 2,72 3,40 4,08 4,76 5,44 6,12 6,80 7,48 8,16 8,84 9,52 10,20 10,88 11,56 12,24 12,92

O destino ambiental do...

0.300/138

por Francisca Stella Fagó de São Paulo (Continuação da 1ª página)

já fez um inventário ambiental da região, coletando informações sobre as características geológicas, geomorfológicas, climáticas, fundiárias, da cobertura vegetal e das espécies animais.

Assim que o diagnóstico estiver concluído, começará a ser elaborados o prognóstico com vários cenários para a região e a análise dos conflitos existentes. Isso resultará numa proposta de macrozoneamento a ser transformada em minuta de decreto. Antes disso, segundo Filet, a proposta será discutida pelos diversos órgãos do governo estadual, pela comunidade e pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, integrado por representantes do governo e da sociedade civil.

Os principais projetos de investimentos públicos e privados que dependam do aproveitamento do rio Ribeira de Iguape serão também submetidos a um ritual de análise já delimitado pelo Consema. Está para ser marcada a data de uma reunião em que são chamados para apresentar explicações sobre esses projetos a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, que pretende construir uma usina hidrelétrica no alto curso do rio Ribeira; o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que tem vários projetos de controle de cheias na região; e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que tem vários projetos como os das fazendas de criação de ostras, camarões e de estímulo a culturas como tomate, chá, abelhas.

Estarão também a Secretaria da Justiça e Defe-

sa da Cidadania, responsável pela regularização de mais da metade da área do Vale do Ribeira que hoje é objeto de conflitos fundiários diversos; o Departamento de Produção Mineral; a Secretaria do Planejamento; a Secretaria do Meio Ambiente; a Secretaria de Energia e Saneamento; a Secretaria de Infra-Estrutura Viária e a CESP, que tem projetos de construção de usinas.

A idéia dessa reunião surgiu no Consema, segundo Capobianco, quando do encontro informal entre diversos órgãos do governo promovido pelo próprio conselho deixou evidente que muitos de seus projetos eram conflitantes entre si e que muitos não sabiam muitas vezes da existência dos outros.

Ele está convencido de que esse esforço de uniformizar a ação do estado é

fundamental para evitar que o destino da região seja determinado pela aprovação de um projeto qualquer sem a perspectiva do que se pretende para o conjunto.

Mas, segundo ele, o macrozoneamento que está sendo realizado corre o risco de não cumprir os seus objetivos, se o governo não abrir o trabalho para a participação das entidades ambientalistas e das comunidades da região. Até agora, nenhuma delas foi consultada a respeito, segundo ele.

Os ambientalistas desejam que a apreciação pelo Consema do projeto de construção da usina hidrelétrica que a CBA pretende construir seja feita depois de ter sido delimitada a vocação do rio. Isso porque a usina será construída perto da cabeceira do rio e eliminará outras possibilidades de uso, acredita.

Usina da CBA depende de licença do Consema

por Francisco Stello Fagá de São Paulo

A construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, um dos mais polêmicos projetos do Vale do Ribeira, que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, pretende executar já há vários anos, terá o seu destino determinado em breve pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema).

Nos próximos dias, segundo Miguel de Carvalho Dias, vice-presidente da companhia, será entregue à Secretaria de Meio Ambiente a quinta versão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto, atendendo a um novo conjunto de exigências e explicações sobre os efeitos da construção da usina. Desde 1989 a CBA tem a concessão federal expedida pelo ex-ministro Aureliano Chaves e pelo ex-presidente José Sarney para explorar o potencial hidrelétrico do rio. Ela pretende construir uma usina com capacidade instalada de 144 mil quilowatts, mais da metade da capacidade total das outras sete usinas da CBA instaladas em outros rios do Vale do Ribeira, o Juquiá e o Assungui. Mas nada pode fazer enquanto não obtiver do Consema sua licença ambiental.

O projeto enfrenta grande resistência dos ambientalistas representados no Consema por sua dimensão e suas características. "A usina ficaria praticamente na cabeceira do rio e determinaria o seu destino, eliminando outros usos possíveis", afirma o biólogo João Paulo Capobianco,

APELO — O governo cambojano e tropas do Khmer Vermelho ignoraram ontem um apelo de cessar-fogo feito pelas Nações Unidas e reini-



Miguel de Carvalho Dias

um dos seis representantes de ambientalistas no Consema.

Segundo Aurélio Libanori, gerente de avaliação de impactos ambientais da Secretaria de Meio Ambiente, é muito difícil estimar todos os efeitos de um projeto como o de Tijuco Alto, que exerce enorme interferência sobre o rio, logo no início de seu curso. Há, segundo ele, o receio de que até a frágil região estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia, um imenso berçário de várias espécies de peixes, crustáceos e vegetais, possa ser afetada pela construção de uma usina a dezenas de quilômetros de distância.

A CBA, que planeja abastecer a sua fábrica de alumínio situada em Mairiniqui, a 75 quilômetros da capital paulista, com a energia de Tijuco Alto, sustenta que a construção da barragem só traria benefícios para a região. "O vale receberá de graça um excelente instrumento para regularizar a vazão do rio, capaz de evitar enchentes na época das chuvas e de ampliar a oferta de água na época da seca", diz Carvalho Dias.

Ambientalistas temem exploração sem planejamento

por Francisco Stello Fagá de São Paulo

O destino do Vale do Ribeira, a parte menos desenvolvida do Estado de São Paulo, que ocupa quase 10% de seu território e abriga apenas 0,86% da população, deve ser definido a partir de um zoneamento econômico e ecológico que seja capaz de se antecipar à ocupação. Este é um dos principais pontos sustentados pelos ambientalistas e de moradores da região.

A vocação do Vale do Ribeira, segundo o biólogo João Paulo Capobianco, su-

perintendente da SOS Mata Atlântica, só poderá ser estabelecida quando a região for plenamente conhecida e as comunidades locais manifestarem as suas aspirações.

O que está claro para as entidades é o que não pode ser feito. Elas rejeitam tudo o que pode ter um impacto tão grande que delinhe o destino da região antes mesmo de ter sido possível planejar. É o caso da construção de barragens na bacia do rio Ribeira do Iguape, o primeiro item de uma carta aprovada em Registro, no final do ano passado, por representantes de 29 entidades, entre elas a SOS

Mata Atlântica, o Movimento dos Ameaçados por Barragens, o Movimento Pró-Duplicação da BR-116, várias associações de moradores, a Sociedade Brasileira de Espeleologia e a Associação Pró-Jurêia.

Os demais pontos aprovados são os seguintes, entre outros:

- reordenação fundiária do Vale do Ribeira;
- ajuizamento imediato das ações discriminatórias;
- titulação urgente das terras já discriminadas com áreas abaixo de 100 hectares e emissão de posse nas áreas acima dessa dimensão;

- consolidação econômica da agricultura familiar;
- implantação efetiva das unidades de conservação;
- medidas efetivas para a proteção das cavernas;
- garantia de participação paritária das representações da sociedade civil e movimentos populares no Conselho para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira, criado por decreto estadual em 1989 e cuja composição, alegam, é completamente dominada por representantes do governo;
- transparência das ações do Estado.

90123456789012345678901234567890

JANEIRO/93

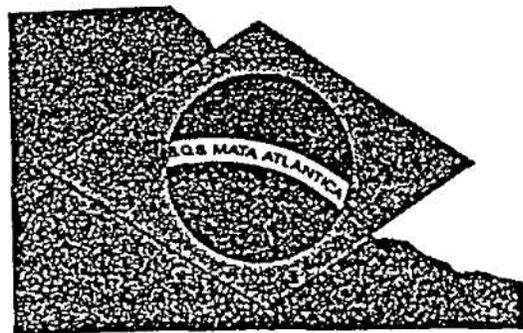
JATOR

EDITOR

LAUDA Nº 4

7.48 6.80 6.12 5.44 4.76 4.08 3.40 2.72 2.04 1.36 0.68

COR. INQUIRITIVA



Jornal

S.O.S Mata Atlântica

INFORMATIVO DA FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

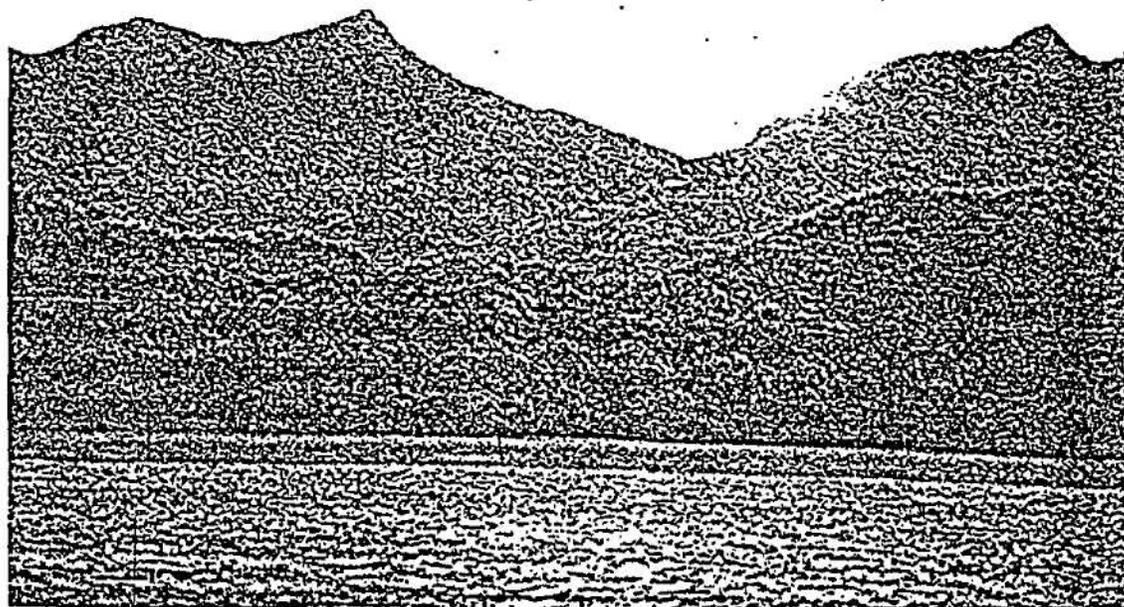
FEVEREIRO/MARÇO DE 1994

ANO VI - Nº 1

SOS Mata Atlântica

Meio ambiente ameaçado no Vale do Ribeira

Entidades ambientalistas e comunidades tradicionais lutam pela preservação do Vale do Ribeira, o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica, que está sofrendo várias ameaças de degradação. A principal delas é a construção de usinas hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape, o último grande rio sem barragens no estado de São Paulo. Um abaixo-assinado pede providências ao governo.



Pág. 5 *Visão do Lagamar, no Vale do Ribeira*

25

Entidades se unem pelo Vale



Criado em fevereiro de 1994, o Pró-Ribeira é um movimento que reúne mais de 30 entidades ambientais e sociais em defesa do desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. Tendo a luta contra as barragens no rio Ribeira de Iguape como principal bandeira, o Pró-Ribeira, do qual a SOS Mata Atlântica é uma das participantes, aprovou em sua última reunião o documento em que define suas prioridades.

O Pró-Ribeira é um movimento, sem vínculos partidários, religiosos ou institucionais, que congrega pessoas e entidades interessadas na promoção do desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira.

Criado em Iporanga aos 26 de fevereiro de 1994, o Pró-Ribeira tem entre as suas finalidades a integração entre a sociedade local e colaboradores externos, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção do precioso Patrimônio Natural e Cultural que a região abriga. Considerando que a construção de barragens representa atualmente a maior ameaça a esse patrimônio, o combate aos projetos de represas da CESP e CDA no Rio Ribeira é a prioridade maior do Movimento.

Dentre outras ações prioritárias do Pró-Ribeira está a exigência e o apoio às iniciativas governamentais ou particulares que colaborem no cumprimento de seus objetivos:

- regularização Fundiária da Região;
- ativação dos Parques e demais Unidades de Conservação da Área, assegurando os direitos e a participação das comunidades tradicionais neles existentes;
- investimentos maciços, planejados e permanentes nas áreas de educação, saúde, saneamento, habitação, comunicação e energia e da infra-estrutura do transporte;
- valorização das comunidades tradicionais da região;
- duplicação da BR-116;
- proteção ao patrimônio cultural, histórico, arqueológico, paisagístico e turístico da região bem como dos rios, da Mata Atlântica e demais ecossistemas regionais;
- garantia à participação da comunidade local na discussão das políticas públicas, planejamento e gestão do território e seus recursos e bem como dos benefícios daí advindos;
- promoção de alternativas econômicas sustentáveis nos campos do ecoturismo, agrícola, florestal, pesqueiro e outros que garantam o pleno emprego, o aumento da renda familiar e a equiparação dos índices sócio-econômicos ao restante do Estado de São Paulo;
- elaboração e implantação do Macrozoneamento regional garantindo o uso múltiplo, compartilhado e sustentável dos recursos da área;
- desenvolvimento de mecanismos de

movimento



Homem e natureza unidos pelo mesmo rio

compensação financeira para Municípios que detenham e protejam o patrimônio natural e cultural de expressão e interesse Estadual e Nacional.

O Movimento Pró-Ribeira se compromete ainda a combater com firmeza as iniciativas e projetos que coloquem em risco o homem, a natureza e a cultura da região.

Ilha do Cardoso é cedida ao Estado

Rosângela Bego



Ilha do Cardoso, no Vale do Ribeira, em São Paulo, com 14 mil hectares de matas, mangues e restingas, volta a ser domínio do Estado. Em setembro de 1992, o então governador do Estado de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, assinou portaria cedendo a ilha por tempo indeterminado, atendendo à solicitação do Consema/SP que havia aprovado, no início do ano, uma moção nesse sentido proposta pela Fundação SOS Mata Atlântica conjuntamente com o Deputado Fábio Feldmann.

Com esse ato, encerra-se a polêmica criada com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de setembro de 1992, determinando que a ilha era bem de domínio da União, e não do Estado de São Paulo, e o período em que o Governo Estadual praticamente abandonou a ilha do Cardoso, sob a alegação de que estava impedido de fiscalizar a região.

COMO O FILIADO DA SOS PODE AJUDAR

A participação dos filiados é essencial para a realização das atividades da SOS Mata Atlântica no Vale do Ribeira.

Envie para a Rede de ONGs da Mata Atlântica, na rua Manoel da Nóbrega, 456, Paraito, São Paulo, e participe da campanha para preservar o maior remanescente contínuo da Mata Atlântica ainda existente. A natureza agradece.

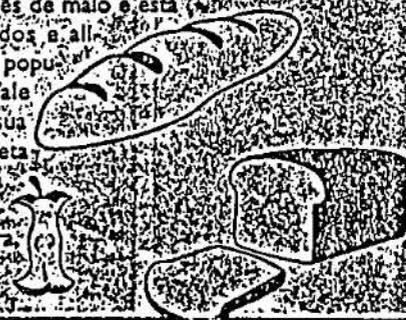
Nos abaixo-assinados, protestamos contra a construção de Hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape, o último rio vivo dos estados de São Paulo e Paraná que corre livre pela área mais preservada da Mata Atlântica. São quatro projetos de barragens: a de TIJUCO ALTO, da CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo econômico Ermirio de Moraes; e as de ITAÓCA, FUNIL e BATATAL, da CESP Companhia Energética de São Paulo. Se realizadas, tomarão o rio uma verdadeira cascada.

As barragens inundariam mais de 11.000 ha das melhores terras para a agricultura no alto e médio Vale, expulsando mais de 8.000 pessoas que vivem da terra e seu sustento. Elas custariam cerca de 800 milhões de dólares, sendo a maior parte financiadas através de empréstimos externos, aumentando nossa dívida pública. Os 399 MW de energia elétrica, abasteceriam as indústrias de Alumínio para exportação do Grupo Ermirio de Moraes localizadas na região de Sorocaba, fora do Vale do Ribeira.

Os represamentos do rio atingiriam várias comunidades negras remanescentes dos quilombos, que têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal e muitas outras comunidades, sacrificando seu modo tradicional de vida. Inundariam também áreas de preservação natural e permanente que representariam os últimos remanescentes contínuos de Mata Atlântica em nosso país: 2.420 ha da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Mar; 19 ha do Parque Estadual das Lauráceas no Paraná; 11 ha do Parque Estadual de Jacupiranga. Ainda, inundariam: 55,6 km de estradas estaduais, 146,4 km de estradas municipais, 19 pontes e 3.477 ha de terras com potencial mineral. Além disso, submergiriam 57 sítios arqueológicos (não considerando as barragens de BATATAL e ITAÓCA, ainda não incluídas) de grande importância para a compreensão da história pré-colonial do Brasil, 11 covernas e a capela de Ivaiporunduva, construída no século XVII, além de interferência no núcleo histórico da sede de Iporanga, anibos bens tombados pelo CONDEPHAAT como Patrimônio Histórico.

CAMPANHA CONTRA A FOME NO VALE DO RIBEIRA

A SOS Mata Atlântica prolongou a Campanha contra o Frio e a Fome no Vale do Ribeira até o final do mês de maio e está recolhendo, agasalhos, calçados e alimentos não perecíveis para a população pobre de Iguape no Vale do Ribeira. Contamos com a sua colaboração. O posto de coleta é na sede da Fundação (rua Manoel da Nóbrega, 456, Paraito), de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas.





Ecologistas realizam protestos



Manifestantes realizam atos contra projeto da hidrelétrica do Tijuco Alto

Ecologistas e integrantes do Movimento dos Ameaçados pelas Barragens do Vale do Ribeira realizaram manifestações em frente à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e da Assembléia Legislativa contra o projeto de construção da hidrelétrica do Tijuco Alto, do Grupo Ermirio de Moraes. A hidrelétrica está prevista para ser instalada no rio Ribeira de Iguapé, o último rio vivo dos Estados de São Paulo e Paraná, que corre pelas áreas preservadas da Mata Atlântica.

Na secretaria, os manifestantes foram recebidos por assessores do secretário Edis Milaré e entregaram uma carta denunciando que a construção das barragens só vai gerar energia elétrica para a produção de alumínio para exportação, restando para o povo do Vale do Ribeira a destruição, a poluição, o desemprego, a miséria e a fome. Uma das líderes do grupo, Silvani Cristina Alves, argumentou que a empresa que será beneficiada com a energia elétrica, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, está em Mairinque, a

mais de 300 quilômetros do local onde pretende instalar a barragem do Tijuco Alto.

Na Assembléia, o deputado Antenor Chicarino (PT) apresentou um projeto de lei para vetar a construção de barragem sem a realização de um estudo de avaliação de riscos, que ateste a impossibilidade de ocorrência de tremores no solo. O técnico João Roberto Rodrigues, chefe da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, explicou que foram realizados estudos e, caso a barragem seja construída, não haverá riscos. Ele adiantou ainda que até o final do ano a secretaria concluirá o estudo do projeto.

O deputado Lobbe Neto (PMDB), presidente da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia, lembrou que os prefeitos e a maioria dos políticos das 11 cidades da região são favoráveis à construção da hidrelétrica. Ele disse que em 20 de maio de 93 foi realizada, na cidade de Ribeira, uma audiência pública, onde políticos e moradores da região aprovaram a construção da hidrelétrica.



CBA pede revisão de parecer contrário a barragens no Rio Ribeira de Iguape

Documento aponta risco de contaminação das águas do rio e redução da diversidade de peixes

LIANA JOHN

CAMPINAS — O empresário Antonio Ermírio de Moraes, na qualidade de presidente da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), pediu a revisão de um parecer técnico sobre as barragens do Rio Ribeira de Iguape preparado pela Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb). O parecer é contrário à construção da hidrelétrica Tijuco Alto, empreendimento do empresário, cujo objetivo é produzir parte da energia necessária ao beneficiamento de alumínio, num projeto de expansão da CBA.

Assinado por 12 biólogos, um oceanógrafo e um técnico o documento aponta os riscos de contaminação das águas do Ribeira com metais pesados e a provável redução da

diversidade de peixes, caso se construam as quatro barragens previstas — uma da CBA e três das Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp).

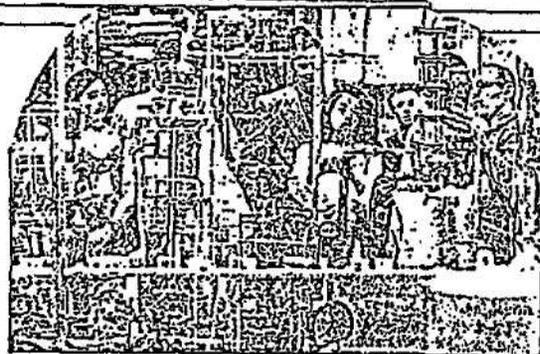
Solicitado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

(SMA), o parecer foi anexado ao processo de estudo e avaliação de impacto ambiental (EIA-RIMA) da barragem de Tijuco Alto, em fase de avaliação na secretaria. Segundo denúncia do deputado petista Antonio Chicarino, o empresário Antonio Ermírio pediu a revisão do parecer à Cetesb e foi atendido. Como a equipe técnica teria se recusado a revisar o documento, constituiu-se uma nova equipe para preparar outro parecer. A assessoria de comunicação da Cetesb informa que Antonio Ermírio encaminhou o pedido de revisão inicialmente à secretaria e que há um novo parecer

em estudo, que "pode não" invulgar o primeiro. Procurado, Antonio Ermírio não foi localizado pela reportagem. Para evitar retaliações contra os autores do atual parecer e mudanças em seu texto, Chicarino pediu sua publicação no Diário Oficial e registrou o documento em cartório.

Chicarino é autor de um projeto de lei que impede a construção de usinas hidrelétricas no Ribeira de Iguape até a criação do macrozoneamento da região, no qual seriam determinadas as áreas de preservação e as áreas passíveis de desenvolvimento, bem como o tipo de desenvolvimento adequado à região. O projeto de lei está sendo avaliado na Assembleia Legislativa. A barragem de Tijuco Alto seria a primeira a ser construída e a mais próxima das cabeceiras do Rio Ribeira de Iguape.

METAIS PESADOS PODEM POLUIR AS ÁGUAS



Demonstração sobre refino de petróleo realizada pela Petrobrás

Proposto novo método para tratar esgoto

Um novo sistema de tratamento de esgotos que pode ser usado em pequenos conjuntos habitacionais foi uma das atrações da 5ª Conferência Regional da União Internacional das Associações de Prevenção à Poluição e Defesa do Meio Ambiente, realizada na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). O processo, desenvolvido pelo

professor da Universidade do Texas Dennis Schneider usa bactérias fototróficas — capazes de assimilar matéria orgânica na presença de luz.

Além das palestras, foi organizada a Feira Interamericana de Equipamentos Ambientais. Entre as atrações, está uma minirrefinaria de petróleo. A feira estará aberta hoje, entre 9 e 19 horas. A entrada é franca.

2

03

VALE DO RIBEIRA

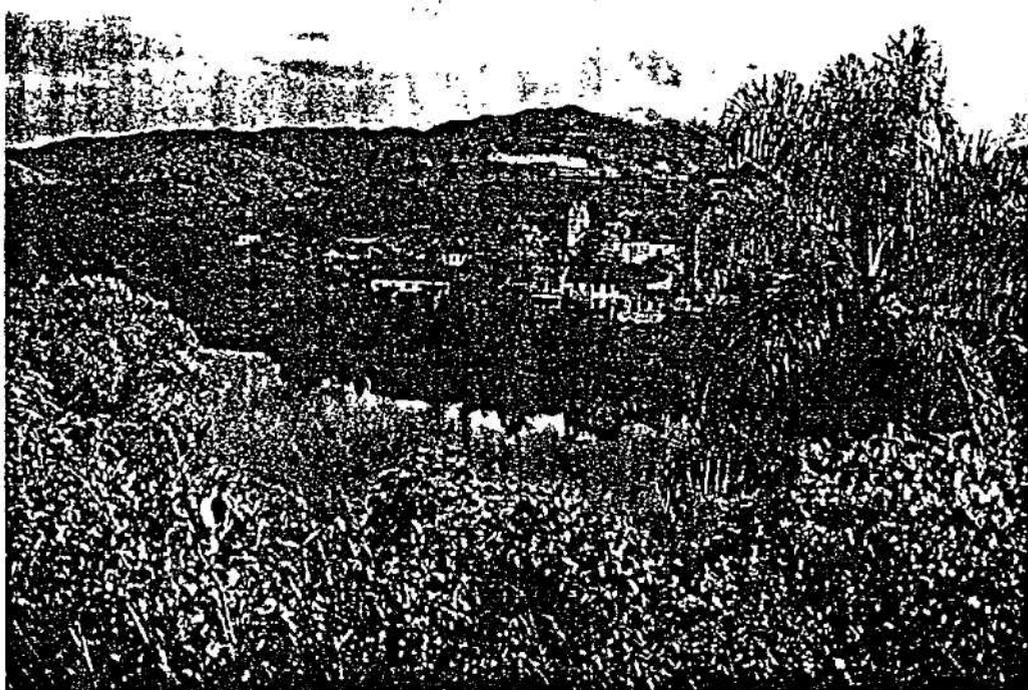
Cavernas estão ameaçadas por hidrelétricas

A Sociedade Brasileira de Espeologia alerta que a construção de quatro usinas poderá inundar cavernas e parte da mata atlântica

ANTÔNIO CARLOS BORDIN

As cavernas do Vale do Ribeira, uma das regiões turísticas do estado de São Paulo, estão ameaçadas. A denúncia é da Sociedade Brasileira de Espeologia (SBE). A entidade aponta que a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, e Companhia Energética de São Paulo (CESP) estão prevendo a construção de quatro usinas hidrelétricas ao longo do rio Ribeira, considerado o último ainda livre (sem barragens) em seu percurso no estado. O presidente da SBE, José Antônio Scaleante, afirma que além de outros problemas, as represas inundarão cavernas, e parte da mata atlântica, considerada como reserva da biosfera pela Unesco. De prático, o que a SBE já fez foi solicitar que as duas companhias apresentem relatórios mais detalhados sobre o impacto que as usinas causarão ao meio ambiente.

No Vale do Ribeira existem pelo menos 20 mil cavernas, das quais apenas 500 estão cadastradas pelos espeleólogos. Dessas, pouco mais de duas dezenas são visitadas por turistas. Scaleante afirma que a entidade está implantando por meio de um convênio com a Secretaria Estadual de Turismo, Fundação Florestal e Instituto Florestal um projeto de ecoturismo na região, que abrange os parques estaduais Turístico do Alto do Ribeira (Petar) e de Acupiranga, e as cidades de Apiaí, Iporanga e Eldorado. "Se fizerem as represas, o programa estará comprometido", frisou o diretor de Comunicação Técnico-Científica do Instituto Florestal (IF), Clayton Ferreira Lino. "O turismo é a única alternativa para o Vale do Ribeira, por ser área de reserva ambiental. E pode



O Núcleo Histórico de Iporanga corre o risco de ser inundado pelo projeto da Companhia Brasileira de Alumínio e CESP

funcionar como gerador de empregos", acrescenta Scaleante.

A idéia das secretarias estaduais do Meio Ambiente e do Turismo, do IF e dos espeleólogos é lançar o Roteiro das Cavernas ainda este ano. Isso significa a criação de novos núcleos de cavernas para exploração turística, como os que existem no Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira

(Petar), um dos mais protegidos e respeitados do estado de São Paulo. "No momento estamos cuidando da formação de guias para levar os turistas pelas cavernas da região", disse o presidente da SBE. O Roteiro já está sendo implantado na Caverna do Diabo, no Parque Estadual de Jacupiranga, que ganhará novo impulso com o projeto orientado para o ecoturismo.

além de despertar para o aspecto histórico local.

Relatório

A denúncia da SBE está baseada inclusive num relatório pedido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) para a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb). Após apontar vários prejuízos ao

meio ambiente, o órgão termina o seu estudo da seguinte forma: "Não se recomenda que sejam executadas obras de barramento no rio Ribeira". A assessoria de imprensa da Cetesb confirmou informações de entidades ambientais, de que o presidente da CBA, Antônio Ermirio de Moraes, teria se encontrado com o presidente da Cetesb para contestar o

relatório. Mas o teor do documento não foi alterado, garantiu a assessoria do órgão.

A usina de Funil atingirá Iporanga e Apiaí (SP) e Adrianópolis (PR), a de Batatal afetará Iporanga e Eldorado (SP), e a de Itaoca, as cidades de Itaoca (SP) e Adrianópolis. Todas estas são da CESP. A da Companhia Brasileira de Alumínio será em Tijuco Alto, município de Ribeira. Nestas cidades, segundo Scaleante, as pessoas estão favoráveis às usinas com o argumento de que terão mais empregos. "Mas isso será temporariamente, e as empresas deverão trazer milhares de homens de fora para a construção, o que trará problemas como prostituição, aumento do custo de vida, entre outras coisas. Fora os problemas ambientais. A proposta das usinas é uma desgraça", critica Clayton Lino.

Estação ecológica

Os espeleólogos temem, no entanto, que com a construção das barragens, várias cavernas que existem fora do Petar sejam inundadas. Por isso a SBE solicitou à CBA estudos mais detalhados, e a criação de uma estação ecológica pública de cinco mil hectares, para exploração de 90 cavernas. "O que a CBA apresentou foi a proposta de criar uma área de preservação na região de sua usina, só que particular. E isso não nos interessa", ressaltou a bióloga Gisele Cristina Sessegolo, do Departamento de Proteção ao Patrimônio Espeleológico (Deproe) da SBE, e integrante do Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná (GEEP "Açungui"). O presidente da CBA, Antônio Ermirio de Moraes, foi procurado várias vezes durante dois dias, mas não foi encontrado para falar sobre o assunto.

SBE tem vários argumentos de defesa

São vários os argumentos da Sociedade Brasileira de Espeologia (SBE) para que não sejam construídas as barragens ao longo do rio Ribeira. O principal deles é que o solo da região do Vale do Ribeira é rico em calcário, que é solúvel em água. Com isso, o lençol freático da região subirá e poderá causar vazamentos nos reservatórios das barragens. Conforme o diretor de Comunicação Técnico-Científica do Instituto Florestal (IF), Clayton Ferreira Lino, só a notícia das barragens já astou investimentos que seriam feitos no Vale do Ribeira. A previsão de outro desastre ecológico será no Lagamar, litoral sul paulista, onde o rio Ribeira deságuaa, afetando o estuário de Iguape, Cananéia (SP) e Paranaguá (PR). O relatório preparado pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb)

também aponta vários prejuízos ao Vale do Ribeira. Um deles é a provável deterioração da qualidade da água em todo o curso do rio Ribeira, prejuízos à produção pesqueira, afetando a população local, além de problemas legais, pois na região existem várias áreas de preservação ambiental.

A previsão do Instituto Florestal é de que a estrada que liga Eldorado a Iporanga, asfaltada há cinco meses, seja inundada, e com ela parte da mata atlântica. "Se isso ocorrer, não teremos como construir outra estrada de acesso", reclama Clayton. A SBE prevê ainda que serão desalojadas entre 10 e 15 mil pessoas.

No aspecto cultural-histórico, as maiores perdas serão no centrinho histórico de Iporanga, e no vilarejo de Ivaporunduva, remanescente de um quilombo, onde todos os seus habitantes são ne-

gros e ainda conservam a cultura dos antepassados. Neste local está a capela em louvor a Nossa Senhora do Rosário, construída pelos escravos por volta de 1.775 a 1.780, hoje tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). A capela fica às margens do rio Ribeira, em Iporanga, e consta que ela foi a última construção do ciclo do ouro.

Na lista estão ainda vários sítios arqueológicos, ruínas da época da mineração do ouro e do chumbo, e a cerâmica folclórica de Apiaí. Uma das mais famosas manifestações religiosas, como a procissão fluvial de Nossa Senhora do Livramento, em Iporanga, também será prejudicada pela elevação do nível do rio Ribeira.



Scaleante: "Usinas irão comprometer projeto de ecoturismo"

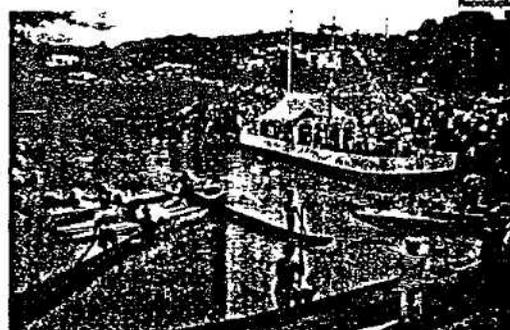
Ameaçados tentam impedir construção

O Movimento dos Ameaçados das Barragens (Moab) na cidade de Iporanga também tenta impedir a construção das usinas hidrelétricas no rio Ribeira. Segundo um dos seus membros, o padre Frain Flores, já são vários os casos de pessoas da região do Vale do Ribeira que foram pressionadas e acabaram vendendo suas terras a preços irrisórios para a CBA. O padre cita o caso de uma que vendeu o sítio por CR\$ 150 mil e agora não consegue comprar sequer um barraco na favela. "Na impossibilidade de impedir a construção das barragens, temos orientado às pessoas para que não gozem individualmente, porque não há proposta de assentamento de todas estas famílias", disse padre Frain. O Moab já realizou um protesto em frente à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em São Paulo.

Entidades querem interferência de órgãos federais

O Fórum de Estudos Ambientais da Região Metropolitana de Curitiba está lutando em várias frentes para impedir a construção da usina de Tijuco Alto, da CBA, que atingirá terras do Paraná. Uma delas é em nível jurídico, contra a licença prévia concedida pelo governo do Paraná, que é o primeiro documento que um empreendimento precisa para começar a ser implantado. Na semana que vem, o Fórum entra com uma ação civil pública na Justiça Federal contra a concessão da licença prévia. "Nós alegamos que a questão tem que passar por uma avaliação dos órgãos federais", diz Teresa Urban, do SOS Mata Atlântica.

O Fórum enviou um documento ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), em Brasília, para que chame para si a questão. "Não podemos aceitar a decisão paranaense, quando o governo



O rio Ribeira é o único do estado sem barragens no percurso

paulista tem relatório sugerindo que não sejam construídas barragens", explica Teresa.

"Ninguém está abrindo as pernas para nada", contestou o assessor

tecnico da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) do Paraná, Pedro Dias. Ele disse que a secretaria já reprovou um dos relatórios de impacto ambiental apresentado pela CBA, em 1986. Outro mais detalhado foi entregue em 1989 e, após uma audiência pública realizada em janeiro na cidade de Cerro Azul, em que participaram as partes pró e contra a barragem, a SEMA decidiu conceder a licença prévia em fevereiro. A segunda etapa do processo, conforme Dias, é a entrega do Projeto Básico Ambiental (PBA), em que a CBA terá que detalhar como amenizará os impactos ambientais da obra. "Por enquanto a empresa não pode construir", explica.

Somente depois de aprovado o PBA é que a companhia terá o licenciamento de instalação. "Mas é um processo que não está terminado. E podemos nem conceder esta licença final", assegura Dias, que questiona a interferência do Conama, como querem os ambientalistas.

CESP nega prejuízo ao meio ambiente

O gerente adjunto do Departamento de Planejamento da Diretoria de Engenharia da CESP, Miguel Saad, informou que as usinas da estatal não afetarão qualquer caverna e que não haverá prejuízos às áreas de preservação ambiental no Vale do Ribeira. Saad não soube dizer, no entanto, se o Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira (Petar) será atingido pela inundação. Miguel Saad admitiu que a ocorrência de calcário na região não favorece a construção de barragens. "Mas nas áreas planejadas pela CESP essa rocha não existe", frisou Saad. A CESP se apóia em levantamentos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Instituto Geológico da Universidade de São Paulo (USP).

Os estudos da usina de Funil, em Iporanga, já estão concluídos, e prevêem a geração de 150 MW (mega watts) e sua área de inundação será de 2.800 hectares. Já o projeto da usina de Batatal, em Eldorado, não está pronto. Mas deverá gerar até 75 MW, e inundar uma área de 1.800 hectares. E a de Itaoca, em Itaoca, vai gerar 30 MW e inundar uma área de 350 hectares. E segundo o gerente de Estudos e Planejamento Ambiental da CESP, Pedro Umberto Romanini, 416 hectares de mata natural serão inundados. O restante é composto por pastagens, culturas e capoeiras.

Indenização

A CESP prevê que pouco mais de sete mil pessoas deverão ser transferidas de suas áreas, incluindo a usina da CBA. Aos médios e grandes proprietários de terras a estatal pagará indenização. Aos pequenos proprietários restará o assentamento ou a carta de crédito, para que possam se transferir a outras áreas. As pessoas que não são proprietárias, segundo Romanini, receberão módulos de terra também

TIJUCO ALTO: Energia e benefício para quem?

O Brasil hoje é um dos países mais privilegiados no que se refere à produção de energia elétrica, tendo um parque gerador com sobra hoje de 800 MW (um mil e oitocentos Megawatts) firmes, equivalente à produção de energia da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, segundo dados do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP. Apesar de toda essa energia, o Brasil conta hoje com um imenso canteiro de obras inacabadas: são mais de 23 usinas em construção, com um atraso médio de dez (10) anos no cronograma de funcionamento.

Entre elas: Hidrelétrica PEDRA DO CAVALO (Bahia), Hidrelétrica SAMUEL (Rondônia, 12 anos de atraso), Hidrelétrica SERRA DA MESA (Goiás), Hidrelétrica CORUMBÁ-I (Goiás — esta começou no final dos anos 70, custo de US\$ 680 milhões, foi paralisada. Custa hoje US\$ 1 bilhão), Termelétrica JACUI (Rio Grande do Sul, equipamentos comprados na França, na década de 70, encaixotados e enferrujando até hoje), Hidrelétrica CACHOEIRA PORTEIRA (Goiás, em construção há 33 anos), Hidrelétrica TRÊS IRMÃOS (São Paulo, em construção há mais de 10 anos). Portanto, chegamos à conclusão de que o Brasil de hoje não precisa da construção de novas usinas hidrelétricas, pois todo esse potencial de usinas que entrarão no futuro em funcionamento acarretará uma sobra bastante satisfatória de energia para o desenvolvimento do País.

Cheguemos ao Vale do Ribeira: energia para quem? E para quê? Quem serão os verdadeiros beneficiados?

Projeto Usina Hidrelétrica TIJUCO ALTO, Rio Ribeira de Iguape, de interesse da Companhia Brasileira de Alumínio (Grupo Antonio Ermínio de Moraes), previsto para atingir 1.200 famílias, áreas da Mata Atlântica, provocação de sismos induzidos constatados pelo IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas), também grandes enchentes que não serão mais as cheias naturais provocadas pelas chuvas e de conhecimento do povo ribeirinho, mas as enchentes causadas pelo grande volume de água que sairá da barragem, e conseqüentemente a morte do Rio Ribeira de Iguape.

Na verdade, os empregos causados por tal obra não sairão da região, mas quem tomará a frente serão as empreiteiras construtoras de barragens em todo o Brasil e com larga experiência no ramo. É ilusão pensar que lavradores das cida-

des próximas à obra serão nela empregados.

Pintado este cenário, eu pergunto: quem serão os beneficiados? Os grandes produtores de alumínio? As grandes empresas que consomem energia elétrica subsidiada? Os países do exterior? Com certeza.

Eu só espero que esses projetos não sejam mais um dos acordos eleitoreiros feitos em épocas de campanhas eleitorais, e sem créditos.

O Vale do Ribeira precisa de um desenvolvimento que passe pelo macro-zoneamento ecológico, pela regularização fundiária, por uma política agrícola voltada para a agricultura familiar e incentivos à Educação, melhoria da Saúde, Transportes, Estradas, etc.

Será que os onze políticos da região do Vale do Ribeira, que defendem a obra "com unhas e dentes", estão realmente defendendo o que seja melhor para toda a população do Vale e Alto Ribeira?

SILVANI CRISTINA ALVES
Moradora do Baixo Ribeira

Ribeira é prioridade de ambientalistas

A rede de ONGs da Mata Atlântica, da qual o grupo jundiáense Coati faz parte, escolheu o Vale do Ribeira como prioridade para a luta este ano

O Vale do Ribeira, por ser o maior remanescente contíguo de Mata Atlântica do país, foi escolhido como uma das maiores preocupações da Fundação SOS Mata Atlântica para este ano, segundo informou ontem o presidente do Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada (Coati), Flávio Gramolelli Junior. O Coati faz parte da Rede de ONGs (Organizações Não Governamentais) da Mata Atlântica, que integrada mais de cem entidades em todo o país. Gramolelli esteve em Iporanga (no médio Ribeira) esta semana em uma reunião com as principais lideranças ambientalistas do estado.

De acordo com os ambientalistas, as barragens inundarão 11 mil hectares das melhores terras do Vale, expulsando milhares de famílias que tiram da terra do seu sustento. As obras, segundo dados da SOS Mata Atlântica, vão custar cerca de oito milhões de dólares e gerarão 400 mil Kw de energia elétrica para a produção de alumínio para a exportação. "A Hidrelétrica de Tijuco Alto vai favorecer apenas a tão somente as empresas de produção de alumínio do Grupo Voortman, sobrando para o Vale do Ribeira a fome, a miséria e o desemprego", denunciou o presidente do Coati.

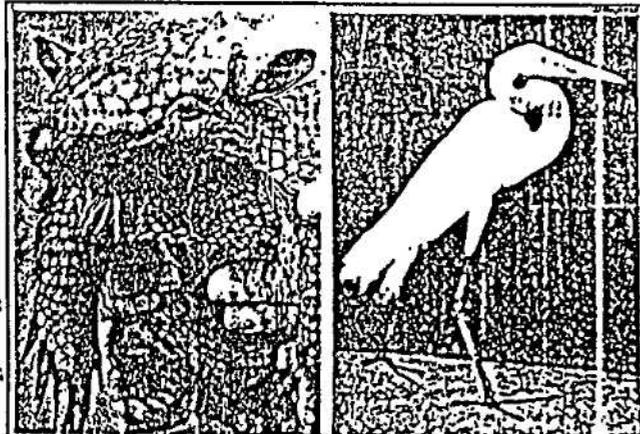
"O Grupo Ermirio de Moraes está pressionando os órgãos do governo"

A Fundação SOS Mata Atlântica e toda a rede de ONGs entrou com força total na campanha contra as barragens no rio Ribeira de Iguape, e não há grande rio sem barragens no estado de São Paulo", explicou Gramolelli. Um documento mostrando os problemas da instalação das barragens (Tijuco Alto, do grupo Antonio Ermirio de Moraes, e mais três projetos de CESP, empresa de energia do governo de São Paulo) foi aprovado no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Conema), que desaconselhou as obras. "O grupo Ermirio de Moraes está pressionando os órgãos do governo estadual para que a obra seja iniciada ainda no governo Fleury (Luís Antonio Fleury, FDB/PMDB)", disse Gramolelli do Coati.

Os ambientalistas ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens e Igreja, lançaram o Movimento Pró Ribeira, um forma de chamar a atenção do estado para o problema. "Queremos mostrar que o retorno para o Vale com a construção das hidrelétricas é mínimo e que a argumentação de Antonio Ermirio é totalmente falsa", disse o coordenador da Rede de ONGs Beloyanis Bruno Monteiro. O presidente da Sociedade Brasileira de Espeleologia (espeleologia-esporte que estuda cavernas), José Antonio Basso Scalante, afirmou que a entidade está no movimento porque a região é riquíssima em cavernas. "Só no Parque Estadual e Turístico do Alto Ribeira existem mais de 200 cavernas", contou.



Escalante, Beloyanis e Gramolelli em reunião



Tatu Preto, espécie em extinção

A garça foi solta em Ralho

movimento Pró-Ribeira

Homem e natureza unidos pelo mesmo rio

O logotipo criado para a campanha

Jundiáenses criam logotipo

Os publicitários jundiáenses Flávio Buzanelli Junior e Elizabeth Cui Buzanelli, da Agência Ideativa, foram os idealizadores do logotipo do Movimento Pró-Ribeira, cujo slogan é "homem e natureza unidos pelo mesmo rio". "Sabemos da importância da preservação do meio ambiente para a conservação da vida e, por isso, estamos engajados no movimento ambientalista", disse Flávio Buzanelli. A agência Ideativa organiza, junto com o Centro de Orientação

(Coati), com apoio do JJ-Regional, do primeiro seminário da Serra do Japi, que aconteceu em agosto. "Queremos contribuir para que a discussão em torno da Serra e de todas as questões ambientais se amplie. Hoje, fala-se muito sobre preservação no Japi, mas existem poucas ações concretas", acredita Buzanelli. A Ideativa deixou a conta do JJ-Regional e é responsável por todas as campanhas institucionais do jornal, além de produção de vinhetas e projetos graf-

Animais silvestres libertados no Japi

Mesmo com a polêmica de alterar o equilíbrio do ecossistema, o Museu Particular Francisco de Matheus continua o trabalho de devolver animais silvestres para a reserva da Serra do Japi. No final de semana, a entidade levou para a reserva florestal em Jundiá um lote de oito espécimes animais que incluiu exemplares de gambás, tatu e aranhas. Um outro lote - formado por uma garça e duas tartarugas - foi entregue para o Zoológico Paraíba das Aves, em Itatiba.

que a prisão ou caça de animais da nossa fauna é proibida", disse. Registrando tudo com uma filmadora, Kiko apresentou um tatu-peva que era mantido em cativeiro por uma família da cidade e vai ser solto por determinação do Ibama - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. É um animalinho simpático, que por ter estado em uma casa tornou-se afetuoso e até segue as pessoas depois que cheia suas patas. Ele foi para a serra acompanhado por seis gambás,

uma aranha caranguejeira, encontrado por Kiko junto de uma escola onde foi fazer palestra sobre o trabalho do museu com o meio ambiente. Um outro conjunto de animais - uma garça branca e um casal de tartarugas (estimadas como juvenis, mas de idade difícil de definir porque podem viver até 400 anos) - foi levado para um parque natural bem recente na região, o Zoológico Paraíba das Aves, em Itatiba. É um parque que tem área de mata atlântica para manter espécies

Número de assassinatos de índios em um ano

Quarenta e três índios brasileiros foram assassinados no ano passado, quase o dobro de 1992. Oitenta e cinco foram vítimas de tentativas de homicídios e mais de sete mil foram submetidos a trabalho escravo. Os dados constam do relatório "A violência contra os povos indígenas no Brasil em 1993", divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O documento faz duras críticas ao governo federal, que é acusado de omissão por não determinar a demarcação de terras indígenas.

O aumento no número de assassinatos ocorreu em função do massacre de 16 isomamias por garimpeiros, em julho do ano passado. O presidente do Cimi, dom Aparício José Dias, disse que em nenhum outro relatório houve tantos casos de abuso de poder policial. Em 93, foram 29 lesões corporais e 18 prisões ilegais de índios. Pela primeira vez, o relatório mostrou casos de trabalho em condições análogas à de escravo, que envolveram 7.470 índios, a maioria Guarani Ka'apor e Guaraní Nhandeva, contritados para trabalhar em cavernas e deturbações de dióxido em Mato Grosso do Sul. O relatório registra, ainda, o furto de madeira em 26 áreas indígenas. "Além de cooptar as lideranças, os madeireiros têm armado índios para garantir a retirada da madeira", diz o documento.

"A violência contra o índio está se tornando tão rotineira, que corre o risco de ser banalizada", alertou o presidente do Cimi. Segundo o presidente do Cimi, "o governo não tomou as providências para punir os agressores, garantir assistência aos índios e demarcar as suas terras". Segundo o Cimi, dos US\$ 39,3 milhões solicitados pela Funai para demarcação de terras indígenas este ano, apenas US\$ 1,8 constam da proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional. "Estes dados comprovam que o governo federal está preocupado em atender os interesses de grupos econômicos e políticos interessados na livre exploração dos recursos naturais das terras indígenas", diz o documento.

Ambientalistas se encontram em Londrina

A Associação Ambientalista Daniela Verde promoveu de 21 a 24 de abril, em Londrina (Paraná), o sexto Encontro Nacional de Intitulos Ambientabilistas Autônomos.



Mata Atlântica tem apenas 8% de sua área intacta

Trabalho de entidades ambientais revela intensa degradação dos ecossistemas, em razão da ocupação desordenada do território brasileiro

Luiz Marcello Ferreira

Da Sucursal de Itanhaém

Até o início deste século, no Brasil, a Mata Atlântica e todos os seus ecossistemas associados ocupavam uma área de, aproximadamente, 1.100.000 km², que equivalem a 12% de todo o território nacional. Porém, recentemente, a Fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis concluíram um trabalho de mapeamento que mostra um dado preocupante: apenas 8% de sua área original continua intacta ou foi renovada. Ou seja: restam, somente, 88.000 km², ou 1% do território brasileiro.

A intensa degradação deste conjunto de ecossistemas ocorreu por causa da ocupação do Brasil, através do crescimento urbano. Ainda de acordo com os estudos, que resultaram no Atlas dos Remanescentes Florestais do Domínio da Mata Atlântica, dos 16 estados brasileiros, que possuem vegetação típica de Mata Atlântica, apenas dez mantêm pequenas áreas intactas. São eles: Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Este trabalho, realizado entre 1985 e 1990, utilizou técnicas de interpretação visual de imagens de satélite, levantamentos de campo, sobrevôos e outras informações obtidas sobre a área avaliada. A Fundação SOS Mata Atlântica acredita que a luta pela conservação deste patrimônio deve ser inserida em uma proposta ampla, que tenha como princípios o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Como forma de iniciar esta luta, o organismo brasileiro e a Fundação Konrad Adenauer Stiftung, da Alemanha, promoveram um laboratório ambiental para a imprensa, entre os últimos dias 11 e 14 de maio, no Litoral Sul e Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. Jornalistas de diversos estados do País participaram deste evento, como forma de levar ao conhecimento da população todos os problemas que envolvem a preservação da Mata Atlântica e a vida das comunidades que residem nessas áreas de conservação ambiental.

O laboratório teve seu início em Peruibe, onde aconteceu uma visita à Estação Ecológica Juréia/Itatins, para, posteriormente, ter sequência em Iguape, onde foram realizados vários debates e passeios a áreas com vegetação típica

de Mata Atlântica. O término do encontro entre ambientalistas e jornalistas ocorreu em Eldorado, onde, além de uma visita à Caverna do Diabo, aconteceu o encontro de todos com os membros da

comunidade do Quilombo de Iva-porunduva, que fica às margens do Rio Ribeira de Iguape e poderá ser inundado, caso o Governo do Estado aprove a construção da Hidrelétrica de Batatal.

O último rio de grande porte ainda sem barragens em São Paulo, o Ribeira de Iguaçu, corre o risco de ser barrado para a construção de quatro usinas hidrelétricas: Tijuco-Alto, da Companhia Brasileira de Alumínio — do Grupo Votorantim —, Funil, Itadoca e Batalha, da Cesp. Técnicos e ambientalistas brigam contra a construção das hidrelétricas, considerando prematuro licenciar os empreendimentos no Vale do Ribeira — o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica de interior e portanto o maior depósito de biodiversidade — antes de estarem concluídos dois abrangentes estudos sobre a região.

Esses estudos são o Macrozoneamento, com o diagnóstico do Vale do Ribeira, apontando vocações e áreas críticas — estava sendo feito pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e foi temporariamente interrompido por falta de verbas; e o Programa de Aproveitamento Múltiplo de Recursos Hídricos do Vale do Ribeira, que está sendo elaborado pelo DAEE.

Impacto geral AINDA SEM ESTUDO

"Imaginem se o macrozoneamento concluir que Tijuco Alto é uma área crítica. Como é que fica a situação se a usina já estiver licenciada?" questiona João Paulo Capobianco, da SOS Mata Atlântica.

Há ainda um outro problema apontado pelos ambientalistas: os Eia-RIMA consideram o impacto ambiental causado por cada usina separadamente, mas não há nenhum estudo sobre o impacto geral que será provocado pela construção das quatro hidrelétricas. "Os Eia-RIMA individuais, nesse caso, não são o melhor instrumento porque, na verdade, a região vai sofrer a soma dos impactos causados pelas quatro usinas", explica o deputado federal Fábio Feldmann.

Desde que a CBA recebeu a concessão para a usina, no último ano do governo Sarney, Tijuco Alto e as hidrelétricas da Cesp no Vale do Ribeira vêm gerando controvérsia.

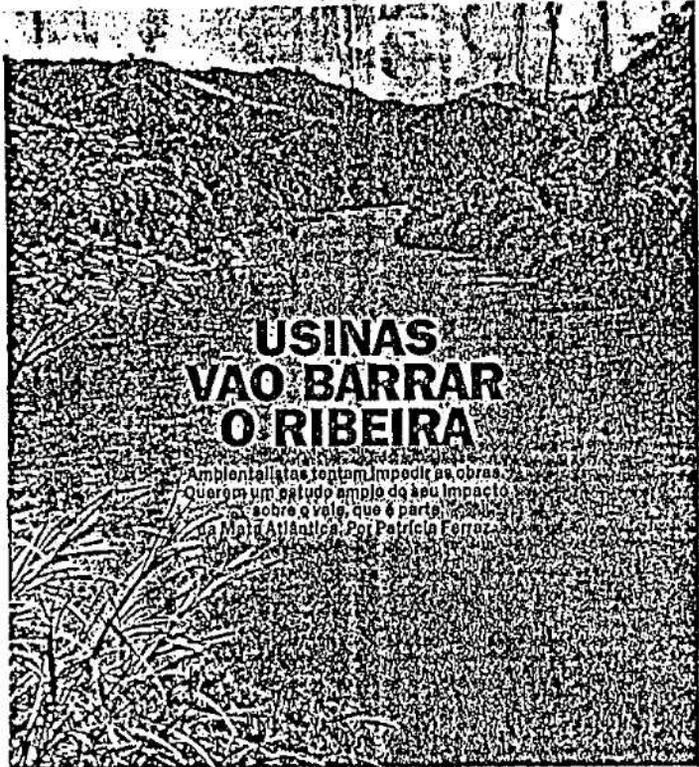
De um lado, os ambientalistas questionam que se comprometa o último rio sem barragens e se apóiam no laudo técnico da Cetesb para advertir sobre os riscos de contaminação por metais pesados.

De outro lado, a CBA, que pretende aumentar a geração própria de energia para ampliar a produção de alumínio (Tijuco Alto produzirá apenas parte da energia necessária) e a Cesp, que anuncia como objetivo principal das novas hidrelétricas o controle de cheias, na vez da produção de energia, corre que o controle de cheias é tributação do DAEE e não da Csp.

Tijuco Alto PROJETO ADIANTADO

Entre as quatro usinas, Tijuco Alto é o projeto em fase mais avançada. A CBA já recebeu licença prévia do Instituto Ambiental do Paraná para sua construção aguarda definição do Consesma, em São Paulo. Como o Ribeira de Iguaçu se estende por São Paulo e Paraná, a hidrelétrica precisa ser licenciada pelos dois Estados. O parecer da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, responsável pela análise do Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela CBA, foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 27 de abril. Os técnicos da Secretaria consideram o estudo incompleto e igem que a empresa aprofunde pesquisa e apresente soluções para 21 dúvidas que não foram respondidas, caso o empreendimento seja aprovado pelo Consesma.

Entre as questões que não foram satisfatoriamente contempladas pelo Estudo de Impacto Ambiental apresentado pela CBA, se-



USINAS VAO BARRAR O RIBEIRA

Amplialistas tentam impedir as obras. Querem um estudo amplo do seu impacto sobre o vale, que é parte da Mata Atlântica. Por Patrícia Ferraz



Usinas projetadas para o rio Ribeira de Iguaçu

gundo o parecer, estão a qualidade da água e a disposição dos rejeitos da Mina do Rocha. A SEMA também exige que a CBA apresente a solução e as providências para realocação da captação de água para o abastecimento da cidade de Ribeira para outro manancial.

O parecer dos técnicos da SEMA afirma que não há consenso sobre questões como alterações que podem sofrer as comunidades aquáticas do rio e do estuário, resultados das modificações da qualidade da água e do regime de cheias e quais seriam as consequências associadas.

De acordo com o documento, também não há dados suficientes para avaliar as implicações ambientais do controle de cheias: "Não se sabe qual a relação entre custo ambiental e benefício esperado, nem quem serão os beneficiados. Os dados apresentados não permitem a visualização do nível desejável do cenário da região com os empreendimentos e

seu reflexo". Ainda que se considere o conjunto de empreendimentos e a questão do controle de enchentes, permanecem dúvidas, dadas as especificidades de Tijuco Alto, mesmo se aprovado individualmente", conclui o parecer da SEMA.

O presidente da CBA, Antônio Ermirio de Moraes, discorda: "Com todo o respeito aos ambientalistas, isso é muito irrazo-

O NÚMERO DO FUTURO DO TIJUOCO ALTO: CARTAS MARCADAS

O laudo do Ribeira será decidido em reunião do Consesma, no próximo quinta-feira. É um jogo de cartas marcadas, diz Mário Mantovani, técnico da CBA. Tijuco Alto será aprovado por 23 votos contra 13.

vel. O primeiro Eia-Rima que encomendamos foi considerado incompleto. Esse já é o segundo — um documento com muitas páginas". O empresário também discordou do laudo técnico contrário à construção da usina, assinado por 12 biólogos, um técnico e um oceanógrafo da Cetesb.

O documento aponta riscos de contaminação das águas do Ribeira de Iguaçu por metais pesados, a provável redução da diversidade de peixes e alterações na cadeia alimentar dos peixes e no ecossistema, caso sejam construídas as quatro usinas. "Este laudo era oficial, foi feito pelo terceiro escalão da Cetesb. Na nossa opinião esse laudo foi feito de má fé. Eu reclamei e um outro biólogo fez novo laudo", acusa Antônio Ermirio.

A Assessoria de Comunicação da Cetesb, no entanto, informa que o laudo assinado por 12 biólogos, um oceanógrafo e um técnico é o laudo oficial e foi o único emitido pela Cetesb, a pedido da

Secretaria de Meio Ambiente.

A CBA escolheu o Ribeira de Iguaçu para instalar a nova hidrelétrica porque a área é atrativa do ponto de vista da construção civil — ali será suficiente inundar apenas 50 quilômetros para a represa. Tijuco Alto produzirá apenas parte da energia necessária para a ampliação do beneficiamento de alumínio da CBA.

A usina irá colocar a energia própria no sistema Cesp e retirar do sistema — pagando pedágio — o restante que precisar. Quanto à necessidade de barrar o último rio "virgem" de São Paulo, Antônio Ermirio declara: "Não há outra solução. Nos outros rios já barrados o aproveitamento possível é muito pequeno". O empresário diz que não tem intenção de degradar o meio ambiente: "Nossa maior prova de respeito à natureza são as sete usinas hidrelétricas que temos no rio Jiquiá. As áreas ao redor delas estão totalmente preservadas".

Para o deputado Fábio Feldmann, Tijuco Alto esbarra numa questão legal — o licenciamento precisa ser aprovado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, em vez do Estadual, licenciado pelo Itamba, em vez dos órgãos ambientais estaduais. "A legislação ambiental determina que obra de impacto regional, como é o caso já que o Ribeira de Iguaçu passa por dois Estados, devem ser licenciadas pelos órgãos ambientais federais", explica. Apos o na legislação ambiental, em abril, Feldmann fez uma indicação da Câmara dos Deputados nesse sentido.

A indicação foi recebida pela então secretaria de coordenação de assuntos de Meio Ambiente do Ministério de Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Dra. Nilde Lago Pinheiro, que alguns dias depois foi nomeada presidente do Itamba.

Entidades SUPERVISÃO DO IBAMA

Na ocasião ela concordou com o deputado e redigiu parecer recomendando que o Itamba avocasse a si o licenciamento de Tijuco Alto, "uma vez que a matéria não deixa dúvidas quanto à conveniência tanto do ponto de vista legal como de merito, de ser examinada a nível federal".

Mas quando ela assumiu a presidência do Itamba, a situação mudou. Segundo o chefe do departamento de registros e licenciamento, Augusto Quintanilha: "O Itamba deverá apenas supervisionar o trabalho dos órgãos ambientais envolvidos. Não vai tomar para si o licenciamento". Antônio Ermirio de Moraes não acredita que o caso vá parar em Brasília: "Já falei com o Ministro de Meio Ambiente e ele me disse que não há necessidade disso. O Itamba vai apenas supervisionar o trabalho dos órgãos ambientais estaduais".

No começo desse mês os representantes da sociedade civil com cadeira no Consesma, conseguiram que a entidade avocasse para si a discussão do empreendimento, mas não conseguiram convocar uma audiência pública para discutir, em São Paulo, o projeto Tijuco Alto. Na verdade, eles vêm pressionando para a convocação da audiência pública em São Paulo há quatro anos, sem sucesso.

Nova audiência ERMIRIO: 'UM DESAFORO'

Antônio Ermirio considera "um desafio" os ambientalistas poderm nova audiência: "Já realizamos nove horas de audiência pública entre Cerro Azul, no Paraná, e Ribeira, em São Paulo". Mas, os ambientalistas não pensam em desistir: "Vamos continuar tentando. É preciso fazer uma audiência pública com a presença de técnicos de São Paulo, Itamba e das pressões locais em Ribeira", declara Mário Mantovani, conselheiro do Consesma. Fábio Feldmann também não se conforma com a construção das usinas. "É um contrassenso o Governo do Estado gastar uma fortuna para recuperar o rio Tietê e, ao mesmo tempo, autorizar a destruição de um outro rio". Em tom de advertência, os ambientalistas repetem em coro: "Tijuco Alto vai se tornar o Carandiru do Meio Ambiente". Para Antônio Ermirio de Moraes não há motivos para preocupação: "Respeitamos a natureza e não temos intenção de enganar ninguém". Segundo o empresário, o setor privado precisa ajudar a desenvolver o aproveitamento de recursos hídricos.

INTERESSES CONFLITANTES

É a conclusão do documento do Consesma

Preocupados em saber quais as intenções e os planos dos diferentes órgãos governamentais e entidades privadas para

o Vale do Ribeira, os membros do Consesma criaram uma comissão especial, em fevereiro deste ano, para fazer um levantamento da situação. As doze entidades presentes na região foram convocadas a participar, elaborando seus relatórios.

tantes na área. A Sabesp, por exemplo, já utiliza a água do Ribeira para a população local e conta com ela para futuro abastecimento da capital. Cesp e CBA pretendem construir hidrelétricas o que, segundo os técnicos da Cetesb, no caso do Ribeira de Iguaçu, inviabilizaria o chamado uso nobre da água, ou seja, o fornecimento para a população. O DAEE, no Plano Estadual de Recursos Hídricos — aprovado em 1990, caracteriza a Bacia do Ribeira e o litoral sul como "unidade de gerenciamento de recursos hídricos turísticos e de preservação" cuja utilização de recursos deve sofrer restrições e controle com incentivo ao turismo, à recreação e à agricultura controlada.

Água do Ribeira ABASTECE A REGIÃO

A conclusão do levantamento, apresentado em documento do Consesma, evidencia que, além da ausência de um plano integrado do governo para o desenvolvimento do Vale do Ribeira, há interesses conflitantes na área.

GRAMPEADOR ROCAMAR ALICATE UNIVERSAL

ALICATE UNIVERSAL REF: 14314-07 MOLDORE

GRAMPEADOR PROF. AVISTA 1750URVA

AVISTA 1600URVA BELZER

DE MEIO



Conselho deve autorizar hoje 1.^a hidrelétrica no rio Ribeira

MARCELO LEITE

Enviado especial ao Vale do Ribeira

O Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) decide hoje às 13h30 o futuro do rio Ribeira de Iguape. Em pauta, a construção da primeira hidrelétrica no último grande rio sem barragens do Esta-

do. Trata-se da usina de Tijuco Alto, perto da cidade de Ribeira. Barragens alimentá-la serão alagados 110 km² de terras férteis na divisa São Paulo/Paraná (veja mapa).

A hidrelétrica de Tucuruí (PA) inundou área 22 vezes maior (2.430 km²). Em compensação, tem potencial para gerar 53 vezes mais energia (7.960 megawatts, contra 150 de Tijuco Alto).

A usina no Ribeira será construída pela CBA (Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Votorantim). Um investimento privado de US\$ 200 milhões, 4/5 do prejuízo da Cesp (Companhia Energética de São Paulo) em 1992.

Depois de Tijuco Alto, estão previstas para o Ribeira de Iguape mais três barragens, todas da Cesp: Funil, Batatal e Itaoca.

Contra as usinas, mas em minoria no Consema, estão ambientalistas como os da SOS Mata Atlântica, que tem assento no Conselho.

Contra, também, estão os moradores de áreas afetadas, como os de Ivaporunduva. Eles são defendidos pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

A favor, além do grupo Votorantim, estão prefeitos e boa parte da população do Vale do Ribeira.

OUTRO LADO

Empresa fala após reunião

Do enviado especial

O responsável por Tijuco Alto na Votorantim é Vicente de Carvalho Dias. Ele diz não ter nada a declarar antes da reunião do Consema.

Edis Milaré, secretário do Meio Ambiente, também não quer falar antes da reunião. Segundo o presidente do Consema, isso seria tomado como prejulgamento. Ele diz que não há decisão do governo a favor da represa. (ML)

Nesta que é uma das regiões mais pobres do Estado, a obra é vista como um manancial de empregos.

A favor, ainda, estaria o governo estadual, afirmam os ambientalistas. Isto apesar de laudos oficiais condenando a obra.

“Em condições normais, este empreendimento nunca seria aprovado”, diz João Paulo Capobianco, da SOS. Para o ambientalista, o governo teria fechado questão a favor de Tijuco Alto para obter dividendos eleitorais da obra.

O jornalista Marcelo Leite viajou ao Vale do Ribeira a convite das fundações Konrad Adenauer e SOS Mata Atlântica.

Represa inunda um remanescente de quilombo

Do enviado especial

Uma das comunidades que vai desaparecer com a construção de barragens no Ribeira de Iguape é Ivaporunduva. Ali vivem 85 famílias descendentes de escravos, um dos últimos remanescentes de quilombos do Estado de São Paulo.

Eles estão ali desde 1650, diz o líder João Rodrigues da Silva, 33. Eram negros foragidos durante o ciclo do ouro do século 17.

Ivaporunduva, para os índios, era o “rio de muitas frutas”. Os descendentes de quilombolas afirmam com orgulho que plantam mais de 40 produtos. Produzem 15 toneladas de banana por semana.

As águas da barragem de Batatal vão cobrir a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. O prédio de taipa, de 1780, foi tombado há 15 anos.

A Constituição Federal também protege os remanescentes de quilombos. Pelo artigo 68 das Disposições Transitórias, o governo reconhece a seus habitantes a “propriedade definitiva da terra”. Até hoje não foram emitidos títulos de posse para Ivaporunduva. (ML)



► VALE DO RIBEIRA

Barragens ameaçam áreas históricas e reservas

Sob a mais forte pressão política enfrentada pelo Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo) no atual governo, o órgão analisa, hoje, o estudo de impacto ambiental da hidrelétrica do Tijuco Alto, proposta pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim.

Caso sejam aprovadas, as quatro barragens (Tijuco Alto, da CBA; e Itaóca, Funil e Batatal da CESP - Companhia Energética de São Paulo) inundarão uma área correspondente a aproximadamente 11 mil hectares de Mata Atlântica e das melhores terras agrícolas do Vale do ribeira, expulsando mais de 8 mil pessoas, inclusive várias comunidades negras remanescentes de quilombos, que têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal.

Em relatório divulgado em novembro do ano passado, a Cetesb (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) afirma ser contra a construção das barragens por causa dos efeitos negativos que serão acarretados. A Cetesb aponta riscos de aumento da contaminação, principalmente por metais pesados e provável deterioração da qualidade da água em todo o curso do rio. Outro relatório,

elaborado por uma Comissão Especial do Consema, demonstrou que o Vale do Ribeira é uma região vulnerável do ponto de vista ambiental, sócio-econômico e cultural.

O estudo destaca também a necessidade do Macrozoneamento do Vale do Ribeira e do Programa de Aproveitamento Múltiplo dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Ribeira de Iguape como subsídios prévios fundamentais para a tomada de decisão. Esses estudos, no entanto, estão paralisados por falta de recursos.

Contra todos os argumentos técnicos, que apontam para os graves danos que essas hidrelétricas provocarão, a Companhia Brasileira de Alumínio tem utilizado seu poder para forçar uma decisão favorável à sua proposta.

Em recentes declarações à imprensa, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, proprietário da CBA, afirmou que graças a entendimentos mantidos com o ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Henrique Brandão Cavalcanti, conseguiu impedir que o governo federal requisitasse para o Conselho Nacional do Meio Ambiente a aprovação do empreendimento, conforme determina a legislação que disciplina a utilização de rios que percorrem mais de um Estado.



São Paulo discute represa em área de Mata Atlântica

RONALDO BRASILIENSE

Sob forte pressão do grupo Votorantim, o Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo analisa hoje o Relatório de Impacto de Meio Ambiente (Rima) da hidrelétrica de Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, o último rio vivo dos estados de São Paulo e Paraná que corre sem barragens por região de Mata Atlântica. A hidrelétrica está sendo proposta pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Outras três barragens — Itaoca, Funil e Batata, previstas pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp) —, também ameaçam o Ribeira do Iguape.

O reservatório da barragem do grupo Votorantim prevê a inundação de 11 mil hectares de Mata Atlântica e das melhores terras agrícolas do Vale do Ribeira. Também exigirá a remoção de 8 mil pessoas que moram na área de influência da hidrelétrica, inclusive comunidades negras remanescentes de quilombos, com direitos garantidos pela Constituição Federal.

A barragem do Rio Ribeira de Iguape é considerada desastrosa até pela Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb). Em parecer de novembro de 1993, a Cetesb não recomenda a construção da hidrelétrica devido aos seus efeitos negativos: aumento de contaminação do rio, principalmente por metais pesados; provável deterioração da qualidade da água do Ribeira de Iguape; alteração na biodiversidade; e prejuízos à produção pesqueira.

Outro relatório aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente em março passado mostra que o Vale do Ribeira é uma região vulnerável do ponto de vista ambiental, destacando a necessidade de se concluir o macrozoneamento do Vale do Ribeira e do Programa de Aproveitamento Múltiplo de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Ribeira de Iguape. Documentos oficiais do Plano Es-



Arquivo
Antônio Ermirio pressiona



Arquivo
Capobianco: prejuízo ambiental



tadual de Recursos Hídricos, aprovados pela Assembleia Legislativa de São Paulo, caracterizam a Bacia do Rio Ribeira de Iguape como uma "unidade de gerenciamento de recursos hídricos, turística e de preservação", descartando a utilização do rio para a produção de energia elétrica.

Contra todos os argumentos técnicos, a CBA — uma das maiores produtoras de alumínio do país — exerce forte pressão junto ao Ministério do Meio Am-

biente e da Amazônia Legal, ao governo de São Paulo e às prefeituras do Vale do Ribeira para forçar uma decisão favorável ao grupo Votorantim. "A construção da barragem vai inundar uma extensa área de Mata Atlântica intocada, num retrocesso ambiental sem precedentes", acusa o biólogo João Paulo Capobianco, diretor executivo da Fundação SOS Mata Atlântica.

O empresário Antônio Ermirio de Moraes, dono da CBA, chegou a manter entendimentos com o ministro do Meio Ambiente, Henrique Cavalcanti, impedindo que o governo federal requisitasse para o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) a aprovação da obra, conforme determina a legislação que disciplina a utilização de rios que percorrem mais de um estado, como no caso do Ribeira de Iguape.

O deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP) questionou a postura do Ministério do Meio Ambiente de não avocar para Brasília a decisão sobre a construção da hidrelétrica da CBA através de representação ao Ministério Público e tenta evitar na justiça que a obra seja aprovada.



MEIO AMBIENTE

Ribeira
em risco

ANTENOR CHICARINO

O Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) aprecia hoje o parecer sobre o Eia/Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), sobre a construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira. É preciso alertar a opinião pública para a catástrofe que esta obra pode acarretar.

A modernidade alardeada pelo empresariado brasileiro não é assimilada por um dos seus líderes exponenciais. A tentativa do empresário Antônio Ermírio de Moraes de construir barragens na região demonstra com clareza que ele encara a avaliação ambiental como mero procedimento burocrático que atrasa seu empreendimento.

Para Antônio Ermírio, esta avaliação é "encomendada" com o objetivo de justificar a implantação do projeto, quando a lei prevê que se considere a hipótese de não realizá-lo.

Recentemente, a pedido da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, técnicos da Cetesb elaboraram um estudo cujo parecer aponta riscos de contaminação das águas do Ribeira e a provável redução da diversidade de peixes, caso sejam construídas as barragens.

Mas Antônio Ermírio, em atitude antiética e antidemocrática, requereu ao presidente da Cetesb a revisão do parecer, de modo que seus interesses fossem preservados. A reivindicação do empresário já estava sendo atendida quando fizemos a denúncia pela imprensa e registramos o parecer em cartório, procurando evitar que ele "desaparecesse".

Esse tipo de interferência não pode mais ocorrer. É fundamental que a população participe da discussão e dê sua opinião em decisões que afetam diretamente sua qualidade de vida.

Salvar o Vale do Ribeira significa entender que estas obras afetam um dos ecossistemas mais notáveis do planeta, como o complexo lagunar Iguape-Cananéia, considerado o terceiro criadouro de vida natural da Terra. A construção dessas usinas —Tijuco Alto, Funil, Itaoca e Batatal— terá diversas implicações, atingindo diretamente mais de 8.000 famílias, inundando cen-

tenas de cavernas, sítios arqueológicos e núcleos urbanos tombados pelo patrimônio histórico.

Baseado nestes dados apresentei, em 93, projeto de lei submetendo a avaliação da construção de obras de grande porte no Vale do Ribeira a um zoneamento econômico-ecológico da região. Em março de 94 apresentamos outro projeto propondo a exigência de um estudo de avaliação de riscos para a construção de barragens, já que estudos apontam a possibilidade de estas obras provocarem terremotos no Vale do Ribeira.

A ganância e os interesses individuais não podem estar acima do bem-estar da população.

ANTENOR CHICARINO, 41, é deputado estadual pelo PT em São Paulo e membro efetivo da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

FOLHA DA TARDE

P A G. A - 2 25 MAI 1994

VIGÍLIA DO RIBEIRA

Entidades ambientalistas e moradores do Vale do Ribeira (sul do Estado) começam às 17h de hoje vigília em frente à Secretaria Estadual do Meio Ambiente contra a construção da hidrelétrica de Tijuco Alto pelo grupo Votorantim. O Conselho Estadual do Meio Ambiente vota esta semana a autorização para a obra.

P A G. A - 3

RIBEIRA EM JOGO

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) vota hoje a autorização para a construção da usina de Tijuco Alto no Rio Ribeira (sul do Estado) pelo Grupo Votorantim. O complexo de quatro hidrelétricas inundaria 11 mil hectares de Mata Atlântica e alteraria o último rio vivo do Estado.



Conselho do Meio Ambiente decide futuro do Rio Ribeira

De São Paulo

O futuro do Rio Ribeira de Iguape, o último rio sem barragens no Estado de São Paulo, será decidido hoje, durante reunião extraordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. A Companhia Brasileira do Alumínio (CBA) quer barrar o rio para construir a hidrelétrica de Tijuco Alto. E a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) também pretende construir ali outras três hidrelétricas.

Técnicos e ambientalistas brigam contra a construção das usinas: consideram prematuro licenciar os empreendimentos no Vale do Ribeira, antes de estarem concluídos dois abrangentes estudos sobre a região: o Macrozoneamento e o Programa de Aproveitamento Múltiplo de Recursos Hídricos do Vale do Ribeira.

Há ainda um outro problema apontado pelos ambientalistas: os Eias/Rimas (estudos e relatórios de impacto ambiental), consideram o impacto

ambiental causado por usina separadamente, mas não há nenhum estudo sobre o impacto geral que será provocado pela construção das quatro hidrelétricas.

"Os Eias/Rimas individuais, nesse caso, não são o melhor instrumento, porque, na verdade, a região vai sofrer a soma dos impactos causados por quatro usinas", afirma o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP).

Desde que a CBA recebeu a concessão para a usina, no último ano do governo Sarney, Tijuco Alto e as hidrelétricas da Cesp no Vale do Ribeira vêm gerando controvérsia. De um lado, os ambientalistas questionam que se comprometa o último rio sem barragens, e se apóiam no laudo técnico da Cetesb para advertir sobre os riscos de contaminação por metais pesados.

A CBA pretende aumentar a geração de energia, para ampliar a produção de alumínio. Já a Cesp, anuncia como objetivo principal das hidrelétricas o controle das cheias.



B

Consema decide hoje se vai conceder licença para construção de Tijuco Alto

por Francisca Stella Fogá
de São Paulo

A Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Votorantim, está decidida a começar a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, imediatamente depois de obter a licença ambiental, o que poderá ocorrer hoje, em reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente — Consema. "Estamos prontos para iniciar as obras", disse a este jornal Miguel de Carvalho Dias, vice-presidente da CBA.

Há quase cinco anos a CBA aguarda a licença ambiental. Muitas restrições foram feitas pelos órgãos técnicos do governo estadual sobre o impacto ambiental da usina no coração da última maior reserva de Mata Atlântica no País e de uma intervenção no rio Ribeira. E o único rio do estado que ainda não está morto e que não tem ainda barragens. No Vale do Ribeira, além disso, estão localizadas reservas ecológicas e florestais protegidas pela legislação federal, áreas indígenas, cavernas e até quilombos.

A usina de Tijuco Alto foi projetada pela CBA para ser construída em cinco anos, com investimentos orçados em US\$ 250 milhões, para produzir 950 milhões de quilowatts/hora.

Mesmo que o Consema aprove o pedido de licença ambiental do projeto, a construção da usina poderá ficar condicionada a um outro procedimento na esfera federal. Ontem, o deputado Fábio Feldmann, do PSDB de São Paulo, encaminhou ao subprocurador-geral da República, Roberto Monteiro Santos, uma representação sustentando que somente a União tem competência para apreciar o pedido de licenciamento ambiental de um projeto como o da usina de Tijuco Alto.



Miguel de Carvalho Dias

O deputado pede que o procurador adote providências para assegurar que o Ibama avoque a decisão sobre a licença não apenas de Tijuco Alto mas dos demais projetos de construção de usinas hidrelétricas no rio Ribeira, apresentados pela CESP das usinas de Funil, Itaoca e Batatal.

A representação também pretende que o procurador peça a suspensão da eficácia das licenças ambientais concedidas pelos governos estaduais. Tijuco Alto, por exemplo, já teve licença ambiental do Estado do Paraná e aguarda a de São Paulo. De acordo com Feldmann, a legislação federal é clara ao estabelecer que projetos de impacto ambiental em mais de um estado devem ser apreciados pelo governo federal, o que já foi admitido por escrito pelo presidente do Ibama, Nilde Pinheiro Lago.

O Consema é um órgão colegiado com representantes das indústrias dos ambientalistas e do governo. Os ambientalistas, que têm sistematicamente criticado o projeto de Tijuco Alto, estão em minoria e até ontem não acreditavam que poderiam convencer os demais representantes a votar contrariamente ao pedido de licença.



Obra no rio Ribeira PAG. 12 polêmica.

ECOLOGISTAS NÃO QUEREM A OBRA NO ÚNICO RIO AINDA SEM HIDRELÉTRICAS



Antonio Ermírio acompanhou a reunião do Consema

Sem resultado

ATÉ ÀS 22 HORAS

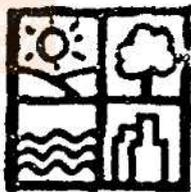
O presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, João Paulo Capobianco, afirmou no final da noite de ontem que entrará com mandado de segurança na Justiça paulista, caso o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) conceda licença prévia para a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Ribeira de Iguape, extremo sul do Estado de São Paulo. A obra, orçada em cerca de US\$ 250 milhões, será erguida pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim. No Vale do Ribeira há projetos ainda de três usinas: Funil, Batatal e Itaoca. No conjunto, elas produziriam 423 megawatts.

Ontem, após nove horas de reunião, 28 dos 36 conselheiros do Consema não haviam conseguido avaliar até as 22 horas, o Estudo e

Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima), preparado pela empresa Intertchne, contratada pela CBA. A aprovação do documento representaria o primeiro sinal verde para a instalação de Tijuco Alto, depois de quase cinco anos de discussões. Mesmo que o relatório receba o crivo dos conselheiros, 86 itens terão que ser adequados para o início da execução da obra.

O argumento dos ecologistas para refutar o projeto começa pelo fato do Ribeira, que nasce nas imediações de Vila Velha (PR) e desemboca perto de Iguape (SP), ser o único rio paulista onde ainda não foram erguidas barragens. Ele também atravessa a maior mancha de mata atlântica do país.

O empresário Antonio Ermírio de Moraes, presidente do Grupo Votorantim, defende o projeto a partir de argumentos desenvolvimentistas.



Justiça Federal pode decidir futuro do Rio Ribeira



Art Vicentini/AE

Manifestantes protestam em frente ao prédio do Consema contra barragem no Rio Ribeira de Iguape

Entidades ambientalistas tentam suspender licença que autoriza a construção da usina; João Paulo Capobianco afirmou que entrará com mandado de segurança caso seja concedida permissão para a hidrelétrica.

O Fórum das Entidades Ambientais da Região Metropolitana de Curitiba, que reúne cerca de 20 associações, está movendo ação na Justiça Federal para suspender licença prévia concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, em território paulista, pelo Grupo Votorantim.

O Ribeira, que nasce próximo a Vila Velha (PR) e desemboca em Iguape (SP), atravessa a maior mancha contínua de Mata Atlântica do País.

O presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, João Paulo Capobianco, afirmou no final da noite de ontem, em São Paulo, que entrará com mandado de segurança na Justiça paulista, caso o Con-

selho Estadual do Meio Ambiente (Consema) conceda a licença prévia para a construção da hidrelétrica. Ele participou da reunião do Consema, que durou mais de 9 horas.

O Fórum quer que a questão passe para a Justiça Federal e seja avaliada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A usina de Tijuco Alto, orçada em cerca de US\$ 250 milhões, será erguida pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim. No Vale do Ribeira há projetos ainda de mais três usinas: Funil, Batatal e Itaoca. No conjunto, elas produzirão 423 megawatts.

Consema — Após nove horas de reunião, 28 dos 36 conselheiros do Consema não haviam conseguido avaliar, até as 22 horas, o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), preparado pela empre-

sa Intertchne, contratada pela CBA. Durante a reunião, cerca de 200 manifestantes protestaram, na frente do prédio do Consema, contra a construção da usina.

A reunião, cujo início estava previsto para as 13h30, começou com uma hora de atraso. Pela menos uma hora foi consumida por questões de ordem e regimentais.

O presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, João Paulo Capobianco, tentou aprovar a realização de uma nova audiência pública para discutir o projeto, mas a proposta foi afastada pelo Consema.

Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Grupo Votorantim, rebateu as acusações de am-

ERMÍRIO:

"VAMOS

MORRER DE

FOME SE O PAÍS

NÃO EXPLORAR

SEU POTENCIAL

ENERGÉTICO



bientalistas, que consideram a usina uma fonte de problemas ambientais e sociais no Vale do Ribeira. "Vamos morrer de fome se o Brasil não puder explorar seu potencial energético."

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Aziz Ab'Saber, afirmou que

a garantia da terra para a população que hoje vive às margens do Rio Ribeira de Iguape é mais importante que a promessa de criação de 1.500 empregos. "Tenho dúvidas também quanto a democracia dessa conselho", acrescentou, referindo-se à recusa da presidência do Consema em realizar uma audiência pública.



FOLHA DE S. PAULO

AMBIENTE

PAG. 33

Consema debate impacto de hidrelétrica no rio Ribeira

Da Reportagem Local

Os 38 integrantes do Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) se reuniram ontem para avaliar a construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto, no Ribeira de Iguape, o último grande rio sem barragens no Estado de São Paulo.

A reunião começou por volta das 14h30 e não havia terminado até as 22h30 —mais de oito horas.

O objetivo era avaliar o impacto ambiental da obra sobre o ecossistema da região (limite SP/PR).

Tijuco Alto é um projeto da CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), empresa do Grupo Votorantim. Destina-se a produzir energia para a fabricação de alumínio no município de Mairinque, a 300 km do Vale do Ribeira.

FOLHA DA TARDE

PAG. 02A

AMBIENTE EM DEBATE

O Conselho Estadual do Meio Ambiente ficou até à noite debatendo a autorização para a construção de hidrelétricas no rio Ribeira. Já na capital, o vereador Adriano Diogo (PT) entrou com representação na procuradoria contra a falta de relatório de impacto ambiental para a construção de incineradores de lixo em Santo Amaro (zona sul) e São Mateus (zona leste).

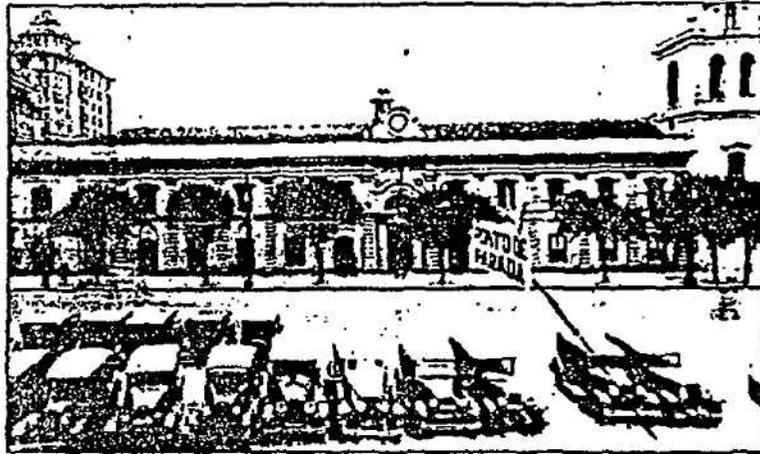
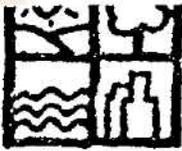


Imagem do Banco de Dados Itaú (vencedor em Cultura).

PRÊMIO

'ECO' PARA EMPRESAS

Estímulo à participação comunitária.

Cinco empresas venceram este ano as categorias (Saúde, Preservação do Meio Ambiente, Educação, Cultura e Participação Comunitária) do Prêmio Eco, entregue pela Câmara Americana de Comércio às instituições que mais se destacaram em trabalhos à comunidade. É a 12ª edição do prêmio, entregue hoje durante um almoço no hotel Transamérica. Desta vez, o júri, presidido por Ruy Mesquita (diretor do Jornal da Tarde), escolheu como vencedoras: o Instituto Cultural Itaú (em Cultura), American Express (Educação), Aplicim Produtos Químicos (Preservação Ambiental), Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (Participação Comunitária) e RBS-TV (Saúde).

"O prêmio Eco é uma excelente oportunidade que a Câmara dá às empresas de desempenharem seu papel na sociedade", diz Lawrence Woerner, presidente da Câmara Americana de Comércio. Não há prêmio em dinheiro — apenas uma escultura em bronze e um certificado — e durante a cerimônia de hoje, haverá uma homenagem ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, convidado de honra a receber o "Hors Concours" pela sua Campanha Contra a Fome e a Miséria. Concorreram 71 empresas com 93 projetos (investiram cerca de US\$ 126 milhões, 30% a mais do que as candidatas do ano passado) que beneficiaram 3,5 milhões de pessoas no Brasil.

DIÁRIO POPULAR

Ecologistas e moradores discordam sobre usina

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) se reuniu ontem para decidir o futuro do rio Ribeira de Iguape, onde há projeto do empresário Antônio Ermírio de Moraes para construção da hidrelétrica do Tijuco Alto. Conselheiros e representantes de diversos segmentos da sociedade discutiram por mais de 10 horas as vantagens e desvantagens da implantação da usina. A reunião do Consema começou às 13h30min mas, até as 22h, a questão ainda não tinha entrada em votação.

A maioria dos técnicos e ambientalistas é contra o projeto. Eles afirmam que o Estudo e Relatório de Impacto

Ambiental (EIA/Rima) não está completo e que a implantação de uma usina no local poderia causar muitos estragos ao meio ambiente. Moradores e políticos das cidades do Vale do Ribeira defendem a construção da usina. Eles garantem que o empreendimento vai gerar mais de dois mil empregos diretos e indiretos. O prefeito

de Registro, José Bentes, disse que a região é muito carente e que a usina iria trazer muitos benefícios.

O professor Aziz Ab'Saber, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criticou a forma como a discussão foi levada. Ele disse que ocorreram duas audiências

públicas na região às quais poucas pessoas compareceram. "A sociedade não foi efetivamente ouvida", disse o professor. Aziz questionou também a justificativa da geração de empregos. "Depois que a usina for construída, apenas meia dúzia de pessoas vai operá-la", concluiu.

O plenário foi muito concorrido. Muitas pessoas ficaram do lado de fora. Para permitir que todos pudessem acompanhar a reunião, foi colocado um telão no auditório, onde mais de 150 pessoas assistiam ao evento. Do lado de fora, uma multidão aguardava o resultado da votação. Policiais militares permaneceram no local para evitar atritos.

AMBIENTE

Consema aprova licença para usina no Rio Ribeira

Depois de 12 horas de discussões, conselho chega a um acordo, mas o início das obras da hidrelétrica Tijuco Alto ainda depende da reavaliação de 86 pontos do projeto, presentes no Relatório de Impacto Ambiental

CARLOS RYDLÉ

Depois de 12 horas de discussões, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) aprovou na madrugada de ontem a licença prévia para a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Rio Ribeira, em São Paulo. Orçada em US\$ 250 milhões, a obra será realizada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim instalada em Mairinque (SP). A CBA utilizará a energia gerada no local, com capacidade instalada de 144 megawatts, para ampliar suas instalações.

Para iniciar a obra, porém, os empreendedores terão que reavaliar 86 pontos do projeto, presentes no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), preparado pela Intertechne, consultora contratada pela CBA. Entre esses itens, consta a exigência de nova análise do solo da região, repleto de cavernas — algo que, segundo a Secretaria do Meio Ambiente (SMA), poderia comprometer a estrutura da represa. A SMA apontou ainda vazios do EIA-RIMA em relação à qualidade da água, após a conclusão da usina.

A ausência de dados definitivos nos estudos provocou ontem a ira e sucessivas acusações por parte dos ambientalistas. Dos 36 integrantes do Consema, 18 fazem parte da administração pública e 18 são provenientes da sociedade civil. Do último grupo, 6 represen-

tam entidades preservacionistas. Mas a polêmica em torno da obra se arrasta há sete anos.

O Ribeira, que nasce em Vila Velha (PR) e desemboca nas imediações de Iguape (SP), atravessa a maior mancha de Mata Atlântica do País. Trata-se, contudo, da região mais pobre do Estado. Para o mesmo rio, existem ainda outros três projetos do governo estadual de hidrelétricas. Com as quatro obras, 8 mil pessoas devem ser removidas da região e serão inundados 9,5 mil hectares.

"Não poderíamos dar o sinal verde sem analisar o impacto de todos os projetos", afirmou o presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, João Paulo Capobianco. "Vamos entrar na Justiça contra a decisão."

Mas, para o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, a usina será um exemplo aos ambientalistas. "Vamos também cumprir as 86 exigências, pois sabemos que a obra é viável", assinou. "Calculo que devemos começar a construir Tijuco Alto em três meses." A decisão do Consema contou ainda com o apoio dos prefeitos do Vale do Ribeira.

Para o deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP), a licença, entretanto, abre um precedente sério. "Trata-se de um rio federal e o projeto deveria ser analisado por órgãos federais", disse. "Isso para evitar pressões localizadas, caso contrário qualquer projeto poderia ser aprovado, por exemplo, nos estados da Região Norte."

**PREFEITOS DA
REGIÃO
APROVAM A
DECISÃO, MAS
AMBIENTALISTAS
FAZEM
CRÍTICAS**

CIDADANIA

Clóvis Granche Sobrinho/AE



Rui Mesquita (esq.) e Betinho: ação em prol da cidadania

Câmara Americana homenageia Betinho

Sociólogo recebeu o Prêmio Eco 94 por trabalho na Campanha Contra a Fome e a Miséria

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, foi o grande homenageado pela Câmara Americana de Comércio. Em cerimônia realizada ontem no Hotel Transamérica, ele recebeu, como hors-concours, o Prêmio Eco 94 pelo seu trabalho na Campanha Contra a Fome e a Miséria.

Mais de 600 empresários e autoridades estiveram no almoço comemorativo. Foram agradados com o troféu de bronze, criado pelo artista plástico Sérgio Grell, a empresa American Express, por seu projeto na área de educação, e Apliquim Equipamentos e Produtos Químicos, na categoria preservação am-

biental. Na área de cultura, o Instituto Cultural Itaú foi o escolhido. Já a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança levou o prêmio de participação comunitária, e a Rede Brasil Sul, na categoria saúde.

Instituída há 12 anos, a premiação, que vem incentivando ações de empresas em prol da cidadania, dessa vez teve como presidente do júri Rui Mesquita, diretor responsável do *Jornal da Tarde*. Na ocasião ele fez questão de reafirmar suas crenças na democracia e "a certeza de que os empresários brasileiros estão conscientes de seu papel social num regime democrático".

Concorreram mais de 90 projetos apresentados por 71 empresas. "Procuramos premiar apenas aqueles já efetivamente colocados em prática e com resultados palpáveis", acrescentou Solange Machado, gerente-geral da Câmara de Comércio.

EDUCAÇÃO

Ministros devem ter na 2ª estudo sobre mensalidade

Serão encaminhadas três simulações sobre conversão de cruzeiro real para URV

O assessor especial do Ministério da Fazenda, José Milton Dallari, disse ontem em São Paulo que vai encaminhar na segunda-feira, para o ministro Rubens Ricupero e para o ministro da Educação, Murilo Hingel, os estudos realizados por sua equipe técnica, inclusive a consultoria jurídica, sobre a conversão das mensalidades escolares para a URV.

Segundo ele, três simulações vão ser encaminhadas aos dois ministros. Dallari não detalhou todas as propostas. Uma que ele acha viável, pelo menos em termos de conciliação, é a conversão pela média dos meses de fevereiro, março, abril e maio. "Acredito que seja a proposta menos ruim", afirmou. Para fazer essa composição, o assessor disse que teve de analisar as diversas datas-base das categorias de funcionários e professores das universidades e escolas de 1º e 2º graus de todo o País.

RELIGIÃO

Nova versão do Catecismo é tachada de sexista

Vaticano escolhe tradução tradicional e rejeita a forma 'politicamente correta'

CIDADE DO VATICANO — O papa João Paulo II, que deixou ontem a Políclinica Gemelli, onde ficou internado um mês para a colocação de uma prótese no joelho, recebeu a versão inglesa do *Novo Catecismo Universal*. O texto em inglês teve a edição adiada dois anos devido a um debate sobre o emprego do pronome masculino para designar ambos os sexos. O Vaticano rejeitou a versão politicamente correta e optou pela tradicional, tachada pelas feministas de sexista.

A versão anterior do catecismo era uma tradução de um padre americano feita em 1922, na qual o religioso evitou a linguagem exclusiva, como "homem" e "homens" quando o texto se referia a homens e mulheres. Assim, no prólogo lia-se "Deus, nosso Salvador, deseja que todos sejam salvos". A versão teve a reedição remodelada. O catecismo traz agora: "Deus, nosso Salvador, deseja que todos os homens sejam salvos".

BREVES

Família volta depois de 10 anos no mar

A família Schürmann retorna ao Brasil hoje, depois de completar dez anos, um mês e 14 dias de aventuras transoceânicas. Essa volta ao mundo começou em 14 de abril de 1984.

Jato faz pouso de emergência em Brasília

BRASÍLIA — Um jato IIS 125, do Grupo de Transportes Especiais da Força Aérea, fez ontem um pouso de emergência no Aeroporto Internacional de Brasília. Ninguém ficou ferido.



Consema aprova usina no Ribeira

PAG. 05 A

De São Paulo

Depois de doze horas e meia de discussões, numa reunião inédita, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) aprovou, na madrugada de ontem, a licença prévia para a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Rio Ribeira, no extremo sul de São Paulo.

Orçada em cerca de US\$ 250 milhões (CR\$ 450 bilhões), a obra será realizada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim instalada em Mairinque (SP). A CBA utilizará a totalidade da energia gerada no local, com capacidade instalada de 144 megawatts. O presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, João Paulo Capobianco, informou que vai entrar na Justiça contra a construção da Usina.

Para iniciar a obra, porém, os empreendedores terão que reavaliar 86 pontos do projeto, incluídos no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima),

preparado pela Intertechne, contratada pela CBA. Entre esses itens, consta a exigência de nova análise do solo da região, repleto de cavernas - o que poderia comprometer a estrutura da represa.

Acusações — A ausência de dados definitivos nos estudos sobre esses e outros pontos provocou, ao longo da votação, a ira e sucessivas acusações por parte dos ambientalistas. Dos 36 integrantes do Consema, 18 fazem parte da administração pública e 18 são provenientes da sociedade civil. Do último grupo, seis representam entidades preservacionistas. Mas a polêmica em torno da obra se arrasta há sete anos.

O Ribeira, que nasce em Vila Velha (PR) e desemboca nas imediações de Iguape (SP), atravessa a maior mancha de Mata Atlântica do País. Para o mesmo rio, existem ainda outros três projetos de hidrelétricas. Como consequência das quatro obras, oito mil pessoas devem ser removidas da região.

"Não poderíamos dar o sinal

verde para a usina com tantas dúvidas e sem analisar o impacto de todos os projetos", afirmou o presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, João Paulo Capobianco. Agora, vamos entrar na Justiça contra essa decisão". Para o deputado federal Fábio Feldmann (PSDB-SP), que também entrou com ação na Justiça, a licença abre um precedente sério.

Federal — "Trata-se de um rio federal e o projeto deveria ser analisado por órgãos federais. E isso o que a lei define para evitar a pressão sobre órgãos estaduais, caso contrário, qualquer um poderá aprovar qualquer projeto nos estados da Região Norte", disse Feldmann.

Para o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, a usina será um exemplo para os ambientalistas. "Mesmo com todas as exigências, devemos começar a construir Tijuco Alto em três meses".

DIÁRIO POPULAR

DATA: 28 MAI 1994

Consema aprova construção de hidrelétrica

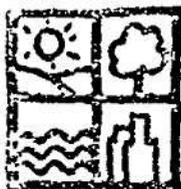
O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) aprovou ontem a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape. Dos 27 conselheiros, 19 votaram a favor do projeto, sete se posicionaram contra e um se absteve de votar. Foi a mais longa reunião do Consema desde a criação do órgão. A reunião começou às 13h30min de quinta-feira e terminou às 3h de ontem.

A usina de Tijuco Alto é um projeto do empresário Antônio Ermírio de

Moraes. Todos os prefeitos e a grande maioria dos moradores das cidades próximas à região onde será construída a usina esperavam pela aprovação. Eles afirmam que as obras vão gerar mais de dois mil empregos diretos e indiretos. Já os ecologistas e a comunidade científica eram totalmente contra o projeto, sob a alegação de que a construção da usina iria causar muitos estragos ao meio ambiente.

Os apelos dos ecologistas não sensibilizaram os conselheiros. Isso ficou claro no resultado da votação. Seis dos sete votos contra o projeto da hidrelétrica de Tijuco Alto foram dados pelos representantes de entidades ecológicas.

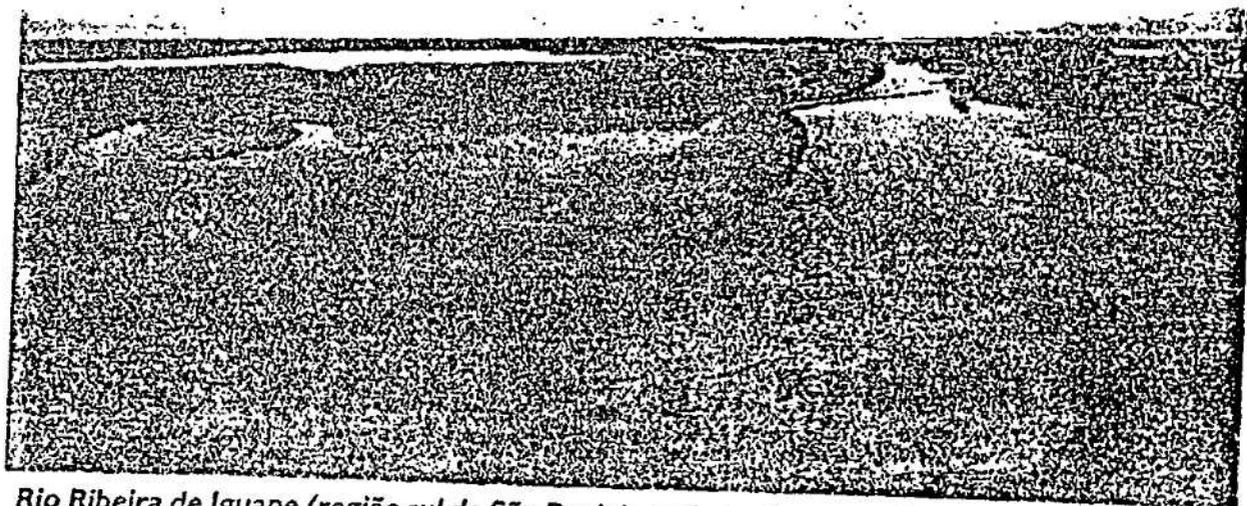
PAG. 02



Conselho aprova PAG. 3-9 hidrelétrica no rio Ribeira

Análise de impacto no meio ambiente da usina de Tijuco Alto foi aprovada ontem com ressalvas pelo Consema

Marcelo Lense/Folha Imagem



Rio Ribeira de Iguape (região sul de São Paulo), onde será construída a usina de Tijuco Alto

PAULO SILVA PINTO

Da Reportagem Local

O Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente) aprovou ontem com ressalvas o relatório de impacto ao meio ambiente da primeira usina hidrelétrica a ser construída no rio Ribeira de Iguape.

É a usina de Tijuco Alto, no município de Ribeira (sul do Estado de São Paulo). O Consema aprovou uma "licença prévia", que sai hoje no Diário Oficial e permite o início do projeto.

Para a aprovação da obra, o grupo Votorantim (que pretende construir e explorar a hidrelétrica), precisa dar soluções para 86 problemas que o Consema apontou.

A licença foi aprovada por 19 votos a 7 em uma reunião que foi de 13h30 de quinta-feira às 3h de ontem.

Votaram a favor todos os representantes de secretarias do Governo do Estado, da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da Associação Paulista de

Municípios.

Foram contrários os ambientalistas, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil).

Para o biólogo João Paulo Capobianco, 37, conselheiro do Consema e da Fundação SOS Mata Atlântica, as restrições ambientais deveriam impedir a obra.

O lago da usina vai submergir 110 km² de terras férteis, 2 km² de Mata Atlântica. Além disso, vão ficar debaixo da água minas desativadas de chumbo o que podem contaminar o rio Ribeira.

Um relatório da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) aponta o risco de contaminação, mas mesmo assim o representante do órgão no Consema aprovou a licença.

"Não há nada conclusivo sobre esse risco. Parecer de outro cientista afirma o contrário" diz o presidente do Consema e secretário de Estado do Meio Ambiente, Edis Milaré, 51, que votou a favor da licença.

Capobianco tem outra reclamação: o tempo que durou a reunião. Havia sido fixado um teto para as reuniões, às 18h30.

"Essa decisão de tempo máximo foi decidida em uma reunião, mas não faz parte do regimento. Às 23h a maioria decidiu que não deixaríamos o assunto sem definição. Há seis anos este caso tramita no Consema", diz Milaré.

O presidente do Grupo Votorantim foi procurado ontem às 16h em seu escritório, mas havia saído e só retornaria na segunda-feira. Segundo sua secretária, só poderiam falar sobre a hidrelétrica ele ou Miguel de Carvalho Dias, que está em viagem.

A CESP (Companhia Energética de São Paulo) pretende construir mais três hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape, que precisará da mesma licença que Tijuco Alto recebeu. No total, as quatro usinas vão submergir 20 km² de Mata Atlântica (existem 17.314 km² no Estado).



Usina de Tijuco Alto obtém licença ambiental

por Francisca Stella Fogá
de São Paulo

O empresário Antonio Ermírio de Moraes esperou sete anos mas conseguiu na madrugada de sexta-feira a licença ambiental para construir a usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, para suprir a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, em Mairinque, no interior do Estado de São Paulo.

Por dezenove votos favoráveis, sete contrários e uma abstenção, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) concedeu a licença para o empreendimento, mediante a exigência de 76 medidas a serem adotadas pela CBA para reduzir o impacto ambiental do projeto. Foi uma sessão de treze horas, a mais longa reunião dos 10 anos de existência do Consema.

Sob veemente protesto do pequeno grupo de ambientalistas com assento no Consema, o secretário do Meio Ambiente, Édis Milare, anunciou a decisão às três horas da madrugada de sexta-feira, após ter explicado que as 96 exigências feitas para a aprovação configuram "quase um

impedimento" ao projeto, tamanho o custo de sua implementação.

Nem ele nem Antonio Ermírio de Moraes souberam quantificar a pedido deste jornal o montante dos custos das medidas mitigadoras do impacto ambiental do projeto, a primeira grande intervenção da engenharia no rio Ribeira, no coração da maior porção de remanescentes de Mata Atlântica do País. Mas o empresário garantiu que fará tudo o que foi recomendado.

"Isto é um jogo de cartas marcadas", disse o ambientalista Mário Mantovani, um dos 36 membros do Consema, integrado também por 17 representantes do governo estadual que votaram em peso favoravelmente à concessão da licença.

Se foi de fato um jogo de cartas marcadas ninguém provou, embora inúmeras alusões tenham sido feitas à suspeição de membros do Consema. Mas foi sem dúvida um jogo de culpas. Os órgãos do governo estadual foram acusados de "omissão criminosa" como disse o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Antonio Fernando Pedro, por terem negligenciado a elaboração do plano de macrozoneamento do Vale do Ribeira. O plano é uma exigência legal para nortear o processo de desenvolvimento das diversas regiões do estado a partir da análise das atividades econômicas que podem ser desenvolvidas sem comprometer a possibilidade futu-

ra de usos múltiplos dos recursos naturais. "Quem se omitiu até agora não pode aprovar à força um projeto dessa magnitude", disse o representante da OAB.

O mesmo argumento, da omissão do poder público foi utilizado pela representante das indústrias paulistas, Maria Helena Orth, diretora adjunta do departamento de meio ambiente da Federação das Indústrias de São Paulo - (FIESP), para justificar a concessão da licença à construção da usina. "A iniciativa privada não pode pagar a conta da displicência do estado", disse a este jornal.

Antonio Ermírio de Moraes sustentou em defesa do empreendimento que o Vale do Ribeira é a região mais pobre do estado e que a sistemática protelação do Consema para apreciar a sua viabilidade ambiental privou a população de ter acesso aos benefícios do desenvolvimento proporcionado pelo empreendimento. Prefeitos das principais cidades do Ribeira e centenas de pessoas da região favoráveis à construção da usina foram apoiar a sua aprovação na reunião do Consema.

Vários representantes do Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), contrários ao empreendimento, também permaneceram durante as treze horas de reunião no prédio da secretaria do Meio Ambiente, no bairro paulistano do Itaim.

Os prefeitos sustentaram que a região tem um dos mais altos índices de de-

semprego do Estado de São Paulo e não pode se dar ao luxo de desperdiçar a oportunidade aberta pelo projeto de construção da usina, que no pico de atividade ao longo dos cinco anos previstos para o seu término, contará 1.500 funcionários.

EMPREGOS TEMPORÁRIOS

Mas os opositores do empreendimento sustentaram que os empregos são temporários, serão eliminados ao final da construção. A conclusão da avaliação técnica feita pela Secretaria do Meio Ambiente é de que deverá haver um saldo líquido negativo de empregos ao final da obra. Na melhor das hipóteses, de acordo com o estudo, serão eliminados 420 postos de trabalho da agricultura. No setor mineral deixariam de existir 140 empregos. Computando essas previsões e considerando que 127 empregados permaneceriam trabalhando na operação da usina após a construção, o estudo conclui que haveria uma eliminação definitiva de 80 postos de trabalho.

E por isso que uma das exigências do Consema ao aprovar o empreendimento é um plano destinado a aumentar a oferta de empregos na região.

Os ambientalistas e os representantes do Moab sustentaram que o projeto vai

eliminar os escassos postos de emprego na região para suprir a CBA em Mairinque, a 300 quilômetros de distância do Vale do Ribeira. "Não acreditamos que o projeto é a salvação para o Vale do Ribeira", disse João Paulo Capobianco, um dos ambientalistas com assento no Consema.

Capobianco sustentou

que é uma idéia antiga acreditar que apenas um megaprojeto é capaz de desenvolver uma região. "Hoje está claro que os recursos naturais podem ser explorados; claro que a grande saída para o desenvolvimento do Vale do Ribeira é a exploração racional de seus recursos naturais", disse.

A morte do rio Ribeira de Iguape

JOSE PEDRO DE OLIVEIRA COSTA

No madrugada de dia 27 de maio o Conselho Estadual do Meio Ambiente — Consema — aprovou em uma de suas mais tumultuadas reuniões, licença prévia para a construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto, pelo grupo Votorantim. Essa represa, caso viesse a ser construída, se localizaria no Município de Ribeira e inundaria áreas dos Estados do Paraná e de São Paulo.

A primeira vista parece ser um projeto de interesse regional, pois sendo o Vale do Ribeira a região mais deprimida economicamente do nosso Estado, poderia se beneficiar com a produção de energia elétrica. Na verdade não é nada disso. A energia que seria gerada pelas águas do Ribeira iria para uma fábrica de alumínio no Município de Maringá, situado a mais de 300 quilômetros de distância. Essa matéria-prima transformada geraria então, entre outras coisas, latas de cerveja e de refrigerante para polir mais a nossa sofrida realidade. Note-se também que a energia necessária no Vale do Ribeira como a de toda a região Sul e Sudeste vem hoje de um sistema interligado do qual a maior produtora é Itaipu. Portanto, a situação de penúria do Vale deve-se a outras circunstâncias sendo a maior a falta de uma política de desenvolvimento sustentado, realista e eficiente.

Última área a abrigar remanescentes significativos da Mata Atlântica, a floresta tropical mais ameaçada de extinção no mundo, declarada patrimônio nacional em nossa Constituição

e cujos remanescentes principais foram reconhecidos pela Unesco como a primeira Reserva da Biosfera brasileira, o Vale do Ribeira é objeto de preocupações ecológicas especiais a nível estadual, nacional e internacional. Muitos, tentando fazer valer interesses pessoais imediatistas, dizem que a proteção ambiental é a razão do atraso do Vale. Não interessa a esses cu-

ria internacional, a fundo perdido e até hoje não utilizados apropriadamente pelo Brasil, é o da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. O que falta ao Vale não é uma barragem, mas sim propostas consistentes e ação política. Recentemente foi divulgada a nova distribuição do ICM verde que já está beneficiando municípios do Vale do Ribeira. O turis-

O VALE DO RIBEIRA É OBJETO DE PREOCUPAÇÕES ECOLÓGICAS ESPECIAIS A NÍVEL ESTADUAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

xergar que é exatamente o contrário.

A questão do ambiente tal como é colocada hoje está indelevelmente vinculada ao desenvolvimento sustentado. Proteger o meio ambiente não é relegar uma área, uma nação, ao subdesenvolvimento, mas ao contrário, atingir os níveis mais elevados de progresso para esta e as futuras gerações. Onde não há alimentos, saúde, educação existe um desequilíbrio que é preciso sanar. Isto é o que ficou assentado e firmado como o resultado principal da Conferência Rio-92. Destruir o ambiente do Vale do Ribeira significa matar a galinha dos ovos de ouro, pois aí está o principal argumento para a sua preservação.

Senão vejamos: o único setor onde ainda existem recursos abundantes disponíveis no cená-

rio ecológico em crescimento em todos os países aumenta espontaneamente no Vale. Note-se que a atividade turística é hoje a maior produtora de riquezas no mundo. Se não for por este caminho poucas esperanças temos para a sofrida população dessa área agora e no futuro.

Voltemos ao Consema. Não há espaço aqui para enumerar hoje as incontáveis ameaças ambientais que representa a construção dessa hidrelétrica. Nem falar do desastre ainda maior que significaria as outras barragens do Ribeira estudadas pela Cesp. A autorização dada pelo Conselho foi condicionada, segundo o que foi noticiado, a uma série de verificações. Além disso, queremos levantar outros pontos. Onde estava o órgão Ambiental do Governo Federal durante a reunião? Parece de uma

responsabilidade maior a ser assumida em um momento desses. Afinal trata-se de um rio federal. Pretende-se inundar várias cavernas. Protegê-las é uma atribuição do ICM. Fala-se em submergir 2 mil hectares de Mata Atlântica. O decreto federal 750/93 a protege especificamente. O que diz o Governo central sobre estas e outras muitas questões? Vimos portanto de público solicitar que o Relatório de Impacto Ambiental de Tijuco Alto não só seja objeto de uma audiência pública na cidade de São Paulo como também, como é de lei, examinado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Esta não é a primeira vez que o Consema toma uma decisão errada. Em 1983, foi autorizado pelo Egrégio Conselho o rebaiamento da barragem do Vale Grande, em Iguape, situada coincidentemente na foz do mesmo rio Ribeira. O assunto, como hoje, gerou polêmica e foi ajuizado nacional. Nesse caso a autorização foi reiterada na instância federal. Só a sociedade devidamente mobilizada, com grande apoio dos meios de comunicação, foi capaz de salvar a barragem que continua hoje lá, devidamente reforçada, garantindo a produção pesqueira e a proteína necessária ao crescimento das crianças caçaras.

O AUTOR

José Pedro de O. Costa
é presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica



JORNAL DA TARDE
02/06/94

Dia de festa e de protestos

O DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE FOI COMEMORADO COM DISTRIBUIÇÃO DE PLANTAS, NO IBIRAPUERA, E MANIFESTAÇÃO, NA REPRESA BILLINGS.

AMBIENTE

O Ribeira do Iguape e a democracia

O processo de debate do projeto de construção da barragem do senhor Antônio Ermino de Moraes no rio Ribeira do Iguape, foi vergonhoso. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) negou-se a realizar nova audiência pública na Capital, apesar de tratar-se de um rio interestadual que termina seu curso na região lagunar de Cananéia, área de Mata Atlântica, cujo interesse ambiental extrapola em muito os aspectos locais. É de conhecimento público a importância continental do complexo estuarino Iguape-Cananéia-Paranaguá para o equilíbrio ecológico do oceano e da zona costeira.

A audiência pública realizada na região teve a atuação de "cliques" recrutadas entre cidadãos pouco informados, atraídos pela promessa de empregos em função do empreendimento e sabe-se lá por qual tipo de ideia de progresso. Essas "cliques" estiveram também presentes na Capital por ocasião da reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Isso facilitou as coisas para o governo estadual, que fez pouco caso dos pareceres técnicos da Cetesb e da própria SEMA, quando então, as três horas da madrugada, foi aprovada a problemática obra pela maioria dos membros do Conselho. Seria bom se os órgãos do governo estadual trabalhassem até essa hora sempre que interesses realmente prioritários o necessitassem.

Esse procedimento, que atropela a exigência de suficiente discussão pública dos es-



José Cláudio/AE

Rio Ribeira do Iguape: seu interesse ambiental extrapola aspectos locais.

ludos prévios de impacto ambiental, vem se repetindo em vários casos. Quando da aprovação da estrada Carvalho Pinto, as "cliques" organizadas valavam os ambientalistas não os deixando falar. Recentemente, no caso da avenida Faria Lima, em São Paulo, os jornais noticiaram que os manifestantes que lotaram a audiência pública para aplaudir o projeto foram levados para lá sob promessa de um "tomada de café" por parte do governo local. Ora, é evidente que isso é uma burla, onde a manipulação da exigência democrática da discussão pública evidencia um cantinho entre quem propõe a obra e quem a licencia. Obrigações do governo, através do órgão ambiental, garantir o debate civilizado e pacífico. Audiências públicas devem servir para formar opiniões, não sendo reuniões deliberativas.

O problema é o que devemos fazer, os cidadãos ambientalistas. Dizer não brinca mais, e retirar-se dos foros estabelecidos, como o Conselho, é fazer o jogo dos lobbies que nos querem matar de cansaço.

A questão é mais complexa e está ligada aos novos desa-

lhos que a democracia nos impõe. Devemos agora mobilizar a maioria. Depois de anos de autoritarismo, que foi a via política para o maior surto de devastação e poluição que nossa História registra, é natural que o aprendizado crítico da população seja lento e feito de erros e acertos. Há e haverá por muitos anos campo fértil para a demagogia e a mistificação. Numa época de crise econômica, prometer sanduíches ou empregos funciona.

Nosso problema é crescer. Fazer um discurso que chegue aos mais amplos setores da sociedade, atingindo até o mais simples e necessitado. Mostrar que nós temos a proposta de esperança e bem-estar. Articular proteção ambiental com geração de empregos e produção de alimentos, falar de saúde pública, tanto quanto de saúde dos ecossistemas. Ou fazemos isso ou estamos fadados a vivermos algum tipo de dinossauro, folclórico, pitoresco e deslocado do contexto. Se fizermos, encontraremos a energia para romper a inércia e a cumplicidade dos governos com a poluição. E poderemos aproximar a economia da ecologia.

Priscilla Siqueira

Dia Mundial do Meio Ambiente e Tijuco Alto

FABIO FELDMANN

Os acontecimentos recentes levamos a refletir sobre o significado do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, 5 de junho: o fim da revisão constitucional e a polêmica em torno da aprovação da construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.

Apesar do fim melancólico da revisão seu processo possibilitou a redefinição da agenda ambiental brasileira. O tratamento de avanços conceituais, técnicos, políticos e institucionais que permearam a discussão ambiental nos últimos anos, especialmente durante a preparação da Rio-92, e após a conferência.

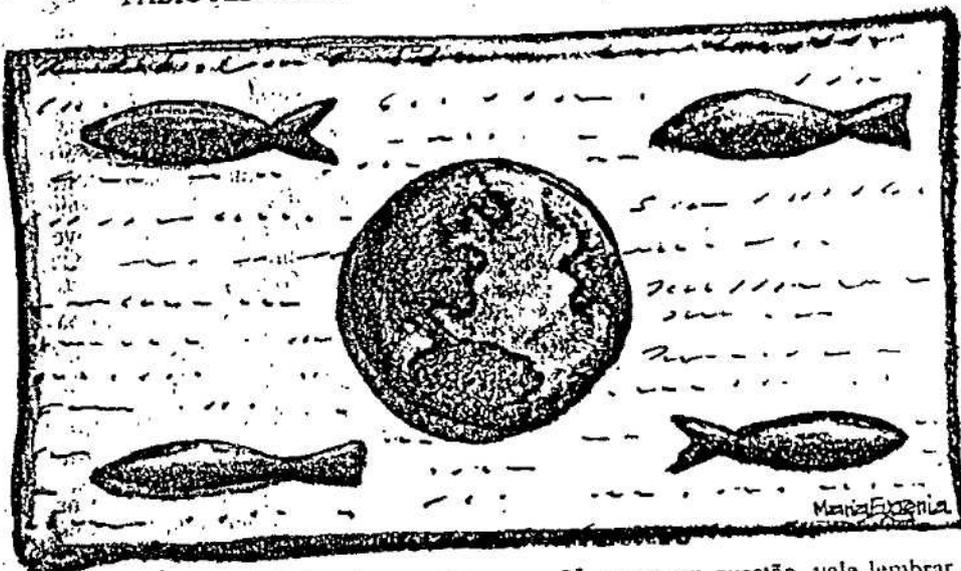
Os fatores privilegiados na análise das centenas de propostas revisionais e a riqueza dos 14 pareceres elaborados pela sub-relatoria de Meio Ambiente insagram o uso dos recursos naturais como elemento fundamental do processo de desenvolvimento e não mais como comandada conservacionista em si.

A conservação passa a ser instrumento de uma determinada escolha desenvolvimentista, ancorada na necessária sustentabilidade de todas as interferências humanas na base natural do planeta. Embora essa concepção seja declarada em prosa e verso nos discursos oficiais das autoridades governamentais, quase nunca é colocada em prática quando os órgãos e autoridades competentes precisam posicionar-se em relação a empreendimentos que vão na direção de uma real política de desenvolvimento integrado e sustentado.

Esse foi o caso da atuação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e do Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo no tocante à concessão de licença ambiental para a construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, no Vale do Ribeira.

Dois questionamentos devem ser feitos:

1) A construção da hidrelétrica foi analisada pelo Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente) como um empreendimento isolado, quando em



verdade faz parte de um projeto maior, que engloba três outras hidrelétricas, as quais, conjuntamente, terão grandes impactos ambientais e sociais em toda a região, seguramente subdimensionados quando são analisados isoladamente;

2) A omissão do Ministério do Meio Ambiente, que não cumpriu a legislação vigente, estabelecendo competência federal para autorizar empreendimentos que possuem impacto regional e abrangem áreas consideradas patrimônio nacional, como é o caso da hidrelétrica em questão, que afetará os Estados de São Paulo e Paraná, além de áreas de Mata Atlântica.

O exemplo desse episódio é extremamente preocupante, pela abertura da possibilidade do licenciamento de obras desse porte em outros Estados com a simples autorização dos órgãos ambientais estaduais, dando-se sinal verde para a implantação de dezenas de usinas hidrelétricas na Bacia Amazônica, de conformidade com o previsto nos planos governamentais do Ministério das Minas e Energia.

No caso em questão, vale lembrar, o Ibama se fez presente na reunião do Consema por telepatia, atendendo orientação do ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, cujo currículo pessoal e comportamento no caso do Tijuco Alto o recomendariam, isso sim, para a pasta de Minas e Energia.

O que aconteceu em relação ao Tijuco Alto confirma mais uma vez a necessidade de reformulação da política ambiental brasileira.

Esta deve ser incorporada à estratégia de desenvolvimento nacional, ao invés de ser mero objeto de

retórica das autoridades governamentais, que se aproveitam inclusive das efemérides para ocupar espaço em rede nacional, dissimulando sua mal disfarçada omissão quando lhes interessa enfrentar interesses empresariais de curto prazo.

Com a palavra o ministro do Meio Ambiente.

FABIO FELDMANN, 39, é deputado federal pelo PSDB de São Paulo e presidente da Fundação Nacional de Ação Ecológica. Foi sub-relator da revisão constitucional para as áreas de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias.

OLHA S.P. 6/6/94

PAINEL

Dupla minoria

O principal problema do PT caso Lula seja eleito não será a minoria na Câmara. O partido tem chances de eleger 20% dos deputados. A dificuldade está no Senado, que tem poder de veto e onde os petistas não chegarão a 10%.

A parte do leão

Especialistas calculam que o publicitário Duda Mendonça cobrará uma cifra de sete dígitos — em dólar — para cuidar da imagem de Barros Munhoz, do PMDB. O acordo supera valores das campanhas presidenciais.

Tudó de novo

Duda Mendonça já começou a trabalhar para justificar os seus honorários: vai mudar tudo o que foi feito até agora na campanha de Barros Munhoz, de cartazes de rua a jingles e slogans. A cúpula peemedebista diz que agora vai.

Musa

Há várias semelhanças entre o material de campanha elaborado pela equipe de Lula e as propostas levadas ao candidato pelo publicitário Duda Mendonça, que acabou não sendo contratado e está hoje na campanha de Barros Munhoz.

Metamorphose ambulante



Em campanha pelo interior paulista, FHC foi assediado por um artista que queria animar os comícios do candidato tucano. Armado de cartazes e ostentando a indefectível barbicha, o rapaz se apresentou como o "Raul Seixas cover".

Dourando a pílula

O projeto de incentivo à exportação mediante redução do IPI sobre importação de matéria-prima ganhou nome pomposo: "Programa de Competitividade Internacional". Não perdeu, porém, o vício de beneficiar poucos empresários.

Outra tramitação

O líder do PPR na Câmara, Marcelino Romano (SP), é contra a proposta de Inocêncio de Oliveira de votar o Orçamento direto no plenário. Sem passar na comissão específica, os deputados não teriam como aprovar suas emendas.

"Senadotur"

O senador Júlio Campos (PFL-MT) foi à Itália acompanhar a Feira Internacional de Equipamentos Gráficos. O Senado não paga as passagens, mas colabora com nove diárias de US\$ 400.

Torcida tucana

Até dentro do PT há quem afirme que a rejeição a Lula é mais cristalizada que a apurada em relação a FHC na pesquisa do Datafolha. Os 27% que reclamam do Plano Real podem cair se a economia melhorar até a data da eleição.

Marcas de um passado

A análise que vê a rejeição a Lula mais cristalizada na pesquisa Datafolha considera que o petista não consegue mudar quatro das principais causas: falta de experiência administrativa, imagem de esquerdista e falta de instrução.

Veneno

Segundo uma língua ferina, em 89 também havia um candidato com o perfil de Flávio Rocha (PL-RN), cuja maior razão de voto é a busca do "novo". Era do Nordeste, jovem, desconhecido, e vendia a imagem de novidade.

Lá em casa

Embora Amin, Quércia e Brizola tenham em suas respectivas administrações estaduais a principal motivação de voto, é o candidato do PPR quem lidera a motivação regionalista do voto, com 12%, na pesquisa feita pelo Datafolha.

Jogo duro

A segurança da Câmara, que investiga o furto de aparelhos de fax e computadores em gabinetes, quer fazer vistoria nas casas de funcionários dos deputados. Marcelino Romano (PPR-SP), uma das vítimas, protestou.

Perigo em casa

Acontecerá no dia 17, na 9ª Vara de Brasília, um julgamento que vai mobilizar as entidades de defesa do consumidor. O autor do processo é o engenheiro Edson Santos, que perdeu um olho com a explosão de uma garrafa de cerveja.

Peso político

A direção da Companhia Docas do Maranhão entrou e saiu da lista de dirigentes de estatais demitidos por Itamar por terem desrespeitado as regras de conversão dos salários em URV. A direção da empresa é de escolha de José Sarney.

Equilíbrio de contas

Cresceu o número de pequenos fornecedores do governo federal com pedidos de falência na Justiça. Em nome do combate ao déficit público, desde janeiro o governo não salda suas dívidas com fornecedores de produtos e serviços.

TIROTEIO

De Fábio Feldmann (PSDB-SP), sobre a decisão tomada pelo ministro do Meio Ambiente, Henrique Brandão, de autorizar a construção da usina hidrelétrica de Tejuco Alto, no Estado do Paraná.

— Ele parece mais um ministro das Minas e Energia. Descumpra a legislação ambiental em atenção ao interesse de outros setores da economia.

· ECOLOGIA ·

Ação pode sustar barragem de Tijuco Alto

Procuradoria da República quer reverter decisão de órgãos ambientais de SP e PR

ELZA PIRES

BRASÍLIA — A Procuradoria Geral da República pediu a abertura de uma ação civil pública para reverter a decisão dos órgãos ambientais de São Paulo e Paraná, que permite a construção da barragem de Tijuco Alto, no Rio Ribeira do Iguape, na região do Alto Ribeira. A Câmara de Coordenação e Revisão do Meio Ambiente da Procuradoria Geral da República acatou ontem a representação do deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), que sustenta ser competência do Ibama, e

não de órgãos estaduais, a deliberação sobre a construção de barragens nestes casos.

A representação foi enviada à Procuradoria do Estado de São Paulo para início da ação civil junto à Justiça Federal. De acordo com o procurador Roberto Monteiro Gurgel, que recebeu a representação, a ação deverá tramitar em caráter de urgência, pois o empreendimento já está aprovado.

A licença para a construção da barragem de Tijuco Alto foi concedida pelos órgãos estaduais dos Estados de São Paulo e Paraná. Segundo Feldman, o empreendimento foi

analisado por cada Estado de forma isolada. O Paraná concedeu a licença em fevereiro e o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo no final de maio.

De acordo com a representação de Feldman, o Rio Ribeira do Iguape é um rio federal, pois banha os dois Estados: Paraná e São Paulo. Por isso, as obras não se restringem à área de influência de ambos. Trata-se de um em-

preendimento de interesse do País, sustenta.

A usina de Tijuco Alto, a ser construída pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votoran-

tim, vai inundar parcialmente terras de São Paulo e Paraná afetando os municípios de Ribeira e Adrianópolis, em São Paulo, e Cerro Azul, no Paraná. A lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, em seu artigo décimo, estabelece que qualquer construção, ampliação ou instalação de estabelecimentos que provoquem danos ambientais devem ter sua aprovação submetida ao órgão ambiental que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente — Sisnama — e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. No caso de atividades de impacto ambiental, compete ao Ibama o licenciamento para este tipo de obra.

Feldman solicitou também que o Ministério Público se pronuncie sobre a competência para licenciar três outras barragens na região do Alto Ribeira: a de Batatal, Funil e Itaóca.

OBRA ESTÁ PROGRAMADA PARA O VALE DO RIBEIRA



são paulo
incli cotidiario



Quinta-Feira, 9 de junho de 1994

Deputado pede revisão de projeto de hidrelétrica

O Ministério Público de São Paulo estuda representação encaminhada pelo deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP) sobre autorização concedida para a construção da hidrelétrica de Tijuco Alto, entre o Paraná e São Paulo. Segundo Feldman, o projeto deveria ser avaliado por um órgão federal por se tratar de rio que corta dois Estados.